



DIÁRIO DOS



República Federativa do Brasil

TRABALHOS REVISIONAIS

ANO II - Nº 64

QUARTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Revisão da Constituição Federal

SUMÁRIO

1- ATA DA 55ª SESSÃO, EM 10 DE MAIO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Discursos do Expediente

DEPUTADO *NILSON GIBSON* - Ratificando posição do PMN de defesa da preservação do monopólio das telecomunicações. Indagando da Mesa decisão sobre questão de ordem suscitada por S.Exª em sessão anterior.

PRESIDENTE - Resposta ao Sr. Nilson Gibson.

DEPUTADO *JOÃO PAULO* - Renúncia do Congresso Nacional da prerrogativa de legislar. Contrário ao abuso do Poder Executivo de reedição sucessiva de medidas provisórias. Considerações sobre a Medida Provisória nº 482, de 28-4-94, que dispõe sobre o programa de estabilização econômica, o sistema monetário nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV, e dá outras providências.

DEPUTADO *PAULO PAIM* - Subordinação do Congresso Nacional ao Poder autoritário do Presidente Itamar Franco, na reedição da Medida Provisória nº 482, da implantação da URV. Preocupação com as perdas salariais do trabalhador brasileiro. Lamentando o fechamento das galerias do Plenário da Câmara dos Deputados, isolando os parlamentares do povo.

DEPUTADO *JOSÉ LOURENÇO*, como Líder - Estarrecimento diante das declarações do candidato Luiz Inácio Lula da Silva à imprensa, sobre a questão dos monopólios estatais, em Nova Iorque. Favorável à privatização da Petrobrás e da Telebrás.

DEPUTADO *FETTER JÚNIOR* - Homenagem póstuma ao Poeta Mário Quintana.

DEPUTADO *AMARAL NETTO* - Críticas ao comportamento dos Srs. Marco Maciel e Nelson Jobim, na votação referente às empresas nacionais. Considerações sobre a pauta mínima para a continuidade dos trabalhos revisionais.

DEPUTADO *PAULO RAMOS* - Transcrição nos Anais de parcela da publicação da Sra. Marisa Tupinambá, sobre os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Denúncia sobre parlamentares de hoje que foram beneficiários da ditadura.

PRESIDENTE - Resposta ao Sr. Paulo Ramos.

DEPUTADO *ADYLSON MOTTA* - Repúdio ao instituto da medida provisória, responsável pelo desestímulo da atividade parlamentar. Apelo para expungir do texto constitucional o artigo 62, em nome da dignidade do Poder Legislativo.

DEPUTADO *DIOGO NOMURA* - Homenagem à Marinha Brasileira. Transcrição nos Anais da Palestra pronunciada pelo Almirante de Esquadra César de Andrade, acerca da geopolítica mundial.

DEPUTADO *AMAURY MÜLLER* - Manutenção dos monopólios estatais. Críticas à atuação parlamentar que culminou no atual impasse da revisão constitucional.

DEPUTADO *CARLOS LUPI* - Considerações sobre artigo publicado na Revista Veja, desta semana, referente à sangria da economia brasileira pelo pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

DEPUTADO *ALDO REBELO*, como Líder - Refutando ofensas do jornalista Gilberto Dimenstein, do jornal Folha de S. Paulo, ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Lançando desafio ao jornalista para debate aberto com os membros do Partido.

DEPUTADO *EXPEDITO RAFAEL* - Sensibilidade do Presidente do INCRA, Dr. Marco Correia Lins, em dar continuidade ao projeto de assentamento de famílias de agricultores, na área de colonização do Estado de Rondônia.

DEPUTADO *ARNALDO FARIA DE SÁ* - Posse do Ministro Marcelo Pimentel na Pasta do Trabalho. Preocupação com os direitos dos aposentados e pensionistas diante de propostas revisionais de privatização da Previdência Social. Expectativas com a apreciação da Medida Provisória nº 482, da URV, e com a definição do salário mínimo.

DEPUTADO *VALDIR COLATTO* - Impasse na revisão constitucional. Críticas ao Deputado Vasco Furlan, pela divulgação de boletim contendo denúncias sobre colegas parlamentares.

DEPUTADO *APARÍCIO CARVALHO* - Solidariedade ao substitutivo do Relator Nelson Jobim, relativo à criação de novos municípios.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 1.200 exemplares

DEPUTADO ÁTILA LINS – Pauta mínima da revisão constitucional.

DEPUTADA SOCORRO GOMES – Demora governamental na fixação de critérios para a conversão das mensalidades escolares em URV. Repúdio a calúnias do jornalista Gilberto Dimenstein ao PC do B.

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI – Reparos a ataques do jornalista Gilberto Dimenstein ao PC do B, por ele considerado delinqüente ideológico. Preocupações com a construção de uma base militar norte-americana no Peru, fronteira com o Brasil. Requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre trabalho escravo e condições de presos brasileiros na Bolívia.

DEPUTADO ELIAS MURAD – Controle do tráfico de droga.

DEPUTADO ANTONIO MORIMOTO – Rejeição do substitutivo do Relator Nelson Jobim, propondo nova definição para empresa nacional.

DEPUTADO ELÍSIO CURVO – Incoerência de certos parlamentares no tocante ao capital estrangeiro, posicionando-se aqui no Brasil contra a sua liberação e, quando no exterior, defendem o seu ingresso no País.

DEPUTADO SIDNEY DE MIGUEL – Observações sobre o discurso do Sr. Elísio Curvo. Ética na campanha política. Aumento extorsivo das mensalidades escolares.

SENADOR MÁRIO COVAS, como Líder – Solicitando da Presidência a confirmação de sua designação como representante do Senado nos funerais de Ayrton Senna, razão de sua ausência à votação do substitutivo do Relator Nelson Jobim, redefinindo empresa nacional, quando foi duramente criticado pelos Srs. Marcelino Machado Romano e Armando Pinheiro.

PRESIDENTE – Confirmando a designação do Sr. Mário Covas como representante do Senado aos funerais de Ayrton Senna, juntamente com os Senadores Gilberto Miranda, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy.

DEPUTADO ELÍSIO CURVO – Aduzindo novas considerações ao seu pronunciamento anterior, em resposta ao Sr. Sidney de Miguel.

DEPUTADO MARCELINO ROMANO MACHADO – Réplica ao Sr. Mário Covas.

DEPUTADO CARDOSO ALVES – Representatividade parlamentar ultrapassa os limites físicos do edifício sede do Congresso Nacional, no entender de S. Exa. Sugestão à Mesa para que

estude a possibilidade de reduzir o quorum nas votações, descontando-se as ausências dos parlamentares em missão oficial externa.

DEPUTADO ARMANDO PINHEIRO – Observações sobre o assunto tratado pelo Sr. Mário Covas.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI – Apoio a propostas revisionais que garantam a imunidade tributária para entidades de assistência social, de saúde e de educação, sem fins lucrativos. Defesa das Santas Casas, das APAES, etc.

DEPUTADO OSVALDO MELO – Homenagem ao Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, por dois anos, quando da realização da XXIV Assembléia Geral Ordinária da OEA nos dias 6 a 11 de junho próximo, em Belém – PA.

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Erradicação da fome no Brasil através do aumento da produção de alimentos. Política do governo de fomento à especulação e de desestímulo ao investimento produtivo, em virtude da onerosa estrutura tributária atual.

DEPUTADO PAULO ROCHA – Redução de dotação orçamentária para Saúde. Calamidade no setor sanitário.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO CAMPISTA – Competitividade da PETROBRÁS e manutenção do monopólio estatal do petróleo.

DEPUTADO MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Considerações sobre o episódio dos aumentos abusivos dos preços dos carros da Autolatina em URV e a sua posterior revogação.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO – Apoio ao movimento "S.O.S. São Félix", em face do quadro caótico que se verifica naquele município mato-grossense.

1.2.2 – Requerimento

Nº 155, de 1994-RCF, subscrito por vários Líderes, solicitando preferência para inclusão em Ordem do Dia de matérias que mencionam. **Aprovado.**

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo para apresentação de requerimentos de destaque às matérias dos Pareceres nº 15, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 38, 46, 47, 49, 53 e 54.

Inexistência de quorum em plenário para o prosseguimento da sessão.

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 55 minutos.

1.3 – ENCERRAMENTO

Ata da 55ª Sessão, em 10 de maio de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Adylson Motta, Nabor Júnior e Aécio Neves

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Avenir Rosa – PP; César Dias – PMDB; João Fagundes – PMDB; João França – PP; Júlio Cabral – PP; Marcelo Luz – PP; Ruben Bento – Bloco (PFL).

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Henrique Almeida – PFL; José Sarney – PMDB; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco (PFL); Valdenor Guedes – PP.

Pará

Alacid Nunes – Bloco (PFL); Almir Gabriel – PSDB; Carlos Kayath – Bloco (PTB); Coutinho Jorge – PMDB; Gerson Peres – PPR; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – PTB; Mário Chermont – PP; Osvaldo Melo – PPR; Paulo Titan – PMDB; Socorro Gomes – PCdoB.

Amazonas

Átula Lins – Bloco (PFL); Beth Azize – PDT; Euler Ribeiro – PMDB; Ézio Ferreira – Bloco (PFL); Gilberto Miranda – PMDB; João Thome – PMDB; Ricardo Moraes – PSB.

Rondônia

Antônio Morimoto – PPR; Aparício Carvalho – Bloco (PTB); Carlos Camurça – PP; Edison Fidélis – (PSD); Maurício Calixto – Bloco (PFL); Odacir Soares – PFL; (PTB); Reditário Cassol – PP.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PPR; Flaviano Melo – PMDB; João Maia – PP; João Tota – PPR; Nabor Júnior – PMDB; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Darci Coelho – Bloco (PFL); Edmundo Galdino – PSDB; Freire Júnior – PMDB; João Rocha – PFL; Moisés Abrão – PPR.

Maranhão

Alexandre Costa – PFL; Costa Ferreira – PP; Daniel Silva – Bloco PFL; Eptácio Cafeteira – PPR; Eurico Ribeiro – Francisco Coelho – Bloco (PFL); Jayme Santana – PSDB; João Rodolfo – PPR; José Burnett – PPR; Magno Bacelar – PDT; Magno Baulas – PDT; Pedro Novais – PSD; Ricardo Murad – PSD.

Ceará

Antônio dos Santos – Bloco (PFL); Ariosto Holanda – PSDB; Carlos Virgílio – PPR; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Edson Silva – PDT; Gonzaga Mota – PMDB; José Linhares – PP; Marco Penaforte – PSDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Moroni Torgan – PSDB; Reginaldo Duarte – PSDB Sérgio Machado – PSDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vicente Fialho – Bloco (PFL).

Piauí

B. Sá – PP; Chagas Rodrigues – PSDB; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PPR; Lucídio Portella – PPR; Paes Landim – (Bloco (PFL)); Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Dario Pereira – PFL; Garibaldi Alves Filho – PMDB; João Faustino – PSDB; Marcos Formiga – PP; Ney Lopes – Bloco (PFL).

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco (PFL); Antonio Mariz – PMDB; Evaldo Gonçalves – Bloco (PFL); Francisco Evangelista – PPR; Humberto Lucena – PMDB; Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco (PFL); Vital do Rêgo – PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Fernando Lira – PSB; Inocêncio Oliveira – Bloco (PFL); José Jorge – Bloco (PFL); José Mendonça Bezerra – Bloco (PFL); José Múcio Monteiro – Bloco (PFL); Luiz Piauhyllino – PSB; Maurílio Ferreira Lima – PSDB; Mavial Cavalcanti – Bloco (PFL); Miguel Arraes – PSB; Nilson Gibson – PMN; Pedro Correa – Bloco (PFL); Renildo Calheiros – PCdoB; Roberto Franca – PSB; Roberto Magalhães – Bloco (PFL); Salatiel Carvalho – PP; Sérgio Guerra – PSB; Tony Gel – Bloco (PFL); Wilson Campos – PSDB.

Alagoas

Augusto Farias – Bloco (PSC); Guilherme Palmeira – PFL; José Thomaz Nonô – PMDB; Roberto Torres – Bloco (PTB); Vítor Malta – PPR.

Sergipe

Albano Franco – PSDB; Benedito de Figueiredo – PDT; Everaldo de Oliveira – Bloco (PFL); Francisco Rollemberg – PMN; Jerônimo Reis – PMN; José Teles – PPR; Lourival Baptista – PFL; Messias Góis – Bloco (PFL); Pedro Valadares – PP.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco (PFL); Aroldo Cedraz – Bloco (PFL); Benito Gama – Bloco (PFL); Beraldo Boaventura – PSDB; Carlos Santana – PMDB; Eraldo Tinoco – Bloco (PFL); Félix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Azi – Bloco PFL; Jairo Carneiro – Bloco (PFL); Jaques Wagner – PT; João Almeida – PMDB; Josaphat Marinho – PFL; José Carlos Aleluia – Bloco (PFL); José Falcão – Bloco (PFL); José Lourenço – PPR; Jutahy Júnior – PSDB; Jutahy Magalhães – PSDB; Leur Lomanto – Bloco (PFL); Luís Eduardo – Bloco (PFL); Luiz Moreira – Bloco (PFL); Luiz Viana Neto – Bloco (PFL); Manoel Castro – Bloco (PFL); Nestor Duarte – PMDB; Pedro Irujo – PMDB; Prisco Viana – PPR; Sérgio Gaudenzi – PSDB; Tourinho Dantas – Bloco (PFL); Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PSDB.

Minas Gerais

Agostinho Valente – PT; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Armando Costa – PMDB; Avelino Costa – PPR; Camilo Machado – PTB; Edmar Moreira – PP; Elias Murad – PSDB; Felipe Neri – PMDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Humberto Souto – Bloco (PFL); Irani Barbosa – PSD; Israel Pinheiro – PTB; João Paulo – PT; José Aldo – PTB; José Belato –

PMDB; José Rezende – PTB; José Santana de Vasconcelos – Bloco (PFL); Leopoldo Bessone – Bloco (PTB); Marcos Lima – PMDB; Marir Assad – Bloco (PFL); Mário de Oliveira – PP; Maurício Campos – PL; Odelmo Leão – PP; Roberto Brant – PTB; Romel Anísio – PP; Ronaldo Perim – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Sérgio Miranda – PC do B; Vittorio Mediolini – PSDB; Wagner do Nascimento – PP; Wilson Cunha – PTB.

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB; João Calmon – PMDB; Jório de Barros – PMDB; Lézio Sathler – PSDB; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – Bloco PFL; Alvaro Valle – PL; Amaral Netto – PPR; Carlos Alberto Campista – PDT; Carlos Lupi – PDT; Cidinha Campos – PDT; Fernando Lopes – PDT; Francisco Dornelles – PPR; Francisco Silva – PP; Jair Bolsonaro – PPR; Junot Abi-Ramia – PDT; Laprovita Vieira – PP; Marino Cluinger – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo Ramos – PDT; Regina Gordilho – PRONA; Sandra Cavalcanti – PPR; Sérgio Cury – PDT; Sidney de Miguel – PV; Vivaldo Barbosa – PDT.

São Paulo

Aldo Rebelo – PC do B; Delfim Netto – PPR; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Suplicy – PT; Euclydes Mello – PRN; Geraldo Alckmin Filho – PSDB; Heitor Franco – PPR; Hélio Bicudo – PT; Irma Passoni – PT; José Abrão – PSDB; José Aníbal – PSDB; José Cicote – PT; José Dirceu – PT; José Genoíno – PT; Koyu Iha – PSDB; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Máximo – PSDB; Maluly Netto – Bloco (PFL); Marcelino Romano Machado – PPR; Marcelo Barbieri – PMDB; Mário Covas – PSDB; Maurício Mariano – PMDB; Maurício Najar – Bloco (PFL); Nelson Marquezelli – PTB; Paulo Novaes – PMDB; Robson Tuma – PL; Tuga Angerami – PSDB; Valdemar Costa Neto – PL; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PP; Joaquim SXucena –, Jonas Pinheiro – Bloco (PFL); Júlio Campos – PFL; Loureberg N. Rocha – PPR; Oscar Travasso – PL; Rodrigues Palma – PTB.

Distrito Federal

Benedito Domingos – PP; Chico Vigilante – PT; Jofran Frejat – PP; Maurício Corrêa – PSDB; Meira Filho – PP; Sigma-riinga Seixas – PSDB; Valmir Campelo – PTB.

Goiás

Antônio Faleiros – PSDB; Halley Margon – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Mauro Borges – PP; Naphtali Alves de Souza Paulo Mandarino – PPR; Roberto Balestra – PPR; Ronaldo Caiado – Bloco (PFL); Vilmar Rocha – Bloco (PFL); Virmondos Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias – PPR; Marilu Guimarães – Bloco (PFL); Rachid Saldanha Derzi – PRN; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco (PFL); Wilson Martins – PMDB.

Paraná

Abelar Lipion – Bloco (PFL); Affonso Camargo – PPR; Basílio Villani – PPR; Carlos Scarpelini – PP; Delcino Tavares – PP; Deni Schwartz – PSDB; Edésio Passos – PT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Ervin Bonkoski – Bloco (PTB); Homero Ogrido –

PSDB; Ivânio Guerra – Bloco (PFL); Joni Varisco – PMDB; José Felinto – PP; Luciano Pizzatto – Bloco (PFL); Max Rosenmann – PDT; Moacir Micheletto – PMDB; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – S/P; Pedro Tonelli – PT; Renato Johnsson – PP; Werner Wanderer – Bloco (PFL); Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR; César Souza – Bloco (PFL); Dejanir Dalpasquale – PMDB; Edson Andrino – PMDB; Esperidião Amin – PPR; Jarvis Gaidzinski – PPR; Luci Choinacki – PT; Nelson Morro – Bloco (PFL); Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – PSD; Paulo Duarte – PPR; Valdir Colatto – PMDB; Vasco Furlan – PPR.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPR; Arno Magarinos – PPR; Eden Pedrosa – PT; Fetter Júnior – PPR; Germano Rigotto – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; José Fortunati – PT; José Paulo Bisol – PSB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PPR; Paulo Paim – PT; Pedro Simon – PMDB; Telmo Kirst – PPR; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PPR; Waldomiro Fioravante – PT; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas próprias registram o comparecimento de 345 Srs. Congressistas. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passa-se ao Período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Nilson Gibson, primeiro orador inscrito.

O SR. NILSON GIBSON (PMN – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, volto a ocupar a tribuna da Revisão Constitucional, a fim de ratificar e reafirmar minha posição e a do meu Partido, PMN, em defesa da preservação do monopólio nos setores de telecomunicações e do petróleo.

Sr. Presidente, o poderoso lobby da privatização das empresas estatais pretende assegurar, na Revisão Constitucional, o fim dos monopólios da Petrobrás e da Telebrás, divulgando, diariamente, até que essa matéria seja votada no Congresso Revisor, com mensagens publicitárias caríssimas, a favor da tese que defendem em cada uma das emissoras de televisão, rádio, inclusive imprensa escrita no País. Os recursos para tal campanha, o maior bombardeio publicitário jamais realizado no País, mais de 200 milhões de dólares, são reunidos através de contribuições de grupos nacionais e estrangeiros interessados no assunto.

Sr. Presidente, a Petrobrás é a empresa de petróleo que mais cresceu no mundo nos últimos anos, comparada às grandes empresas internacionais.

O Comandante da Escola Superior de Guerra, Brigadeiro Sérgio Ferolla, em excelente palestra, demonstrou que, do ponto de vista estratégico, o esgotamento das reservas petrolíferas brasileiras, pelo aumento puro e simples da produção com objetivos imediatistas, constituiria grave erro, pois elevaria, a curto prazo, o grau de dependência da economia do Brasil ao sistema econômico mundial.

Sr. Presidente, as **highways communication e hiperhighways communications**, auto-estradas de comunicação e superauto-estradas de comunicação, com seus respectivos complexos industriais e culturais, constituem, no momento, o segundo maior negócio em rentabilidade no mundo. Mas tende a tornar-se, até o final do século, o principal instrumento estratégico sobre as relações entre os povos e na dominação dos países mais atrasados pelo

mais fortes. Por esse motivo, aguçam-se disputas entre os países do Primeiro Mundo, envolvendo os Estados Unidos e o Japão.

Sr. Presidente, a França exigiu que esse assunto, por sua importância estratégica, pois envolve segurança e identidade nacionais, não se contivesse nos limites do Tratado do GATT, como pretendiam os norte-americanos. O Brasil, com a privatização da Telebrás, estará deixando esse problema ao arbítrio das corporações privadas, e, o que é pior, quase todas elas internacionais. A propósito, vale indagar: já houve, por acaso, cassação de concessão de canais, feita pelo Governo, a grupos poderosos de comunicação, mesmo brasileiro? Não. Nunca.

Esse assunto está gerando uma onda de protestos nos Estados Unidos. Se os americanos, quanto ao desempenho de suas auto-estradas de comunicação, dominadas majoritariamente pelo capital dos EUA, pensam assim e se dispõem a reagir, o que devem fazer os brasileiros em relação à cultura, ao entretenimento e às informações em geral, oferecidas pelo "Big Brother" das empresas norte-americanas a suas clientes brasileiras e, através destas, ao cidadão comum do País? Nesse caso, com certeza o que é bom para os Estados Unidos também é bom para o Brasil. Protestar, enquanto é tempo e é possível, é indispensável.

Inclusive, o Líder Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República pelo PT, com o apoio do futuro Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, firmou posição, na sua visita aos EUA, pela participação do Estado apenas em questões essencialmente públicas ou em áreas estratégicas. Nestas últimas estão a Petrobrás e a Telebrás, que permanecem com o monopólio, atuando em parceria com a iniciativa privada, como atualmente acontece. Nada impede a colaboração de capitais privados em outras áreas, como na construção de estradas.

Concluo, Sr. Presidente, pela manutenção dos monopólios da Petrobrás e da Telebrás. O objetivo do Relator da Revisão Constitucional, Deputado Nelson Jobim, é destruir os monopólios do petróleo e das telecomunicações com promessas de custeio de campanhas eleitorais. Mas só o PC Farias está preso.

Oportunamente voltaremos ao assunto.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para relembrar V. Ex^a a respeito de uma questão de ordem que formulei há mais de um mês, no sentido de que V. Ex^a definisse os parâmetros e os limites da Revisão Constitucional. Nessa questão de ordem, eu solicitava, efetivamente, a paralisação da Revisão Constitucional. V. Ex^a acatou, em parte, minha questão de ordem, não a deferindo imediatamente; determinou o seu encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas até hoje ela ainda não chegou lá, permanecendo engavetada no Senado Federal. Data venia, Sr. Presidente, isto é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência determinará providências no sentido de agilizar a consulta feita à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. NILSON GIBSON – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, esta Casa escreve uma página vergonhosa da sua história: renuncia a sua prerrogativa de legislar. Admite que o Executivo a substitua nessa tarefa. E a Mesa desta Casa, Sr. Presidente, é responsável por essa ação pusilânime, no que toca à obrigação de legislar do Congresso Nacional.

O art. 62 da Constituição permite ao Presidente da República editar medidas provisórias, mas prescreve que, não apreciada a medida provisória, ela perde a eficácia. Havendo o decurso de prazo, Sr. Presidente, a medida provisória foi tacitamente rejeitada. Se

o Congresso não a aceitou, não a votou, ela está rejeitada e não pode ser reeditada.

A decadência é um fato concreto. Mas, infelizmente, a direção desta Casa, servilmente, aceita seguidas reedições de medidas provisórias. Aceita, então, que o Executivo passe a legislar em seu lugar, até com efeito retroativo.

A responsabilidade do Congresso Nacional nessa fase da vida brasileira é muito grande. No entanto, os desmandos cometidos pelo Executivo são endossados pela omissão e pela conivência de todos os Parlamentares na apreciação de medidas provisórias sabidamente ilegais e inconstitucionais, como é o caso da Medida Provisória n^o 482, várias vezes reeditada.

O Executivo exorbitou de sua competência. Invadiu a área de competência do Congresso Nacional, no momento em que determinou normas para o Legislativo e o Judiciário. E não é só isso. O Executivo agiu inconstitucionalmente, com o endosso desta Casa, no momento em que reduziu benefícios da Previdência Social, determinando que fossem calculados com base nos quatro meses.

De que vale a Constituição, Sr. Presidente, se esta Casa é a primeira a rasgá-la, a pisoteá-la, a desconhecê-la, a abaixar a cabeça diante do Executivo, acolhendo medidas dessa natureza? E o Executivo não fica só por aí: ainda determina redução de salário de outras categorias. Entre elas se incluem os funcionários do Legislativo e os do Executivo.

Outro episódio lamentável foi escrito pelo relator da Medida Provisória n^o 482: seu projeto de lei de conversão retratou somente a determinação do Executivo. S. Ex^a não assumiu a sua tarefa: apenas endossou o que o Executivo determinou. E ainda diz em seu relatório – seguramente dirá isto, como disse outras vezes – que a medida provisória é constitucional.

Sr. Presidente, infelizmente, poucos nesta Casa levantam a sua voz contra isso. É inadmissível que este Plenário venha a endossar tais ilegalidades. Esperamos que esta Casa não vote os destaques em bloco; que esta Casa se dignifique, não seja subalterna, conivente com atos ilegais de um governo autoritário.

Quando assumiu a Presidência da República, o Senhor Itamar Franco disse publicamente que não governaria com medidas provisórias. Mas é só o que tem feito, e para concentrar renda mais ainda do que já estava concentrada; para favorecer os grandes grupos econômicos, a quem ele recebe todo dia, enquanto se recusa a conversar com o segmento mais importante deste País, que é a classe trabalhadora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o meu discurso vai na mesma linha do discurso do Congressista João Paulo. Concordo com S. Ex^a: hoje é um dia triste para esta Casa, porque a Comissão Mista que estudou a Medida Provisória n^o 482 aprovou, na íntegra, as reivindicações de todos os setores – isto foi assumido lá publicamente: os banqueiros, a bancada ruralista, as empreiteiras e demais empresários.

Neste momento, olho para o alto, à minha direita, e vejo que, de fato, a Casa está de luto. Quantas e quantas vezes, neste plenário, ao longo desses quase oito anos, vi nas galerias, tantas Marias, Josés, Paulos e Joãos que acompanhavam os nossos debates, às vezes batendo palmas, às vezes demonstrando, pela testa enrugada, o seu descontentamento com votações contra os trabalhadores. Agora, todavia, não temos mais o direito nem de enxergar as galerias, de saber se as cadeiras estão vazias ou não. Parece que este Parlamento está com vergonha e se esconde da so-

cidade organizada, porque não quer enfrentar, olho no olho, os trabalhadores que aqui vêm acompanhar as votações e, naturalmente, fazer os seus protestos ou os seus elogios a esta Casa.

Sr. Presidente, esse paredão que foi montado aqui até o teto nos deixa constrangidos. Alguns sindicalistas comentaram comigo: "Isolaram-nos totalmente dos Parlamentares, dando a impressão de que eles têm de estar protegidos numa redoma de vidro, porque são intocáveis; a população não pode nem sequer vê-los; não pode haver uma troca de olhar entre o povo e os Parlamentares no plenário".

Ora, Sr. Presidente, claro que isto é triste! Passamos pela Assembléia Nacional Constituinte, com o saudoso – por que não dizer – Ulysses Guimarães presidindo a Mesa, os debates eram quentes e acalorados, mas, em nenhum momento, as galerias foram evacuadas.

Neste momento, entretanto, isolaram-nos totalmente. E a pergunta que mais nos fazem é se os Parlamentares, agora nas eleições, vão colocar também uma redoma de vidro na hora de pegar de mão em mão, de ir de porta em porta, de fábrica em fábrica, na busca do voto democrático, que é um direito. Mas esse isoladamente, plantado aqui dentro, repercute também lá fora. Talvez muitos e muitos eleitores baterão a porta em nossas caras dizendo: "Já que não podemos, dentro do Congresso, chegar perto dos senhores, também não podem os senhores entrar em nossas casas".

Sr. Presidente, lamento que seja assim. Quero ter a oportunidade, hoje à noite – sei que hoje vai ser votada a Medida Provisória nº 482 – de ver as galerias lotadas, ver o povo acompanhando e fiscalizando, pelo painel, o voto de cada Parlamentar. Até esse direito foi tirado! O povo, de hoje em diante, não poderá mais pressionar democraticamente os Parlamentares, nem sequer com o olho no olho.

Sr. Presidente, tudo leva a crer que, hoje à noite, será aprovada a Medida Provisória. Mas eu faria ainda um derradeiro apelo aos Srs. Congressistas, no sentido de que aproveemos, pelo menos, algumas emendas, que não vão dar ganho real nenhum para o trabalhador, mas que, pelos menos, reduzirão as perdas decorrentes da Medida Provisória que implantou a URV.

Há pouco, na Comissão Mista, lotada de representantes do Executivo e Parlamentares do Governo, num pronunciamento de improviso, um pouco emocionado, repetimos a mesma pergunta que fizemos neste plenário: que preço ou que tarifa foi convertida pela média? Nem quero falar em conversão pela média dos últimos quatro meses, incluindo fevereiro; refiro-me a março, pelo pico de março. Não tem. Pico de abril, pico de maio; a conversão está se dando agora com o pico deste mês e vai continuar pelo pico, inclusive, em junho.

Digam-me um único preço, uma única tarifa, cuja conversão tenha sido feita pelos preços de fevereiro, janeiro, dezembro e novembro. Somente só o salário do trabalhador!

É um plano cruel, Sr. Presidente. É um plano que se preocupou em atender, na última hora – por isso o acordo foi firmado – a todos os setores; mas o trabalhador não foi atendido em nada.

Uma emenda encaminhada, na última hora, pelo movimento sindical da área do comércio pedia que pelo menos aquele trabalhador que está vendendo e recebendo em cruzeiros recebesse em URV. Nem isso. Disseram que não, porque o dono do comércio é que tem que ganhar, e não o trabalhador.

Estamos todos lembrados dos índices: 20%, 30%, 40%; um Deputado lembra, e o Deputado Aldo Pinto inclusive enfatiza, o índice de 45%. Estamos todos a par disso, Sr. Presidente.

Ainda estou com uma última esperança – o brasileiro vive de esperança: a de conseguirmos, no último instante, assegurar alguma emenda que proteja o salário do trabalhador. Cheguei a fazer

um apelo – para muitos, patético, mas para mim importante, talvez, porque sou daqueles que vieram da fábrica, ganhei durante muito tempo o salário mínimo, comi muito tempo em marmita, paguei muito tempo aluguel, sei o que é ir para o SPC e comprar fiado no armazém: "Pelo amor de Deus, deixem pelo menos uma redação que diga: "perda devidamente comprovada será incorporada ao salário do trabalhador na data-

base". Não! Também não pode. Agora, para as empreiteiras...

Está chegando aqui o Deputado Gonzaga Mota, a quem reatado as minhas homenagens, pois teve a coragem de desafiar os banqueiros e as empreiteiras, não aceitando esse tipo de emenda e garantindo a emenda que simplesmente dava ao trabalhador a recuperação das perdas na data-base. Isto não iria explodir o Plano.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos este apelo. Faremos outros, durante a sessão, na esperança de que esta Casa não se tome, efetivamente, um cartório. E agora estamos cercados pela chamada "redoma de vidro", ou "paredão de vidro", ou "muro de Berlim" que nos separa do povo. No momento em que, em nível internacional, se derruba o Muro de Berlim, se derruba o muro do apartheid, se derrubam, mediante um acordo, desavenças entre palestinos e judeus, aqui nós nos isolamos totalmente do povo.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo aos Parlamentares comprometidos com os interesses sociais, para que votemos, pelo menos, três emendas: a relativa à recuperação das perdas, a que permite que o salário mínimo chegue a 100 dólares até o fim do ano e a que estabelece a data-base unificada em 1º de maio. Vamos assegurar aos trabalhadores esses direitos, mostrando a nossa independência e sede de fazer justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Lourenço, para uma comunicação de Liderança, pelo PPR. S. Exª dispõe de 20 minutos para a sua manifestação.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PPR-BA. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, ouvimos e lemos hoje na imprensa algo que nos deixou um tanto estupefatos, estupefatos: um candidato à Presidência da República deste País, em visita aos Estados Unidos, em Nova Iorque, ao ser indagado sobre o programa de privatização do Brasil, respondeu: "Existem duas áreas que são intocáveis, porque são áreas estratégicas." Estratégicas, Sr. Presidente!

Notei, pelas fisionomias, que os americanos ficaram estupefatos. Imaginaram que os brasileiros teriam descoberto algum novo tipo de foguete para ir à Lua; ou a bomba de nêutrons; ou um tipo de computador tão avançado tecnologicamente que ainda não é do conhecimento nem dos Estados Unidos, nem da Alemanha ou do Japão; ou um tipo de avião ultra-sônico, ultraveloz, algo de fantástico nas novas armas de guerra. Notei que os jornalistas ficaram tensos e ansiosos para saberem o que no Brasil era estratégico, e o candidato à Presidência do Brasil explicou: os telefones e o petróleo.

Sr. Presidente, é um absurdo dizer-se, num país de Primeiro Mundo, que telefone é estratégico! Ainda mais aqui, onde acontecem escutas telefônicas todo dia! Que petróleo é estratégico, se a PETROBRÁS está há quarenta anos procurando petróleo e encontra tudo, menos petróleo? Encontra é empregos, privilégios. Mas o candidato à Presidência do Brasil diz que ambos são estratégicos. É algo secreto, intocável, da soberania nacional, da segurança nacional. Os termos "soberania nacional" e "segurança nacional" são muitos usados. Segurança nacional, na minha visão, na visão do meu Partido, é uma nação de homens e de mulheres com educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento básico, que tenham acesso aos bens que o país lhes pode dar – e que não lhes dá.

Li o programa do PT. Com sua ação política permanente, conseguiram barrar a Revisão Constitucional "que os neoliberais queriam impor à Nação, porque o aperfeiçoamento da Carta Magna se constituiria, mais uma vez, num instrumento a serviço das elites, dos poderosos".

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quero saber como é que o futuro governo vai conviver com um déficit de 8 bilhões de dólares na Previdência; onde o governo vai encontrar recursos para tapar os buracos das estradas deste País, que são motivo de vergonha para nós; onde o governo vai arranjar recursos para que os nossos hospitais dêem um mínimo de assistência à saúde do povo brasileiro. Mas isso não interessa a eles, que continuam com aquela idéia do passado de que temos que ter recursos para investir nas estatais.

Investir no cidadão brasileiro, no povo brasileiro, não é preocupação de Estado do PT, e, sim, as estatais. Aliás, há lógica nisso, porque 50% dos convencionais que estiveram sentados nessas cadeiras do plenário do Congresso Nacional eram funcionários públicos ou funcionários de empresas estatais, segundo pesquisa realizada pela Datafolha. Portanto, eles estão defendendo o que é seu. Isso é natural, é compreensível. Se eles fossem, por exemplo, contrários à PETROBRÁS, estariam traindo os próprios empregos.

O que não é compreensível, Sr. Presidente, é que um candidato a presidente do Brasil defenda uma empresa como a TELEBRÁS, que opera em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro e cobra entre 3 e 4 mil dólares para instalar uma linha telefônica, enquanto uma pequena companhia telefônica, que opera em Uberlândia e Uberaba, numa área de 100.000km² – a Companhia Telefônica Brasil Central, se não me engano – presta o mesmo serviço por apenas 1.500 dólares.

Mas, para eles, isso não interessa. O que tem a ver, meu Deus do

céu, o PT com isso? O que tem a ver o PDT com isso? Telefone é instrumento das elites, só é usado pelos ricos. Os pobres não têm acesso ao telefone, nem devem ter – não querem que eles tenham. Esse é o discurso dessa gente: eles ainda têm argumentos contra a verdade; eles permitem, querem e defendem isso.

O Sr. Amaury Müller – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Tem a palavra V. Ex^a, nobre Congressista Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER – Nobre Congressista José Lourenço, mais uma vez, V. Ex^a brande os instrumentos da sua verve, do seu brilho, contra setores prioritários e estratégicos da vida brasileira, como, por exemplo, as telecomunicações, pregando aquilo que hoje já está sepultado – pelo menos, em termos de Revisão Constitucional – ou seja, a privatização desregrada, desabrida, sem critério, de um patrimônio que foi constituído à custa da sociedade brasileira e que, portanto, a ela pertence. Mas respeito o pensamento de V. Ex^a; são opiniões diversas; o contraditório é da essência da democracia. Apenas, nobre Congressista José Lourenço, ousaria fazer uma sugestão, uma proposta a V. Ex^a

Se temos um índice aparentemente pequeno de telefones por habitantes – oito telefones por 100 habitantes, numa comparação quase grosseira do número de habitantes pelo número de aparelhos, sem envolver aí o poder de compra de cada cidadão que teria direito a um terminal telefônico – por outro lado, temos também 98% do meio urbano sem água tratada e sem esgoto e 100% do meio rural. Quem sabe poderíamos fazer uma grande negociação?! Transferiríamos para a iniciativa privada o setor da telefonia, da transmissão de dados, dos canais de rádio e televisão em caráter definitivo, e essa mesma iniciativa privada dotaria as cidades e o meio rural de 100% de água tratada e de esgotos. Será que o capi-

tal quer investir? Será que convém, se não há retorno, investir em setores estrangulados, que não aparecem e que custam caro? Nobre Congressista José Lourenço, V. Ex^a exercita um direito pleno, legítimo de defender os seus pontos de vista, mas, convenhamos, onde não há retorno, onde o lucro deixa de ser bandeira ou religião, o capital não vai. Se o capital for a todos os segmentos estrangulados, esquecidos, marginalizados da vida nacional, eu até concordaria. Agora, quando V. Ex^a afirma que estão comparecendo às sessões apenas corporativistas, isto constitui, no mínimo, uma grosseria para comigo e tantos outros e um grave erro de perspectiva histórica.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Eu não afirmei isso. O Congressista Amaral Netto não é corporativista. Eu não generalizei.

O Sr. Amaury Müller – Não tenho nada que ver com corporativismo; não sou servidor público, apenas sou defensor daquilo que considero fundamental para que este País seja soberano. Ouço elogios e louvações ao que se fez na Argentina. "Privatizaram-se" os setores telefônicos da grande Buenos Aires, entregando-se o controle acionário e técnico daquilo que era do Estado argentino para três empresas estatais estrangeiras. Privatizou-se também a empresa Aerolíneas Argentinas, entregando-a à Ibéria, que é uma estatal espanhola. Hoje, o custo do telefone em Buenos Aires é muitíssimas vezes superior ao que era antes. Será que é por aí que V. Ex^a quer caminhar? Será que é isso que V. Ex^a deseja?

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Muito obrigado a V. E^a

O Sr. Amaury Müller – Nobre Congressista, permita apenas que eu conclua o meu pensamento. Quero respeitar as opiniões de V. Ex^a, mas V. Ex^a tem o dever também de respeitar as nossas opiniões para que possamos exercitar a democracia.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Não vou admitir que V. Ex^a faça um discurso no meu tempo.

O Sr. Amaury Müller – Já concluí. É que não tenho os 20 minutos que V. Ex^a tem. Tenho apenas 5 minutos na minha inscrição, que V. Ex^a precede, como Líder, num Regimento autoritário, cheio de vantagens para poucos, enquanto a maioria fica aqui esperando a vez de falar, embora esteja inscrito.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Muito obrigado. Quero dizer a V. Ex^a que os telefones na Argentina existiam de fato, mas não falavam. Eram peças decorativas nas casas argentinas. Estive lá há poucos meses, e constatei que os telefones já começaram a falar; mas antes não falavam, não. Eles funcionavam do mesmo modo que o nosso aqui antigamente: tínhamos que deixar o aparelho em cima da mesa e esperar a linha, para, então, ligar.

Nobre Congressista, V. Ex^a, que é inteligente, atual, lê até jornal, vem afirmar que telefone é estratégico?! Se o serviço de água também for privatizado, haverá quem o faça. Se se privatizar o saneamento, vai haver quem o faça. Vai haver, sim, Congressista, e com mais eficiência do que fazem as prefeituras municipais.

V. Ex^a é um Parlamentar experimentado, experiente, conhecedor das coisas e sabe que, se investíssemos hoje o que é necessário para a atualização do sistema telefônico do País, precisaríamos de 100 bilhões de dólares. Isso geraria no PIB mais de 1 milhão de empregos e mais de 25 bilhões de impostos por ano, suficientes para se fazer saneamento básico, habitação e para se investir na área social, que, na visão de V. Ex^a e de muita gente, é área exclusiva do Governo.

Mas não, não querem investir, não permitem investimento de capital privado em outros setores para que a miséria continue, porque têm os votos da miséria. No dia em que acabar a miséria, acabam seus discursos e seus eleitores. Então, tem que continuar o que está aí, Sr. Presidente, para que eles continuem a ser eleitos.

Por que o Lula não quer mudanças, não quer aprovar a

URV, não quer o Plano Real? Ele não quer nada: quer a desordem, quer o caos, para, no meio desse caos, ser eleito como novo salvador do Brasil. E nós vamos ter um homem que considera estratégico telefone e petróleo. O Líder José Fortunati afirmou que o seu partido era contra que se mexesse nesse dispositivo constitucional que discrimina o capital estrangeiro – que quisemos votar na quarta-feira da semana passada e perdemos por três votos. Ele foi para lá e disse que não. Que eles eram contrários. Que nisso não podia mexer. O Lula agora vai aos Estados Unidos e diz que o capital estrangeiro será bem-vindo, porque tem consciência que só com investimentos estrangeiros poderemos gerar empregos para o nosso povo.

Quer dizer, o discurso lá é um; aqui é outro. Espera aí, o que é isso?! Respeitem o Congresso Nacional. Não mintam à Nação. Eles estão mentindo lá ou aqui? Estão mentindo aqui. Lá eles não mentem, porque têm uma certa respeitabilidade pela opinião pública. Aqui não têm. Aqui eles agridem; agridem com inverdades, com comportamentos políticos que não correspondem àquilo que vão fazer se algum dia chegarem ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, temos que aceitar, democraticamente, conviver com esse partido. Entretanto, temos que debater; temos que chamar a atenção desta Nação para o que fazem e dizem, para o que são capazes de fazer e de dizer e para o atraso em que estão metidos os homens que lideram o Partido dos Trabalhadores. Essa situação é incompreensível!

Quando Lula afirmou: "Estratégico no meu País é telefone e petróleo", os americanos quase caíram da cadeira. Telefone é estratégico? Em Nova Iorque há sete companhias telefônicas; nos Estados Unidos, há 50, e existe concorrência entre elas; as grandes empresas a fazem entre si para saber quem vai prestar esses serviços; fazem concorrência de preço.

No Brasil, algumas empresas que utilizam muito o telefone estão se mudando para Uberlândia, porque essa pequena companhia telefônica privada que existe no Triângulo Mineiro tem preços mais baixos que a TELEBRÁS e abaixa o preço em função do usuário. Se o usuário gasta 500 ou 600 mil dólares por mês, ela tem uma tarifa; se gasta 1 milhão de dólares, tem uma tarifa mais baixa. Aqui, não. Na TELEBRÁS, tanto adianta você gastar 10 milhões de dólares por mês como gastar 1 milhão de dólares, a tarifa é a mesma, porque ela é o Estado, é o próprio Estado.

A TELEBRÁS tem oito funcionários para mil linhas. A do Triângulo Mineiro, que é pequenina, tem quatro. Mas é claro que a TELEBRÁS tem que ter muitos empregados! É para gerar emprego para os indicados pelos políticos, que, por sua vez, indicam as diretorias dessas empresas, que são ineficientes e não atendem ao interesse nacional.

Em São Paulo, havia uma companhia de ônibus, a CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos. O PT comprou para essa companhia, para garantir o estoque e conseguir um preço mais baixo, porcas e parafusos para 100 anos. Claro! Pensaram que aquilo fosse ouro, sem saber que o ouro, há 10 anos, valia 800 dólares a onça e, hoje, vale 386 dólares. Eles não sabem nem que o ouro caiu nos mercados internacionais, mas compraram porcas e parafusos para 100 anos. E são eles os donos da verdade. O PT é o "Partido dos homens sérios, dignos, de bem, que não têm nada com as "maracutaias", safadezas etc." Infelizmente, eles transmitem à Nação essa imagem, através de uma imprensa infiltrada pelo PT, que presta um desserviço à Nação quando não lhe transmite informações corretas, claras, transparentes sobre o comportamento de determinadas pessoas e determinados setores do Partido dos Trabalhadores.

Isso nós denunciávamos aqui da tribuna, levamos ao conheci-

mento da opinião pública. Chamamos a Oposição para o debate, mas isto não acontece. O que dizemos aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não sai no jornal. Sai na Voz do Brasil, e olhe lá! Antigamente, também éramos discriminados nesse programa. Hoje não somos, mas já o fomos no tempo em que o PT controlava os serviços de divulgação da Câmara dos Deputados. Denunciei isso. Hoje, graças a Deus, existem pessoas responsáveis nesse setor, e os nossos discursos não são mais discriminados. É uma conquista fantástica, Srs. Congressistas, não termos os nossos discursos discriminados pelos serviços de divulgação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional; mas vejam V. Ex^{as} até onde fomos e onde chegamos!

Digo a V. Ex^{as}, Sr. Presidente e ilustres Pares – quando me refiro a ilustres Pares não faço distinção a ninguém – que continuaremos aqui denunciando democraticamente aquilo que consideramos errado.

O Sr. Lula da Silva, que é considerado no exterior uma figura exótica, lá transmite essa imagem negativa do Brasil. Ouvi um jornalista americano dizer: "Esse candidato nos parece uma figura exótica da

América Latina". O que isso quer dizer? Eu sei, mas, em respeito ao candidato à Presidência da República do meu País, não digo.

Espero, Sr. Presidente, que o Sr. Lula da Silva, ao voltar ao exterior – ele irá à Europa certamente – não diga mais nenhuma vez que petróleo e telefone são setores estratégicos. Lá, estratégico é coisa mais séria, novas conquistas do avanço tecnológico da humanidade, e não isso. Sei que ele ouve isso de alguns parlamentares, todo dia, no Congresso. Então, já se sente à vontade para repetir. Ouve, na Voz do Brasil, alguns parlamentares afirmarem que o petróleo é estratégico, a telefonia é estratégica, a segurança nacional e tal... Chega lá fora, coitado, sem muitos recursos, sem uma boa assessoria, diz a mesma coisa. Que ele não diga isso para não envergonhar a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FETTER JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra o nobre Congressista Fetter Júnior.

O SR. FETTER JÚNIOR (PPR-RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, um poeta não morre jamais. Ele simplesmente passa a fazer parte de seus próprios devaneios, de suas palavras soltas pelo ar, sem destino.

O que fica é a saudade. A certeza de que o mundo ficava mais bonito através das letras, magistralmente amontoadas em palavras que se aglutinavam em poemas mágicos, capazes de traduzir um sentimento muito mais do que induzir a uma conclusão.

O Brasil está mais triste, o Rio Grande do Sul está triste, Porto Alegre está triste e, numa ironia poética, Alegrete está triste. Lá, em 1906, nasceu Mário Quintana, mais que um poeta, um visionário que nos deixou, aos 87 anos.

Em sua trajetória, Mário Quintana legou uma obra literária extraordinária, plena de belas passagens, de textos que, pela simplicidade, refletiam o interior do autor.

Passagens que também aconteceram em sua vida pessoal, como, por exemplo, sua participação na revolução de 1930 quando, dizem, teria o poeta amarrado seu cavalo no obelisco, tal qual fez Getúlio Vargas.

Porém, ao poeta não interessavam as armadilhas políticas, a poesia engajada. Para ele, esse tipo de obra literária era "outra forma de explorar os explorados".

Voltou para seu rincão, Porto Alegre, de onde acelerou sua

verve poética, publicando seu primeiro livro, "A Rua dos Cataventos" em 1940.

Porém, Sr. Presidente, este ilustre brasileiro foi precoce no domínio da palavra. Teve durante a década de trinta, companheiros de trabalho do gabarito de Érico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira que, além que alentar seus sonhos de poesia, incentivaram sua carreira.

Seu talento, no entanto, demorou a ser reconhecido fora do Rio Grande do Sul. Durante muitos anos, apenas os gaúchos conheciam sua capacidade de dizer o que o coração encerra. Uma injustiça evidente.

Mas a injustiça faz parte da alma do artista. Com Mário Quintana não foi diferente, pois mesmo tendo sido imortalizado por sua obra literária, Mário continuava sendo um poeta muito lido e pouco lembrado.

Tanto, que tentou uma vaga na Academia Brasileira de Letras por três vezes, e em nenhuma obteve o merecido sucesso. Primeiro, perdeu para Orígenes Lessa, depois para o ex-Ministro Eduardo Portella e, na terceira disputa, a vaga não foi preenchida. Apenas em 1980 a Academia esboçou uma redenção, conferindo ao poeta o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de sua obra.

No entanto, Mário encarou com sua habitual irreverência a situação, dizendo que preferia "um atentado a uma homenagem".

Forte, ele sobreviveu à injustiça tanto quanto aos despejos, mudanças e à falta de dinheiro, sempre com um jeito simples e irônico de ser, fatores que transportava para sua poesia.

Hoje, quando toda uma nação lamenta a morte de Mário Quintana, muitos são os que podem revoltar-se contra as injustiças e os percalços por ele enfrentados. No entanto, ele mesmo deixou o exemplo de desprendimento quando, do alto de sua sabedoria, disse que "esses aí que atravancam meu caminho, eles passarão... eu passarinho."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO (PPR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, assomo a esta tribuna hoje para cumprir um ingrato dever: a crítica muito dura a dois companheiros que, no meu entender, traíram suas posições e seus partidos. Refiro-me ao Senador Marco Maciel e ao Deputado Nelson Jobim, Relator da Revisão.

Esses dois Parlamentares, na quinta-feira, trabalharam, opinaram e fizeram com que aqui houvesse falta de Deputados e Senadores, para que não se pudesse votar o conceito de empresa nacional. Acuso-os de traição e mais ainda: os dois juntaram-se aos partidos que fazem obstrução – têm o direito de fazê-lo e os respeito – para aceitar uma pauta mínima, que é uma vergonha, um escárnio e um deboche.

Assomo a esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer que já pedi ao meu Líder, Deputado Marcelino Romano Machado, que proclame aqui a obstrução do PPR. Não votamos qualquer pauta que não seja do interesse nacional. A pauta aqui recusada era para acabar com a fome, com a miséria e com a dependência do Brasil; e querem votar uma pauta de brincadeira, uma pauta que pode até provocar riso, porque é risível.

Não posso entender que se aceite isso, a não ser como uma traição. De minha parte, farei tudo para obstruir essa votação. Quero deixar claro que a mim me espanta que Deputados, como Nelson Jobim, e Senadores, como Marco Maciel, possam se prestar a uma pantomima dessa ordem. Os que estavam aqui viram e sabem

que é verdade. O Senador Marco Maciel perambulou pelo plenário e, na hora de votar, saiu. O Deputado Nelson Jobim pediu a vários Deputados que não votassem; disse até que podiam ir, porque não haveria votação. E o conceito de empresa nacional caiu por três votos.

Quem é responsável por isso? O Relator? O líder do PFL no Senado, que é um dos que apóiam o candidato à Presidência Fernando Henrique? Onde estava o Sr. Fernando Henrique? Onde estava o Sr. José Sarney? Onde estavam todos aqueles líderes que aqui não vieram votar, cumprir sua obrigação?

Temos que registrar este fato com muita seriedade. Não podemos dar número para uma pauta ridícula, imposta pela minoria, que venceu a maioria pela covardia e pela omissão da maioria. Cerca de 200 Deputados que não compareceram ou que, aqui vindo, não votaram, não deram número para fazer a grande transformação desta Nação.

Sr. Presidente, termino com uma palavra. Está no rádio, na televisão, nos jornais um certo movimento chamado "Nação Brasileira". Não é bem "Nação Brasileira": deveria chamar-se "Matula do Brasil", que é a CUT, que comanda essa campanha em que nos chamam de ladrões, de vendidos, de bandidos propriamente, quando eles são a matula do País.

Matula, segundo o Aurélio, quer dizer "corja de vagabundos". É o que a CUT é. Ela nos envergonha diante da Nação e não nos dá o direito de resposta, porque a Mesa não tomou nenhuma providência a esse respeito.

Peço a essa gente da CUT – Sr. Presidente, aqui não me refiro a Deputado, Senador ou a partido, mas à CUT, não como adjetivo, mas como substantivo que ela é – que não esqueça de colocar meu nome e meu retrato. Eu pago, pois quero que a Nação toda saiba que eles me consideram desonesto e indigno. Para a CUT, indigno e desonesto é o homem mais decente, mais honesto do País, pois desonestidade e indignidade moram dentro dela.

É preciso fazer alguma coisa para acabar com essa vergonha e com essa nossa aparente covardia de não protestar contra ela. Repito, estaremos trabalhando pela obstrução total a essa vergonhosa pauta, a essa rendição incondicional àqueles que querem manter o País na desgraça, que é esta Constituição.

Tenho moral para dizer isso, porque, amigo íntimo de Ulysses que fui e sempre seu adversário, quando se promulgou aqui a Constituição, eu disse à imprensa, da tribuna, que, no fundo, ela era uma Constituição que privilegiava e protegia os bandidos e os incapazes; é o que fez esta Constituição. Se V. Ex^{as} a lerem com atenção, vão verificar que digo a verdade. Eu disse que "essa Constituição, no fundo, não passava de uma palhaçada", e ela o é. Tanto o é que o PT se recusou a assinar em princípio – pode ter assinado depois – e agora não quer que ela seja mudada. Lamento muito, porque o Presidente desse Partido vai sentir na carne, se for eleito, e parece que vai ser – não sei se digo para bem ou mal do Brasil, mas acho que todos sabem.

Temos que reagir contra esse insulto desabrido ao Congresso, vindo a todas as horas e por todos os meios, com o dinheiro que o trabalhador paga para a sobrevivência dessa gente da CUT.

Esta é a minha posição: se meu Partido não declarar obstrução, como prometeu seu Líder, estarei fora dessas votações, porque só voto aqui duas emendas: uma, supressiva, do Deputado José Maria Eymael, que foi objeto de pedido de destaque do meu Líder, Deputado Marcelino Romano; e outra que transfere ou suspende a Revisão até março de 1995.

Nós não vamos nos entregar.

Quero, pelo amor de Deus, que os componentes da matula da CUT não esqueçam o meu nome. Podem tachar-me de tudo de ruim, porque quando eles falam mal de nós é porque somos muito

bons.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência vai solicitar à Taquigrafia uma cópia do pronunciamento do Deputado Amaral Netto, com referência às providências que solicitou, que reclama o não-atendimento. Então, para evitar que se cometa uma injustiça, jogando a responsabilidade sobre a Mesa toda, será encaminhado para a devida análise, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, se necessárias.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Ramos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULO RAMOS NA SESSÃO DO CONGRESSO REVISOR DE 10-05-94, E QUE ENTREGUE À REVISÃO DA PRESIDÊNCIA SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

Durante o discurso do Sr. Paulo Ramos, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Exª. será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PPR – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, há pouco usou da tribuna o nobre Deputado João Paulo, que, com toda a sua capacidade e sensibilidade política, abordou um assunto que tem sido motivo de uma série de preocupações e manifestações minhas na Casa.

Era o seu protesto contra a adoção, pelo Congresso Nacional, durante a Assembléia Nacional Constituinte, desse monstrego que descaracterizou o processo legislativo e, sem dúvida alguma, é um dos maiores fatores de desestímulo à atividade parlamentar. Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, ao instituto da medida provisória.

Ainda durante a vigência da Constituição de 1946, havia o Ato Institucional nº 2, de 1965, cujo art. 30 dizia:

"O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional."

Era específico. Já a Constituição de 1967, em seu art. 58 – e vejam V. Exªs que era a Constituição do período militar, do regime discricionário, do regime, como preferem dizer alguns, autoritário –, dizia o seguinte:

"Art 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

- I – segurança nacional;
- II – finanças públicas."

Sr. Presidente, peço a V. Exª que solicite um pouco de silêncio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa pede ao Plenário que faça silêncio porque há um orador na tribuna.

O SR. ADYLSO MOTA – Veja, Sr. Presidente, que o legislador à época tinha duas preocupações: o limite de abrangência e a não-elevação de despesa.

A Emenda Constitucional nº 1, que praticamente é uma outra Constituição, em seu art. 55 estabelece o seguinte:

"Art. 55. O Presidente da República, em caso de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

- I – segurança nacional;
- II – finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
- III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos."

Mais uma vez, Sr. Presidente, no regime autoritário houve a preocupação de não aumentar despesa e estabelecer o limite de abrangência.

Pois bem, todos aqueles que bradavam contra o famoso entusiasmo autoritário e citavam como o primeiro desses atos excepcionais e execrados o decreto-lei, todos eles, na Constituinte, votaram aqui a favor da adoção do instituto da medida provisória, que é mais arbitrária, Sr. Presidente, do que o decreto-lei, porque não tem limite de abrangência nem a preocupação de não aumentar despesas.

A Bancada majoritária de 305 votos do PMDB na Constituinte, que havia sido Oposição por ocasião dos decretos-leis, aprovou o instituto da medida provisória.

Naquele momento, vim a esta tribuna com outros Parlamentares e até usei a seguinte expressão: "Neste momento, o Congresso Nacional está fazendo seu haraquiri político, porque abriu mão da sua competência na iniciativa das leis e a transferiu para o Palácio do Planalto".

Hoje, estamos aqui sendo cutucados, encurralados por essa enxurrada de medidas provisórias. Para se ter uma idéia, um instrumento que foi recomendado, adotado e aprovado para ser usado excepcionalmente foi utilizado, no espaço de cinco anos, 494 vezes, o que dá uma média de duas vezes por semana. Ou seja, o que era para ser exceção virou a regra.

O Poder Legislativo abastardou-se, humilhou-se e abriu mão de sua principal prerrogativa, que era a iniciativa das leis. Tentou corrigir, de certa forma, essa distorção, encaminhando, votando e aprovando nesta Casa uma regulamentação da medida provisória. Mas – pasmem os senhores – faz três anos que essa regulamentação está dormitando nos escaninhos do Senado Federal, buscando uma solução que não surge.

Agora, está novamente na pauta, talvez na pauta mínima, como um dos itens. Quero fazer um apelo, em nome da dignidade do Poder Legislativo, em nome das prerrogativas das quais este Poder abriu mão, pela comodidade de não ter que legislar: quando se for apreciar a pauta mínima – se esta for apreciada –, que definitivamente se elimine, entre tantos vícios que esta Casa tem, o instituto das medidas provisórias. Alegava-se que ele atendia ao regime parlamentarista, mas não há razão para tê-lo no regime presidencialista.

Preocupo-me com a imagem desta Casa, Sr. Presidente. Quando dizem que os Deputados não vêm aqui legislar, não deixam de ter razão: eles não vêm aqui, muitas vezes, porque o Líder vota por eles; eles não vêm aqui porque esta Casa entregou para o Executivo a sua atribuição maior, que era a iniciativa das leis. Isso desestimula o Deputado que vem aqui com vontade de trabalhar e de legislar.

Portanto, se a matéria vier a ser apreciada, faço um apelo, talvez de poucas possibilidades, em nome da dignidade do Poder Legislativo: vamos expungir do Texto Constitucional essa excessência, essa monstruosidade que descaracterizou e desmoralizou o processo legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Diogo Nomura.

O SR. DIOGO NOMURA (PL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, tive a grata oportunidade, como um dos integrantes da Comissão de Defesa

Nacional, de comparecer, a convite do Sr. Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Ivan da Silveira Serpa, àquele Ministério para ouvir a conferência feita pelo Almirante de Esquadra César de Andrade, Chefe do Estado-Maior da Armada.

O Almirante César de Andrade, com profundo conhecimento, em função de suas elevadas atribuições, e com realismo, discorreu sobre as atividades da nossa Marinha, dos percalços existentes que se fundamentam nos recursos orçamentários menores, contrapondo-se às crescentes necessidades para a modernização da nossa Armada, que, um dia, no passado, ocupou o segundo lugar no mundo, e, hoje, mesmo enfrentando todos os óbices, com galhardia vem cumprindo seus objetivos, procurando satisfazer o cumprimento da sua missão vanguardista na defesa nacional.

O ilustre Chefe do Estado-Maior da Armada fez uma apreciação geopolítica mundial, chamando a atenção para o fato de que, não obstante o arrefecimento do fenômeno da "guerra fria", que constituiu por muito tempo a mola que impulsionou a bipolarização das forças mundiais entre o Ocidente e o Oriente, é mister que tenhamos presente, nestes tempos em que a tecnologia eletrônica atinge níveis nunca dantes imaginados, que o nosso País precisa estar com suas Forças Armadas modernizadas, adestradas, com a atenção permanentemente voltada para essa fase da evolução histórica mundial e, nesse contexto, devolver uma especial preocupação para que o poder naval brasileiro esteja preparado para enfrentar, de maneira dissuasória mas combativa, quaisquer pretensões externas que possam ferir os princípios da nossa soberania. Aliás, Sr. Presidente, lembrei-me, quando jovem e prestando o serviço militar, do dístico que o nosso sargento instrutor sempre nos apontava: "se vis pacem para bellum".

Realmente, num País como o nosso, com um território de dimensões continentais, com uma orla marítima das maiores do mundo, o fundamento para assegurarmos a paz está no poder militar da resposta imediata, mormente do poder naval mobilizando aeronaves e tropas com rapidez.

O Almirante César de Andrade fez aos Deputados que participaram da proveitosa reunião de estudos a explanação do que significa um plano estratégico da Marinha, do qual decorrem a política básica e os planos consequentes, demonstrando a vigilância permanente da Marinha brasileira face às transformações por que passa a Humanidade como um todo.

Sr. Presidente, é inegável a importância do diálogo que não existia anteriormente, nos níveis atuais, entre o Congresso Nacional e os setores das nossas Forças Armadas, visando a uma conexão de esforços, a um mútuo entendimento e, mais do que isso, buscando um sentimento de fraternidade, objetivando a meta comum, que é o desenvolvimento nacional, balizado na harmonia das atuações entre os militares e os Congressistas, cumprindo cada qual a sua missão.

Todos nós conhecemos o valor do trabalho desenvolvido por nossa Marinha, e disso tivemos prova participando de uma viagem, a convite do Ministério, à flotilha do Amazonas, na assistência proporcionada às populações ribeirinhas, carentes de assistência médica, odontológica e hospitalar, através do navio-hospital "Oswaldo Cruz", no combate ao contrabando e ao narcotráfico, na vigilância da nossa imensa orla marítima contra as incursões ilegais de barcos pesqueiros estrangeiros, no serviço de hidrografia e navegação, na presença da Marinha na Antártica. Enfim, em todos os pontos do nosso Território, a Marinha brasileira, ciosa das suas valorosas tradições históricas, está presente, cumprindo, embora enfrentando dificuldades de verbas e de material, o seu dever precípuo, desfraldando a nossa bandeira, defendendo a paz, mas atenta e zelosa no que concerne à nossa soberania.

Sr. Presidente, deveria e teria muito ainda a discorrer sobre

a nossa Marinha, motivo de orgulho para todos nós brasileiros, mas como a conferência pronunciada pelo Almirante César Andrade é altamente didática e esclarecedora, requeiro, Sr. Presidente, a transcrição, em Ata dos nossos trabalhos, do seu inteiro teor. Agradeço a V. Ex^a a deferência ao meu requerimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DIOGO NOMURA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
SUBCHEFIA DE ESTRATÉGIA

Brasília, DF. 22 de abril de 1994.

Palestra a ser proferida para os membros da Comissão de Defesa Nacional

É para mim uma excelente oportunidade poder me dirigir aos senhores parlamentares para discorrer sobre a Marinha, suas atividades e dificuldades.

Pretendo pois apresentar a V. Ex^a as principais ações por nós desencadeadas em prol da defesa nacional, e a forma como elas contribuem para o desenvolvimento do País. Como teremos oportunidade de assinalar, as dificuldades financeiras hoje vivenciadas, impossíveis de serem esquecidas, em face dos reflexos negativos que vêm causando à instituição, fazem com que a atuação da Marinha situe-se em nível abaixo daquele que gostaríamos de dispor e que, no futuro, almejamos alcançar.

A evolução da conjuntura internacional nesse final de século tem se caracterizado pela forma abrupta e até surpreendente com que as mudanças ocorrem, tomando difícil efetuar previsões que auxiliem na formulação de políticas de segurança e defesa.

O arrefecimento da guerra fria – marco maior dessa evolução e prova incontestada de sua imprevisibilidade – parece ter afastado o perigo do holocausto nuclear e deu a todos a sensação de um mundo mais seguro. No entanto, ao mesmo tempo que diminuiu o perigo de uma guerra global, o alívio das tensões Leste-Oeste permitiu o aparecimento de um sem-número de conflitos regionais, étnicos, separatistas e religiosos, que se encontravam represados, por representarem potencial de risco para a confrontação entre as duas grandes potências.

Evoluímos, assim, de um cenário de baixa instabilidade e alta confrontação para um de alta instabilidade e baixa confrontação.

As características de incerteza e instabilidade do cenário internacional, somadas ao fato de que existem vários aspectos da chamada "nova ordem mundial" perigosamente conflitivos com os nossos objetivos nacionais, nos mostram o quão arriscado é aceitar como permanente e definitivo a ausência de contenciosos. Portanto, não podemos descartar a possibilidade de emprego do poder militar, quer seja para desencorajar qualquer pretensão de potência estrangeira de tentar resolver controvérsias através do uso da força, quer seja para opor-se efetivamente a tal uso caso a dissuasão falhe.

Acredito que, neste contexto, o poder naval tem uma importância singular: grande parte de nosso comércio exterior é feito pelo mar e as chamadas linhas de comunicações marítimas, que se projetam para fora do "guarda-chuva" protetor, representado pelo território pátrio, são particularmente vulneráveis a interferências e hostilidades. Note-se que, por volta dos anos 40, a economia brasileira movimentava, pelo mar cerca de 10 milhões de toneladas/ano. Atualmente, o transporte marítimo é responsável por mais de 300 milhões de toneladas, das quais cerca de quatro quintos decorrem do intercâmbio com o exterior. Somam, ao todo, mais de

40.000 navios por ano que demandam ou deixam portos nacionais.

Adicionalmente, quase 80% do petróleo que produzimos é proveniente da plataforma continental, e a pesca, embora registre uma produção muito aquém da aceitável, é responsável pela satisfação das necessidades alimentares de boa parcela da população e congrega, na atividade, uma mão-de-obra expressiva.

Fruto dessa dependência que o País tem em relação ao mar, adquire relevância a responsabilidade da marinha de evitar o estrangulamento de nossa economia, na eventualidade do surgimento de uma crise político-estratégica ou de uma guerra.

É oportuno frisar que qualquer pressão de caráter militar, por parte de país que não tenha fronteira com o Brasil, deverá vir, necessariamente, do mar.

Um estudo das crises político-estratégicas que eclodiram no mundo a partir da 2ª Guerra Mundial demonstra que o poder naval teve participação fundamental em quase todas, chegando a ser, muitas vezes, o único componente do poder militar a ser empregado. Uma das principais causas dessa proeminência é que, sendo seu emprego feito a partir de águas internacionais, e sem afetar muito as populações civis, dá ao condutor político uma maior flexibilidade para o controle da crise, permitindo acordos e composições que não ferem o orgulho e a soberania nacionais.

Aliás, cumpre enfatizar o papel do poder naval como instrumento do Estado para o atingimento dos objetivos nacionais. Assim sendo, seu emprego subordina-se a condução da política nacional.

Para permitir o preparo do poder naval com vista a um possível emprego, a Marinha conta com uma sistemática de planejamento de alto nível, que prevê e ordena as atividades pertinentes ao cumprimento de sua missão que, em síntese, é a seguinte:

Inicialmente, o Estado-Maior da Armada elabora o plano estratégico da Marinha, que compreende: um exame da situação, em que são avaliados os fatores mais significativos e relevantes das conjunturas nacional e internacional; a concepção de emprego do poder naval, tanto em cenário de paz como, também, considerando as hipóteses de conflito; e a elaboração de diretrizes para estabelecer as prioridades e as áreas de concentração de esforços visando eliminar as deficiências identificadas.

Decorrente do plano estratégico da Marinha são elaboradas e divulgadas uma política básica e diversos planos dele consequentes.

Para o cumprimento dessa política básica e para a execução harmoniosa dos programas que constituem os diversos planos, foi estruturado na Marinha um sistema de coordenação e controle administrativo-financeiro dos recursos a ele alocados. Esse sistema, chamado "plano diretor", foi criado pela Marinha há mais de 30 anos, anterior, portanto, ao próprio orçamento - programa da União, ele vem permitindo-nos conciliar exigências crescentes com recursos cada vez mais escassos, ordenar prioridades, garantir a continuidade de investimentos e registrar novas necessidades.

Fruto desse processo de planejamento, a Marinha identificou as seguintes áreas de atuação para o poder naval:

1) Respalda a política externa brasileira por meio de ações de presença naval em portos estrangeiros.

Deve-se frisar que diversas comissões de unidades ou forças navais brasileiras ao exterior decorrem de entendimentos prévios entre a Marinha e o Ministério das Relações Exteriores, somando, assim, esforços em prol de interesses nacionais.

2) Controlar áreas marítimas necessárias à defesa do território nacional, a salvaguarda dos recursos da zona econômica exclusiva e da plataforma continental e a manutenção das comunicações marítimas de interesse brasileiro e aliado, de acordo com os compromissos internacionais assumidos.

A imensidão desta tarefa pode ser aquilatada se atentarmos para a superfície da zona econômica exclusiva, que atinge quase a metade do território nacional.

3) Contra-arrestar pressões militares de potências mais fortes por controvérsias conciliáveis, elevando o patamar de risco para quem as pretenda exercer.

O mundo está assistindo ao aparecimento de uma série de novas realidades e tendências, capazes de afetar profundamente a evolução das relações internacionais. Como já foi dito, algumas delas se opõem a nossos objetivos nacionais e podem tornar-se focos de crises.

As pressões, por exemplo, para limitar as soberanias nacionais em assuntos referentes ao meio ambiente, tratamento de minorias e desenvolvimento tecnológico, configuram essas tendências, obviamente, sempre que for imposta quaisquer limitações dessas naturezas. Elas refletirão a visão unilateral sobre os problemas em questão, mas, infelizmente, tais pressões costumam ter grande aceitação junto a uma opinião pública bem-intencionada, porém despercebida de que entre os países mais ativos nesses movimentos estão aqueles que, no passado, ou foram responsáveis pelo extermínio sistemático de minorias étnicas ou, como potências coloniais, adotaram políticas que criaram as condições para o aparecimento dos conflitos que hoje surgem na Ásia, Oriente Médio e África. Tais países são, também, responsáveis por 70% da poluição mais prejudicial do planeta.

Não devemos nos esquecer dos esforços de várias potências para transformar as forças armadas dos países menos desenvolvidos em "guardas nacionais", com missões e ações essencialmente policiais, em face de seus interesses.

Para evitar o emprego da força na revolução de controvérsias conciliáveis, devemos ser capazes de apresentar um poder dissuasório e uma credibilidade de reação que leve o outro lado a considerar o custo da intervenção como, pelo menos, de baixa aceitabilidade militar e política.

4) Dissuadir aventuras bélicas regionais passíveis de ocorrer, apesar do bom relacionamento do Brasil com os países vizinhos e da crise econômica que assola todo o continente e que, naturalmente, inibe conflitos armados.

A propósito, nunca é demais ressaltar que existe sempre a possibilidade de que conflitos internos de países limítrofes, envolvendo, por exemplo, o narcotráfico e a guerrilha, se alastrem para dentro de nossas fronteiras, alimentando tensões indesejáveis, particularmente na região amazônica, onde as fronteiras são fracamente povoadas e guarnecidas. Existe, ainda, a possibilidade da ocorrência de atrito fruto de invasões de cidadãos brasileiros ao território de países vizinhos e vice-versa, como recentemente ocorreu na fronteira norte, com a Venezuela.

O envolvimento em um conflito regional não deve ser descartado, podendo ser alinhado, em termos amplos, os seguintes fatos geradores: conflito entre outros países, prejudicando interesses ou direitos brasileiros; necessidade de honrar compromissos assumidos pelo país; e ocorrência de ameaças diretas, derivadas de surgimento de contenciosos, cuja solução diplomática se mostre inviável.

5) Contribuir para garantia do uso das calhas principais e hidrovias secundárias atingíveis a partir daquelas, nas bacias amazônica e do rio Paraguai.

6) Contribuir para a manutenção da ordem interna, de conformidade com a Constituição Federal e as leis em vigor.

Esta é uma hipótese sempre presente em nossa conjuntura, principalmente considerando-se a intensidade da crise por que hoje passamos.

7) Contribuir para a preservação da Paz e da Salva-

Guarda da Vida Humana em áreas críticas.

A respeito desta última hipótese, gostaria de tecer alguns comentários, tendo em vista que existem grandes possibilidades do Brasil com ela se defrontar a curto prazo.

Em determinadas situações e locais, a vida humana pode estar submetida a ameaças resultantes de conturbações diversas. Nesse caso é preciso considerar, em primeiro lugar, a nacionalidade dos cidadãos cujas vidas estejam sendo ameaçadas.

Quando não brasileiros. A nossa participação no equacionamento da questão deverá estar pautada por razões humanitárias, ou motivada por compromisso internacional previamente assumido, e as forças brasileiras envolvidas farão parte, muito provavelmente, de um contingente internacional.

Alternativamente, quando se tratar de ameaças diretas contra a vida de Brasileiros que se encontrem em áreas críticas ou de risco, no exterior, a nossa participação poderá ter que ser mais firme, e não necessariamente em conjunto com outros países.

Agora, deixando de lado as responsabilidades de natureza essencialmente militar, passo a comentar as atribuições subsidiárias que, de acordo com a legislação em vigor, cabem a Marinha, e contribuem para o desenvolvimento nacional e bem-estar do nosso povo. Dentre essas, incluem-se as relacionadas com levantamentos Hidrográficos e pesquisa Oceanográfica, a sinalização Náutica, o programa Antártico, o atendimento Médico-Hospitalar a população ribeirinhas, a salvaguarda da vida humana no mar e a Polícia Naval.

Para prover a segurança da navegação, a Marinha atua por meio da diretoria de Portos e Costas e da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

A primeira, com sua rede de capitânicas, delegacias, agências e centros de instrução, controla o pessoal de Marinha Mercante e garante o seu preparo através do Programa de Ensino Profissional-Marítimo. E, também, responsável por fiscalizar as condições de navios e embarcações, que devem atender a requisitos mínimos de segurança.

A segunda, a diretoria de Hidrografia e Navegação e a responsável pela Oceanografia, Meteorologia, Cartografia Náutica e pela sinalização do litoral e vias navegáveis, seu trabalho, por sinal, está considerado entre os melhores do mundo no setor.

O Programa Antártico, iniciado há dez anos, vem desenvolvendo pesquisas Biológicas, Geológicas, Geofísicas, Meteorológicas e Oceanográficas, que muito nos ajudarão a explicar as características do clima no Brasil. Nesses estudos, realizados por universidades e instituições de pesquisas, são utilizados a Estação Antártica "Comandante Ferraz", que talvez alguns dos senhores já tenham tido oportunidade de visitar, quatro refúgios Antárticos e os navios de apoio Oceanográficos "Ary Rongel", recém-adquirido, e "Barão de Teffe". A Área Brasileira, por meio de sete vôos anuais com aeronaves Hércules C-130, coopera também no apoio logístico à estação Antártica.

A presença brasileira no Continente Branco assume um caráter especial, porque, de acordo com o tratado Antártico, somente com a presença, aliada as pesquisas científicas que estamos realizando, nos habilitaremos a ter voz ativa nas conversações que decidirão o futuro daquele continente.

O atendimento médico-hospitalar e sanitário a populações ribeirinhas e prestado pela flotilha do Amazonas desde a sua criação, em 1868. A partir de 1984, essa tarefa passou a ser realizada principalmente pelos navios de assistência hospitalar, cujas condições de operação e manutenção são objeto de convênios entre o Ministério da Marinha e Ministério da Saúde.

A cada ano crescem os números das localidades visitadas e

dos atendimentos realizados, o que vem se constituindo, para nós, em motivo de satisfação, levando-se em conta os fatores geográficos e de ordem operativa que limitam a atuação dos nossos navios. Convém lembrar que a Marinha também executa esse tipo de serviço na Baía do Rio Paraguai.

Nesse contexto, não poderia deixar de mencionar uma atividade que julgo de valor humanitário inestimável: trata-se do serviço de busca e salvamento prestado pela Marinha aos navegantes de qualquer nação, que se encontrem em águas sobre responsabilidade do Brasil. Esse serviço compreende o salvamento de embarcações, o resgate de naufrágos e a assistência médica.

Em relação a assistência médica, o atendimento abrange desde a simples orientação, que se dá por meio de comunicações, rádio, até socorro-médico qualificado a bordo e a evacuação Aero-médica.

Ressalte-se que, recentemente, as áreas de busca e salvamento dos países banhados pelo Atlântico Sul, integrantes da Organização Marítima Internacional, foram aumentadas para cobrir uma lacuna existente próxima a linha do Equador. O Brasil teve, assim sua área acrescida em mais de trezentas mil milhas quadradas, com os encargos adicionais daí decorrentes.

Quanto à Polícia Naval, há um grande desconhecimento por parte da população do que realmente compete a Marinha, o que enseja o pretexto para dela exigir uma situação eficaz nos casos de pirataria e segurança física de navios em áreas portuárias, garimpos irregulares, pesca predatória, poluição marinha e questões concernentes ao trabalho marítimo". Assuntos estes que estão na órbita legal de vários órgãos, tais como departamento de Polícia Federal, Ibama, órgãos ambientais estaduais, Departamento Nacional de Produção Mineral e Ministério do Trabalho, entre outros.

Existem outras atividades vitais para o País que a Marinha se vê na contingência de desenvolver, em razão de interesses nacionais relevantes ou de acordos internacionais, o levantamento da nossa plataforma continental é um exemplo significativo.

O Brasil, ao ratificar a convenção da Jamaica, de 1982, assumiu o compromisso de prontificar o levantamento da Plataforma Continental no prazo de dez anos após a entrada em vigor da convenção, o que ocorrerá em 16/11/94, sob pena de, na qualidade de estado costeiro perder seus direitos sobre parte de sua plataforma, no caso de essa estender-se além das 200 milhas.

Fruto de um trabalho metódico e persistente, a marinha já coletou cerca de 57% dos dados que nos permitirão definir as dimensões e as características de nossa Plataforma Continental. Isto concede aos País ampla folga para conclusão desse levantamento, o que nos há de garantir posse integral sobre os recursos do solo e subsolo marinhos ao largo de nossas costas, até os limites extremos, que poderá atingir, em alguns casos, mais de 350 milhas náuticas da linha de base.

Em síntese, essas são as atividades subsidiárias cometidas a Marinha, o atendimento dessas atribuições e daquelas relacionadas com a defesa, anteriormente citadas, exige da Marinha um preparo material e de pessoal que teria que se consubstanciar em uma esquadra, Forças Distritais, Força de Fuzileiros Navais e elementos de apoio devidamente balanceados e constituídos de meios de Combate Anfíbios e Navios modernos, bem operados e capazes de enfrentar, com igual eficácia, as diferentes ameaças visualizadas pela avaliação estratégica naval.

Infelizmente, não posso garantir aos senhores que esta seja a situação atual da Marinha, na verdade, tanto nossa esquadra como as demais forças estão sofrendo um acentuado processo de degradação de seus meios, os navios, muitos deles datando da Segunda Guerra Mundial, são, em sua maioria, obsoletos e incapazes de fazer frente a unidades mais modernas, existentes, inclusive, em

várias marinhas do continente, de países com muito menos peso específico que o Brasil. Isto, no entanto, não se constitui motivo de desânimo. Pelo contrário, estimula-nos a modernizá-los e a preservá-los até ser possível substituí-los.

Com o seu programa de reaparelhamento, elaborado em 1979, a Marinha busca diminuir o abismo existente entre as deficiências decorrentes de seu despreparo material, direcionando seus limitados recursos orçamentários para a construção e a modernização de unidades que venham a diminuir o abismo existente entre as nossas responsabilidades e as nossas possibilidades, devido às dificuldades financeiras, o programa foi subdividido em "planos parciais de obtenção", dos quais primeiro, após vários atrasos, deverá estar concluído em 1999, com a incorporação do quarto submarino classe IKL 209, os principais projetos que estão sendo desenvolvidos dentro desse plano são:

1) Corvetas Classe Inhaúma – são navios projetados e construídos no Brasil e destinados a substituir os velhos Contratorpedeiros de origem Norte-Americana, embora tenhamos planejados, em 1979, a construção de 12 unidades, as dificuldades impuseram a redução do projeto, na fase atual para apenas 4 Corvetas, duas construídas no Arsenal de Marinha e duas no Estaleiro Verolme.

As duas construídas no AMRJ – "Inhaúma" e "Jaceguai" – e a "Júlio de Noronha", construída no Verolme, já se encontram em operação, a última Corveta – "Frontin" – ainda em fase de testes, foi incorporada a Marinha em março último.

No momento, está em estudo a construção de uma série de unidades de uma nova classe de Corveta, em prosseguimento ao programa de reaparelhamento.

2) Submarinos Classe Tupi – é um navio convencional moderno, desenvolvido na Alemanha, de ampla aceitação mundial e comercializado em vários países, de acordo com o contrato de aquisição, serão construídas quatro unidades, uma na Alemanha e três no Brasil. O primeiro submarino, incorporado a Marinha do Brasil desde 1989, vem participando nos últimos dois anos de operações na esquadra, com resultados excelentes, o segundo da classe, que vem a ser o primeiro construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, foi lançado ao mar recentemente e espera-se que sua incorporação a Marinha ocorra no início do próximo ano.

As outras duas unidades encontram-se, ainda, em construção, com prorrogações previstas para 1996 e 1999.

3) Modernização das Fragatas Classe Niterói – na década de 70, o Brasil firmou contrato com a Inglaterra para aquisição de 6 Fragatas – duas das quais foram construídas no Brasil e que representaram um importante passo na atualização da Marinha e, transcendendo aspectos puramente navais, contribuíram para a criação da indústria de Informática no País. Decorridos mais de quinze anos de seu recebimento, tais navios, construídos segundo uma concepção estratégica que enfatizava a guerra anti-submarino, necessitam de uma repotencialização que melhore, entre outros aspectos, sua capacidade de defesa antiaérea.

4) Modernização do Navio-Aeródromo – Apesar de sua idade e da deficiência representada pela inexistência de uma aviação de ataque embarcada, a permanência do "Minas Gerais" em serviço ativo é importante, não só pelo aporte que ele pode dar, de um modo geral, as operações navais, como porque, com sua baixa, rapidamente se perderia todo um acervo de conhecimentos complexos de difícil obtenção, necessários a operação de tal tipo de navio, apesar de já ter terminado o período de modernização, que incluiu a substituição de radares e equipamentos de guerra eletrônica, de equipamentos de comunicação, reparo geral das turbinas principais do navio, etc, ainda está faltando o término da instalação do sistema de processamento de dados táticos (sisconta), que deverá ser instalado até dezembro do corrente ano.

5) Navios Patrulhas Classe "Graúna" – com os recursos provenientes dos royalties do petróleo, foi desenvolvido no País um projeto de navios de 200 toneladas, destinado a patrulha de nossas águas jurisdicionais. Está programada a construção de 12 unidades, sendo que seis já foram encomendadas, um deles já foi incorporado e está em avaliação operacional. o Processo licitatório para os 7º e 8º navios já teve início.

Como já disse, os projetos citados constituem, apenas, a parcela do programa de reaparelhamento que foi possível implementar, além de insuficientes para adotar o poder naval de todos os meios de que necessita, os sucessivos atrasados fizeram com que a esquadra atingisse uma situação crítica de aprestamento.

De forma a minorar o problema, esporadicamente são procedidas aquisições no exterior, estas aquisições, que, enfatizo, destinam-se a solucionar uma situação emergencial, trazem à tona o dilema da nacionalização versus importação, seria desejável que pudessemos obter no Brasil todos os equipamentos que necessitamos, tanto pelo que isto representaria em termos de geração de empregos e economia de divisas, como pela liberdade que seria obtida quanto aos fornecimentos externos, liberdade esta que é, justamente, uma das razões da existência das Forças Armadas, infelizmente, esta opção torna-se difícil, principalmente pelo aporte de capital que seria necessário para permitir a fabricação de certos componentes no País, em especial dos sistemas de armas, no entanto, a Marinha mantém a firme política de nacionalizar, dentro de critérios mínimos de racionalidade econômica, o máximo de equipamentos e componentes possível e, sobretudo, de itens de elevado consumo, como munição, por exemplo, de qualquer forma, quando adquirimos material bélico no exterior, sempre incorporamos alguma tecnologia por nós desconhecida.

Apresento, agora, a V. Exª alguns aspectos sobre os gastos militares que, paradoxalmente, estão muito aquém do que realmente é apregoado. O gráfico apresentado nos mostra, por exemplo, que a participação das Forças Armadas no Orçamento Geral da União foi decrescente nas duas últimas décadas: no início dos anos 70, superava os 20% entre 1975 e 1987 se manteve em torno de razoáveis 10% a partir de então passou a declinar vertiginosamente, chegando a 2,24% em 1990, na faixa de 3% em 1991 e 1992, caindo para 1,87% em 1993.

Quanto à participação do Ministério da Marinha no Orçamento, o gráfico seguinte, coerentemente com o anterior, demonstra que vem caindo ano a ano, sendo significativa a queda nos últimos três anos, quando registrou percentuais de 1,03%, 0,73%, e 0,49% respectivamente.

Relativamente ao Produto Interno Bruto, podemos verificar no gráfico que, desde 1978, o Brasil está gastando menos de 1% de seu PIB em defesa.

Podemos, também, constatar que, comparativamente com outros países, o Brasil se situa em patamar inferior no que se refere aos gastos com defesa em relação ao PIB.

A constante queda na participação das Forças Armadas no Orçamento Geral da União tem provocado uma degradação de seus meios operativos e redução na capacidade de manutenção prestada pelos seus órgãos logísticos.

Os programas de nacionalização de meios, de desenvolvimento científico-tecnológico, a parcela do programa nuclear que compete à Marinha e os programas militares ligados às atividades subsidiárias também têm sentido os reflexos da falta de recursos.

Mudando de enfoque, tenho o prazer de abordar um assunto que reputo de alta relevância para o nosso País: a contribuição da

Marinha para o desenvolvimento científico e tecnológico.

No mundo inteiro, o desenvolvimento tecnológico têm se originado nas Forças Armadas, e a maior parte dos bens e serviços que a sociedade usufrui aparece como subproduto da tecnologia desenvolvida para fins de segurança das nações. Também, os conflitos mais recentes, como o das Malvinas, a guerra Ir-Iraque e a guerra do Golfo Pérsico demonstraram que a balança pende para o lado que detém tecnologia mais avançada. É a Marinha, das Forças Armadas, a que, possivelmente, utiliza a tecnologia em mais elevado grau.

Para vencer esse desafio a Marinha vêm cumprindo um "plano de desenvolvimento científico e tecnológico" o que expressa a sua inequívoca vontade de crescer com o Brasil. Pela condução de projetos de desenvolvimento, utilizando universidades, empresas e tecnologias nacionais, a Marinha Brasileira pretende elevar o seu poder naval.

Embora motivada pela construção de um submarino nacional com propulsão nuclear, tem sido enorme a contribuição da Marinha nos esforços desenvolvidos para que o País venha a dominar, integralmente, o uso pacífico do átomo.

Não existe sequer uma nação desenvolvida que relegue as atividades de pesquisa e desenvolvimento no campo nuclear a um segundo plano, se pretendemos ingressar no rol dessas nações, não podemos deixar de atribuir ao assunto a importância que merece.

Embora seja o Brasil possuidor de um elevado potencial hídrico, é possível prever-se um crescente uso do átomo na produção de energia elétrica. O reator que está sendo desenvolvido pela Marinha, extremamente compacto, poderá tornar-se uma solução para o suprimento de energia elétrica em localidades distantes.

Tendo em vista que a transferência de tecnologia nuclear sofre um forte embargo por parte das Nações que a detém o domínio do ciclo do combustível e o desenvolvimento de reatores requer a busca de métodos outótopos, o que já vêm gerando inúmeros subprodutos de extrema importância para o desenvolvimento do País.

... pode deixar de ser ainda mencionado que o projeto nuclear consumiu até 1993, a importância de US\$ 587 milhões, que consideramos ser discreta, quando comparada com os benefícios já conferidos, e com aqueles que antevemos que serão obtidos.

Em outro campo de atividade, o sonar em desenvolvimento no Instituto de Pesquisa da Marinha, com financiamento da Finep, poderá contribuir para que as 700 mil toneladas de peixe, capturadas anualmente no País, cheguem a 7 milhões de toneladas, a um custo expressivamente menor e sem a depredação da biologia marinha que hoje se verifica. Para chegar ao sonar naval, necessariamente se passará pelo sonar de pesca, que localiza o cardume, identifica a espécie e o tamanho do peixe.

O sistema de controle tático, também desenvolvido naquele instituto – sempre com auxílio de empresas que se utilizam das tecnologias desenvolvidas – além do emprego no controle de alvos, armas e sensores a bordo, poderá ser utilizado no controle de complexos portuário, ferroviários, aeroviários, metroviários ou, ainda, em plataformas de petróleo.

Toda tecnologia que a Marinha necessita e vem procurando desenvolver, utilizando universidades, centros de pesquisa e o parque industrial brasileiro, envolve o domínio de conhecimentos nos campos civil e militar, que estão submetidos a severas medidas de controle internacional quanto a transferência de conhecimentos, a busca incessante por novas tecnologias produz efeitos benéficos para o País, na medida em que aumenta a produção e a oferta de mão-de-obra, melhora a competitividade internacional, economiza divisas, e permite uma melhor qualidade de vida, pelos novos bens e serviços colocados à disposição da sociedade.

Espero ter conseguido transmitir aos Senhores Parlamentares uma visão das principais atividades por nós desenvolvidas. Estamos convencidos quanto a necessidade de dispormos de uma Marinha compatível com a expressão internacional que o Brasil já possui.

Deter um poder naval integrado por meios modernos e eficazes, conduzidos por homens adestrados e motivados, em muito contribuirá para que possamos manter a capacidade do País de autodominar-se.

Os esforços desempenhados para configurar tal poder naval com um maior grau de autonomia tecnológica do exterior ter, também, importantes desdobramentos para o desenvolvimento do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Congressistas, minados por inexorável e irreversível anemia política, os setores mais conservadores do Congresso Nacional, ainda inconformados com a sua própria irresponsabilidade, tentam, de todas as maneiras, com argumentos rotos e esfarrapados, agredir, insultar e ofender aqueles que, fiéis aos seus compromissos, lutam pela manutenção de segmentos da economia vitais ao interesse nacional e à soberania do País.

Ouçó, todos os dias, a mesma catilinária, a mesma linha de argumentação, sustentando, até de forma ridícula e cínica, que paraísos fiscais – que o capitalismo selvagem e o colonialismo, na sua neoliberalidade, implantaram por aí –, que países do sudeste asiático estufaram o peito de alegria e riem à toa simplesmente porque as teses superadas, entreguistas e despudoradas desses setores à direita não prosperaram no Congresso Revisor.

Devem estar, a esta hora, de cócoras – eis que dobradiças possuem em sua coluna vertebral –, beijando os sapatos do capitalismo internacional, da grande agiotagem mundial, para justificar o crime sem remissão da omissão, que foi a marca registrada daqueles que disseram querer operar mudanças constitucionais através da Revisão e aqui não compareceram, e aqui não estiveram, e aqui não lutaram por suas falsas idéias.

De qualquer modo, a Nação está, por algum tempo, salva. Não permitiremos, por enquanto, que as aves de rapina do capital internacional venham consumir as energias brasileiras, submeter o seu povo a mais miséria, a mais fome, a mais doença, a mais analfabetismo. Não será por omissão nossa, com certeza, que este País deixará de ser um simples curral do imperialismo internacional para se transformar numa verdadeira escarradeira, na qual eles, arrogantes, prepotentes, poderão cuspir na honra e na dignidade de um povo.

Se não é anemia política, por certo há de ser algum tipo de cirrose que corroeu as entranhas desses setores, que não têm compromisso com o futuro, com a História e com o povo deste País.

Acusaram-nos o tempo todo de obstruir os trabalhos revisionais, mas aqui sempre estivemos, Sr. Presidente, dando vida, dando vigor, dando importância aos debates deste Plenário. Jamais nos omitimos, jamais nos acovardamos, jamais estivemos ausentes, como provam os Anais desses mais de seis meses de impostura revisora. Foram eles, os que afirmaram querer operar mudanças constitucionais a fim de tomar este País governável, que não atenderam ao chamamento dos seus patrões; agora, têm dificuldades de prestar contas, porque não souberam nem sequer fazer ecoar dessas paredes a voz do dono.

Quando ouço, Sr. Presidente, essa verbosidade histórica dos

que não sabem perder e que não se conformam com o fato de terem sido derrotados, sinto crescer meu sentimento de amor e respeito a este País, que não se vai transformar, como querem alguns, em pocilga de interesses internacionais. Ao contrário, vai ser o País dos brasileiros, que terão, um dia, acesso a todos os instrumentos da cultura e da civilização e que não estarão morrendo à prestação, por culpa de uma indústria farmacêutica dominada pelo capital externo, sem entranhas, sem sensibilidade, orientada apenas pela bússola do lucro fácil e sem limites.

Há de chegar o dia, Sr. Presidente, em que essas nuvens negras que se acumulam no horizonte da Pátria serão afastadas. E daqui também serão afastados, pela chicotada do voto, aqueles que perderam a perspectiva histórica e se transformaram em instrumentos servís, submissos a interesses que não são brasileiros.

Enquanto houver uma voz deste Congresso Nacional para defender o País e o seu povo, para buscar caminhos que o livrem da miséria, da opressão, do desrespeito continuado aos direitos humanos, esses serviçais, áulicos do capital estrangeiro, não virão agredir e insultar a dignidade de nossa gente.

Por falar em dignidade, permita-me V. Ex^a que, ao concluir minha intervenção, saúde, regozijado e feliz, o povo negro da África do Sul, que agora passa a ter democracia, passa a ser dono do seu nariz, artífice do seu futuro e da sua história, tendo, à frente, Nelson Mandela. Este, em virtude da violência do capitalismo branco opressor, viveu quase toda a vida nas enxovias do regime *apartheid*; e, agora, quando os ventos da liberdade começam a soprar na África do Sul, torna-se o seu primeiro e mais democrático presidente.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, agora o capitalismo internacional não vai separar brancos de negros, não vai dizer aos negros que eles não têm escola, não têm saúde, não têm acesso a nada, apenas ao trabalho para multiplicar, decuplicar e centuplicar os lucros para a minoria branca opressora. Não, Sr. Presidente, agora os negros da África do Sul têm democracia, têm um presidente com eles identificado, que vai, gostem ou não gostem esses serviçais do neocolonialismo, construir uma nação forte, abundante em alimentos e futuro para os seus filhos, uma nação que há de ser, como lembrava Rui Barbosa, "o verdadeiro túmulo dos seus antepassados e o berço dos seus novos filhos".

Quero repetir, aqui, com o povo negro da África do Sul, a expressão que foi o símbolo da luta de Nelson Mandela e do Congresso Nacional Africano: "Amantla!" "A luta continua!"

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (PDT-RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a revista *Veja* desta semana traz matéria elucidativa sobre o que estamos falando há quase sete meses. A revista comprova, mediante dados, que a grande sangria da economia nacional são os pagamentos dos juros e serviços da dívida externa e da dívida interna do País.

Esses dados servem para que tenhamos a noção de que esse Plano da URV, esse engodo eleitoral, não vai dar certo. A prova está nos dados oficiais do Governo, publicados pela revista *Veja*: em 1993, gastou-se 63,1% do Orçamento com o pagamento das dívidas externa e interna. Para este ano, a previsão é de 64,5%, ou seja, algo em torno de 200 bilhões de dólares. Ao invés de Orçamento anual, trata-se de um Orçamento semestral, porque já estamos no mês de maio e ainda não o recebemos. Analisaremos, faremos emendas, para que, quiçá no mês de julho, o Governo comece a aplicar esse Orçamento em investimentos para o País.

Aqui está a prova cabal de como está a nossa economia: além desse gasto absurdo com o pagamento das dívidas interna e

externa, estamos gastando 1,5% na Agricultura, 1,6% na Infra-estrutura, 2% na Educação, 2,7% nas Forças Armadas, 5,2% de repasse a Estados e Municípios e 14,8% em Saúde e Previdência, incluído o pagamento de benefícios e pensões.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os dados que temos na revista *Veja* desta semana sobre o Orçamento da União são prova inequívoca de que não é a Revisão da Constituição brasileira que vai solucionar a economia nacional. Precisamos estancar esse grande engodo que se faz com a população brasileira. O problema da economia, no Brasil, está no gerenciamento, na competência e na probidade administrativa, na honestidade de se tratar o dinheiro público, o Erário, o bem público. Não é mudando a Constituição que vamos mudar a cabeça dos homens, da elite política que comanda este País de maneira desonesta, desleal, discriminando 70% da população que vive – sabe Deus como – com um salário miserável de 70 dólares por mês, quando quase 90% do Produto Interno Bruto é dominado por 5% da população.

Enquanto isso, está o Governo preocupado em pagar a dívida externa, está o Governo preocupado em fazer constar do Orçamento o pagamento dos juros e serviços da dívida externa, descapitalizando a economia nacional, pagando aquilo que já foi pago há anos e matando o povo brasileiro de fome e miséria, na sua incompetência e na sua falta de visão.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, eu queria que os economistas de plantão, e são muitos, desde 64 – sem nenhuma ofensa à categoria; aliás, a mídia gosta muito dessa classe, chamando-a sempre a dar entrevistas, pois os economistas sempre têm uma palavra técnica e bonita a dizer, criando uma fórmula mágica que nunca dá certo; mas, como é um negócio bonito e complicado, que ninguém entende mesmo, é negócio para a mídia –, eu queria que eles nos explicassem como este País pode se desenvolver quando gasta apenas 2% do seu Orçamento em Educação: como este País pode se desenvolver quando gasta 65% do seu Orçamento no pagamento de juros e serviços das dívidas externa e interna. Não tem como! Este País está parado, e não é a Revisão a responsável, não são mudanças na Constituição que poderão mudar essa situação, e sim a competência e a vontade política dos homens, a coragem da elite política brasileira, que não teve, até hoje, de enfrentar o grande câncer da economia nacional, que é a evasão de divisas e de recursos, que é a sangria que se faz na economia nacional, remetendo anualmente milhões e milhões de dólares para uma dívida externa já paga há mais de dez anos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui estão os fatos e os percentuais ditos pela revista *Veja*, que é completamente isenta para dizê-lo em função do seu posicionamento programático e ideológico, completamente inverso ao que pensamos. Ela diz o que se gasta no Orçamento da União, diz a quantas andam os investimentos nas áreas consideradas essenciais, como Saúde e Educação, e diz que, infelizmente, por falta de coragem, competência e probidade administrativa, o Brasil, hoje, gasta 65% do seu Orçamento para pagar dívidas, e apenas 2% para educar o povo.

Não é preciso mudar a Constituição. Temos que mudar os homens. A elite que está neste País tem que ser varrida para sempre da História desta Pátria chamada Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Jair Bolsonaro. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Aldo Rebelo, pela Liderança do PCdoB.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB-SP) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ao que tudo indica, um colonista do jornal *Folha de S. Paulo* tomou como sua tarefa diária, ou quase diária, atacar o Partido Comunista do Brasil.

Na sua coluna de hoje, o Sr. Gilberto Dimenstein qualifica o Partido Comunista do Brasil de organização praticante e símbolo de delinquência ideológica, e defende que ele receba o mesmo tratamento conferido aos neonazistas. Prossegue, distribuindo adjetivos e emitindo juízos de valor sobre o PCdoB.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao que parece, o destino da Humanidade é conviver com os canalhas. Essa espécie de gente passa pela História desde as eras mais remotas. Desde Caim, que assassinou o irmão, Abel; depois Judas, que, a troco de 30 dinheiros, beijou a face de Jesus, entregou a seus inimigos. A História do nosso País também é recorrente no papel desempenhado pelos canalhas dos mais diversos calibres e quilates. Dentre tantos, podemos citar a canalhice de Silvério dos Reis, que traiu a causa que abraçara, a independência do País, entregando ao sacrifício os mártires da Inconfidência Mineira – entre eles, Tiradentes.

A canalhice habita também, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todas as dimensões da vida social, e, no jornalismo, parece-me que tem cadeira cativa na segunda coluna da página 2 da *Folha de S. Paulo*.

O Sr. Gilberto Dimenstein, em nenhum momento provocado pelo PCdoB, sem jamais sofrer um ataque sequer do meu Partido, de nenhum dos seus dirigentes ou militantes, e a pretexto de defender uma aliança eleitoral do seu gosto e agrado, tem, repetidamente, atacado o Partido Comunista do Brasil e a aliança deste com o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Partido Comunista do Brasil, ao contrário do que afirma e pensa Gilberto Dimenstein, ao longo da História do nosso País, é o testemunho mais vivo, o testemunho mais loquaz e evidente da luta e da defesa da democracia. Foi o meu Partido, Sr. Presidente, que, em todos os momentos e em todas as circunstâncias, enfrentou as maiores dificuldades para combater a ditadura; defender a liberdade, inclusive a liberdade de imprensa, a liberdade religiosa; a liberdade sindical, as liberdades democráticas como um todo.

Portanto, não reconhecemos autoridade a esse jornalista, que sei por onde andava quando o povo brasileiro lutava pela anistia, quando o povo brasileiro enfrentava a ditadura, quando os democratas eram assassinados nos porões do DOI-CODI, quando muitos eram exilados e banidos, quando a imprensa era censurada, quando os partidos eram cassados, quando os sindicatos eram banidos.

Um dos jornais onde trabalha o Sr. Gilberto Dimenstein publicava, à época, em suas primeiras páginas, sobre os que eram assassinados nas masmorras, que morreram por acidente ou atropelamento. Quem sabe Gilberto Dimenstein escrevesse as manchetes? Quem sabe Gilberto Dimenstein ajudasse a forjar informações para amparar a ditadura, proteger o regime facinora e, naturalmente, vitimar os que lutavam pela liberdade?

Vou protocolar, na tarde de hoje, no Sindicato dos Jornalistas de Brasília, na Federação Nacional dos Jornalistas, um desafio a esse canalha, Sr. Presidente, porque outro nome ele não merece.

Cobrando esta Casa e os seus trabalhos, há um pugilo de jornalistas respeitáveis, que merecem a nossa consideração.

Mas facínoras menores da estirpe de Gilberto Dimenstein não merecem de nossa parte outro epíteto que não seja o de canalha, que não seja o de irresponsável, que não seja o de leviano, que não seja o de detratador gratuito de um Partido que se comporta, nesta Casa e fora dela, com respeito à verdade e com respeito a todos aqueles que defendem, ou não, as suas opiniões.

Esperamos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o jornalista da *Folha de S. Paulo*, que tem a proteção da coluna diária de

que desfruta num dos maiores jornais do País, ao qual naturalmente não temos acesso – não somos colunistas do jornal, nem sequer podemos pagar anúncios para aquele diário – aceite o desafio de escolher hora e local, que aceite a mediação do Sindicato dos Jornalistas ou da Federação dos Jornalistas, entidades às quais suponho que seja filiado, para sustentar comigo, como representante do PCdoB, as aleivosias, as mentiras e infâmias assacadas diretamente por ele contra o meu Partido.

O Partido Comunista do Brasil tem dado o depoimento ao longo dos seus 72 anos de vida, fez inscrever na Constituição de 1946, através de emenda do Deputado baiano Jorge Amado, o respeito à liberdade de culto na Magna do nosso País; votou e assinou a Constituição brasileira de 1988 e aqui jurou defender a liberdade e os direitos democráticos.

Como pode um Partido como esse, em coluna da *Folha de S. Paulo*, por um jornalista cuja trajetória e origem ninguém conhece – mas que poderá, inclusive, ser demitido amanhã ou depois, já que não é sócio nem proprietário do jornal –, receber ataques, quando não há condições iguais para o exercício do direito de defesa?

Sr. Presidente, é de se perguntar até quando partidos e parlamentares assistirão a ataques dessa natureza, que ocorrem quase diariamente, sem terem o direito democrático da resposta.

Srs. Congressistas, esse jornalista projetou-se, inclusive ninguém sabe se com sinceridade, se honestamente, denunciando a questão da prostituição infantil nas regiões mais pobres do nosso País. A propósito desse assunto, gostaria de fazer o seguinte comentário: existe muito mais dignidade naquelas jovens que vendem o seu corpo para alimentar seus filhos, para alimentar sua família, prostituição exercida para a sobrevivência material, do que nessa prostituição exercida pelo Sr. Gilberto Dimenstein, que é a prostituição da mente, a prostituição da sua inteligência – se é que se pode chamar de inteligência – a prostituição dos seus parcos conhecimentos de jornalismo. A serviço de que causa? A serviço de quem está o Sr. Gilberto Dimenstein? Recomendado por quem, ataca o PCdoB e a aliança que faz com o Partido dos Trabalhadores? De quem recebe as orientações? De quem recebe as recomendações? Quem o assalaria para fazer esses ataques?

Fica, portanto, registrado o nosso desafio, e esse pseudojornalista, essa pena assalariada a serviço da mentira, a serviço da infâmia, a serviço da calúnia, que aceite o desafio que lançamos. Que ele possa, então, debater, democraticamente, porque o debate através da *Folha de S. Paulo* é unilateral, não permite o contraponto que podemos oferecer. Que esse cidadão, se coragem lhe resta para isso, se não se esconde acovardado atrás da impunidade que tem como detentor dessa coluna, aceite o desafio e a mediação de suas entidades, para que sustente, desta vez com direito de resposta, os ataques gratuitos que faz ao Partido Comunista do Brasil.

Duvido, Sr. Presidente, que esse senhor, naturalmente *persona non grata* pela atitude que assume como jornalista, aceite o desafio e tenha coragem para tanto.

De qualquer maneira, ficam aqui as poucas verdades do que pensamos a respeito do procedimento desse cidadão, que certamente não dignifica o jornalismo do País, não dignifica a profissão. Enquanto Gilberto Dimenstein, que jamais moveu um passo para lutar contra a ditadura, promove esses ataques contra o PCdoB, outros jornalistas, como Wladimir Herzog, morreram em defesa da verdadeira liberdade. De qualquer maneira, nem na sociedade as coisas podem ser iguais. Há, no mundo, espaço e lugar para heróis como Wladimir Herzog e para canalhas como Gilberto Dimenstein.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aldo Rebelo, o Sr. Nabor Júnior, 2º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aécio Neves, 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Expedito Rafael.

O SR. EXPEDITO RAFAEL (PPR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, tenho o prazer de falar, nesta Casa, a respeito da entrevista que tive com o Presidente do INCRA, Dr. Marcos Correia Lins, juntamente com lideranças de Rondônia, para reivindicar a continuidade do processo de colonização e reforma agrária do nosso Estado.

Foi ótima a sua receptividade, principalmente para nós de Rondônia que damos exemplo a todo o Brasil de colonização, de agricultura, principalmente em se tratando de pequenas e médias empresas, as quais, em Rondônia, temos o prazer de defender.

O Presidente do INCRA está sensibilizado em atender a continuidade das desapropriações de grandes áreas, grandes propriedades rurais, para que possa dar continuidade ao assentamento de mais de 3 mil famílias que necessitam de um pedaço de terra para trabalhar. São 3 mil famílias que irão se incorporar ao sistema produtivo nacional da agricultura.

Como sabemos, a agricultura necessita de três fatores de produção: capital, terra e trabalho. Dos três, o INCRA entra com o principal, que é a terra, onde o trabalhador pode produzir. E, através de sua seleção, estipulamos a força de trabalho do agricultor e da sua família, a fim de que possa receber dez, vinte ou trinta hectares de terra para o sistema produtivo.

Quero alertar este Congresso Revisor para a discriminação que está ocorrendo na Amazônia Legal. Nós precisamos trabalhar e, para que isso ocorra, é necessário que haja desmatamento, roçada e queimada, porque na Região Norte não existe mecanização. Trabalhamos com a motosserra e com a queimada, porque todo o equipamento agrícola que existia no Brasil está na Região Sul.

Na Região Sul e Centro-Oeste a mecanização tomou conta das grandes propriedades e o pequeno agricultor se refugiou no Norte do País, a fim de produzir.

O pequeno produtor de Rondônia, que representa mais de cem mil famílias assentadas ao longo da história da colonização daquele Estado e da ocupação da Amazônia Legal, estimulada na época do regime autoritário, hoje deve ser contemplado pela Nova República brasileira, através dos grandes políticos que defendem o interesse da nossa agricultura.

Sr. Presidente, é com grande satisfação que parabeno o Presidente do INCRA, Dr. Marcos Correia Lins; faço votos que S. Sª leve para Rondônia os recursos necessários à continuidade do brilhante trabalho daquele nosso órgão, o INCRA, junto ao agricultor, ao sem-terra, àquele que aspira produzir com o trabalho dignificante, honrado e árduo da agricultura brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPR – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, a grande preocupação com a Revisão Constitucional era a de que entre seus temas pudessem ser incluídas as sugestões de alteração da Previdência Social, com a malfadada proposta da "fórmula 95", em que ninguém mais poder-se-ia aposentar se a somatória da sua idade e dos anos trabalhados não atin-

gisse a 95 – o que seria, na verdade, uma tentativa de impedir que as pessoas que tivessem condições pudessem se aposentar.

Outra proposta que estava em gestação era a da tentativa de privatização indiscriminada da Previdência, para a qual muitos interessados já estavam se preparando. E graças à inviabilização da Revisão Constitucional – ou se ficarmos somente com a pauta mínima – estará excluída essa possibilidade de uma modificação que iria prejudicar aqueles que já estão contribuindo há muito tempo com a Previdência Social. Em relação a esse ponto, gostaria de deixar este registro de extrema importância.

E aproveitando que na sessão do Congresso Nacional discutir-se-á a Medida Provisória da URV, desejo rechaçar, mais uma vez, essa balela de que o salário mínimo não pode ser aumentado em virtude dos benefícios da Previdência Social. Hoje não existe mais vinculação de benefícios da Previdência com o salário mínimo, a não ser para aquele que o recebe. Aqueles que ganhavam 2,5, 3, 4 salários mínimos, hoje estão com seus vencimentos muito defasados.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar que seja transcrito na minha manifestação o apoio à indicação do novo Ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel, que vem do Tribunal Superior do Trabalho, tendo sido, por muitos anos, Consultor do Ministério do Trabalho – portanto, conhecedor daquela Pasta –, podendo, dessa forma, a partir de agora, dar uma grande contribuição nessa área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, está tomando posse esta tarde na Pasta do Trabalho o ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o digníssimo Ministro Marcelo Pimentel. Seria uma substituição meramente formal, derivada da simples necessidade de preencher um cargo vago, não tivesse Marcelo Pimentel os atributos pessoais e profissionais excepcionalmente marcantes que o qualificam como poucos para o cargo.

Basta a menção aos seus onze anos como servidor do Ministério da Justiça, dezoito como Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e os últimos onze anos como Magistrado do TST para que já se possa avaliar o acerto de sua indicação. E ainda uma rápida leitura de seu currículo de serviços prestado ao serviço público – todo ele dedicado às lides trabalhistas – para que se tenha certeza do sucesso da gestão que hoje se inicia frente ao Ministério do Trabalho.

A Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho tem registrado mais de cinco mil pareceres seus sobre Previdência, Trabalho e Administração, um estupendo acervo que consdiu a Jurisprudência da Pasta. Datam dessa época por exemplo, proposta sua e um estudo básico para a fusão dos institutos de previdência, no que resultou o Instituto Nacional de Previdência Social. No mesmo período, emprestou sua preciosa colaboração no aperfeiçoamento da CLT e na reforma da Lei Orgânica da Previdência Social.

Tanto no Ministério do Trabalho quanto na Justiça Trabalhista, e sobretudo durante o período em que esteve no comando daquela Corte Suprema, pautou sua brilhante atuação por um único ideal: o de ver os litígios resolvidos pela negociação. Se quiséssemos definir seu pensamento, no que tange à Justiça Trabalhista como um todo, poderíamos usar uma única palavra, que é justamente negociação.

Fez valer a mediação nos dissídios de trabalho como instru-

mento primeiro e insubstituível para o bom termo de litígios, fazendo com que nunca um julgamento se realizasse antes de exaustivas negociações, e sempre com sucesso. Sua ênfase absoluta ao diálogo entre as partes provém de sua sabedoria, adquirida durante as quatro décadas de experiência no trato da matéria trabalhista, de que as leis, embora necessárias, é claro, provam-se muitas vezes insuficientes, sem a predisposição e a boa vontade das partes para o entendimento.

É esse o processo correto que exige um Brasil renovado, no qual as relações capital-trabalho se vêm renovando ao longo dos últimos anos por uma Constituição que protege como nenhuma outra o trabalhador, por sindicatos que se fortalece à medida que uma plena democracia vai-se efetivando, pelo desejo do presente momento de pôr fim à praga maior do salário, que é a inflação rentente, que tantas vezes teima em desincentivar o trabalho em favor da especulação.

Toma posse o novo Ministro num dos momentos mais delicados da vida do nosso País, em que se antevêm profundas mudanças na própria estrutura de nossa economia, com implantação da nova moeda com indubitáveis conseqüências para o trabalhador. E, assim, o cabedal que apresenta Marcelo Pimentel e sua reconhecida experiência na área convencem-nos a todos de que sua atuação frente ao Ministério do Trabalho será decisiva para o bom andamento do novo plano econômico, que influenciará as relações entre o capital e o trabalho.

Marcelo Pimentel é, antes de tudo, um técnico, o que nos faz supor que será técnica a sua atuação na Pasta. Nada mais acertado, pois o momento de efervescência política por que começamos agora a passar, com campanhas eleitorais em andamento e o previsível acirramento de ânimos das partes em disputa, exige naquele Ministério alguém imune a pressões de qualquer lado, incisivo, decidido – como é do seu estilo – a fazer prevalecer não só a lei, como também e sobretudo, a justiça.

É, portanto, com extremo contentamento que saudamos o novo Ministro do Trabalho. Desejar-lhe sucesso no novo cargo seria redundante, pois, para quem, ao longo de mais de quarenta anos, provou uma competência extraordinária, reconhecida por todos que com ele tiveram a satisfação de privar na sua atividade profissional, o sucesso é uma conseqüência natural e lógica de um serviço eficiente e dedicado ao bem-estar do País, como tem sido o do Ministro Marcelo Pimentel nestas últimas quatro décadas.

Assim, resta-nos apenas pôr-nos à disposição, nesta Casa, do Senhor Ministro do Trabalho, para que juntos, Executivo e Legislativo, possamos oferecer aos brasileiros condições mais dignas e mais justas de trabalho. Esteja certo o novo Ministro que aqui encontrará sempre as portas abertas ao que mais lhe apraz, e que se tornou símbolo de sua atuação em toda vida pública e em especial na Magistratura: o diálogo, a negociação, o entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, realmente, não há como ter prosseguimento esta Revisão Constitucional, porque até os Regimentos desta Casa ou das Casas da Câmara e do Senado não são cumpridos.

Temos, aqui, em pleno andamento, uma sessão da Revisão Constitucional e, ao mesmo tempo, está funcionando a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, o que demonstra claramente que esta Revisão Constitucional, como está sendo conduzida, é uma Revisão de "faz-de-conta".

Sr. Presidente, como faremos uma Revisão Constitucional, quando vemos aqui um vazio de Lideranças de todos os Partidos, e até uma falta de interesse, por parte das Mesas da Câmara, do Senado e da própria Revisão Constitucional, em que ela aconteça?

Por outro lado, Sr. Presidente, vemos a sociedade cobrar decisões deste Congresso. Ou se faz a Revisão ou se deixa de fazer. Não podemos mais ficar numa Revisão de "faz-de-conta".

De um lado, na televisão, chamam-se os Congressistas de ratos e de ladrões que querem vilipendiar o patrimônio nacional – os que são favoráveis à Revisão Constitucional. Por outro lado, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil publica um trabalho chamado "Olho Vivo, Cidadão", monitorando todos os parlamentares que votam, não votam ou deixam de votar, denunciando-os à Nação brasileira.

E, como se não bastasse, Sr. Presidente, temos também parlamentares que, ao invés de trabalhar, de participar deste processo, ajudam a denegrir a imagem desta Casa e – o pior de tudo – querem bancar o Tiradentes com o peçoço dos outros. Como exemplo, cito aqui um boletim do gabinete do Deputado Vasco Furlan, com o release enviado à imprensa, que tem por título "Bronca", dizendo o seguinte:

"O Deputado Vasco Furlan tem verberado contra os deputados que colocam suas reeleições acima de seus compromissos com a Revisão Constitucional. Além disso, o parlamentar comenta que nas quartas e quintas-feiras um verdadeiro batalhão de deputados "governistas" (PMDB, PSDB, PFL e PP) estão nos ministérios ao invés de estarem no plenário."

Sr. Presidente, realmente lamentamos que o Deputado Vasco Furlan preste-se a fazer esse tipo de denúncia, porque o que temos visto – nós, que somos assíduos, presentes neste Congresso Revisor – é a ausência do Deputado Vasco Furlan, que leva à imprensa de Santa Catarina notícias que não condizem com seu comportamento nesta Casa e com seu trabalho. Deveria S. Ex^a estar presente; acredito que não esteja em ministérios, mas sim defendendo os interesses da Sadia, a empresa que o elegeu.

Desse modo, Sr. Presidente, com tudo o que existe na sociedade brasileira contrário à Revisão Constitucional, com os parlamentares que a desejam mas não se fazem presentes, entendemos que este processo já está morto. Mas precisamos que os nossos Líderes venham à tribuna, venham ao plenário, e digam para que se está conduzindo este processo, até quando vai este processo de faz-de-conta.

Esta Casa e o Congresso Nacional sempre se conduziram através das Lideranças, mesmo contra a vontade da maioria da Casa. Os Parlamentares que vivem na planície, que não são figurões e que não têm lideranças, ficam submetidos às vontades dos Líderes. E onde estão os Líderes hoje, quando deveriam estar aqui no plenário liderando os processos, chamando seus liderados, manifestando se querem ou não esta Revisão Constitucional? Não é possível que numá hora de indecisão as Lideranças se omitam. Cabe-nos cobrar dos Líderes. Se continuar assim, não precisaremos mais de lideranças.

Então, o que deve ser feito? O que o Relator da Revisão Constitucional deve fazer? Deve trazer as emendas dos Congressistas para o plenário, colocar em pauta para que se decida no voto. Esta Casa tem 503 Deputados e 81 Senadores; precisamos votar, contra ou a favor, mas temos que acabar com esta farsa de uma Revisão Constitucional que não existe; acabar com esta falsa liderança de Líderes que não são líderes, que não lideram e que não querem a Revisão Constitucional, mas que não têm coragem

de assumir perante a sociedade brasileira essa posição.

Por isso mesmo, quero deixar aqui o meu protesto para que fique registrado nos Anais desta Casa a nossa posição. Lamentamos a falta de presença da Liderança, pois ficamos horas e horas neste plenário sem que os Líderes venham a dizer o que estamos

fazendo aqui, sem que o Relator esteja presente e sem sabermos o que fazer neste final de Revisão Constitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VALDIR COLLATO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

GABINETE DO
DEP. VASCO FURLAN
ASSESSORIA DE IMPRENSA

"ECUMENISMO"

Release

EM 20 TV 1994

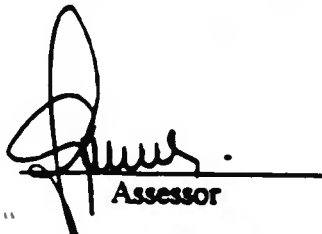
Visando dar continuidade a Revisão Constitucional e debater informalmente a Reforma Tributária, o Deputado Vasco Furlan já promoveu cinco almoços, com deputados do PMDB, PFL, PPR, PSDB, PDT, PP e PT. Esse ecumenismo gastronômico tem produzido os mais surpreendentes resultados, reestabelecendo diálogos quase impossíveis.

"LÁ e CÁ"

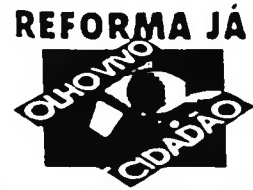
Depois de ouvir os reclamos das bases catarinenses pela disposição de o Senador Amin pretender concorrer à Presidência, o Deputado Vasco Furlan recebeu os mais efusivos cumprimentos de seus colegas de Câmara, pelo mesmo motivo.

"BRONCA"

O Deputado Vasco Furlan tem verberado contra os deputados que colocam suas reeleições acima de seus compromissos com a Revisão Constitucional. Além disso, o parlamentar comenta que, nas quartas e quintas-feiras, um verdadeiro batalhão de deputados "governistas" (PMDB, PSDB, PFL e PP) estão nos ministérios ao invés de estarem no plenário.


Assessor

CHEGA!



OLHO VIVO CIDADÃO

CACB Nº 04

Confederação das Associações Comerciais do Brasil

PALAVRA DE ORDEM

Conforme havíamos previsto na semana passada, o jogo do faz de conta continua, porque insiste-se em matar a Revisão Constitucional pelo sistema do crime perfeito, onde não se consegue identificar o assassino.

Os contras e os pseudo a favor estão enrolando no meio campo, fazendo cera para que o dia 31 chegue sem nada resolvido.

O que aconteceu na votação da última quinta-feira foi uma vergonha. Hoje, o que mais de importante nós temos de fazer no Brasil é buscarmos capitais onde eles estiverem, no mundo inteiro, para investimentos que venham nos ajudar no desenvolvimento,

gerando os empregos indispensáveis para a estabilidade social.

Mas, o que assistimos foram parlamentares irresponsáveis que, propositadamente, não deram quorum para que não fosse votado o fim da discriminação constitucional às empresas de capital estrangeiro, que investem no Brasil para o nosso desenvolvimento.

São necessários 293 votos para que uma emenda seja aprovada. Tivemos apenas 290. E os parlamentares que poderiam dar os votos mais do que necessários para esse objetivo embora presentes saíram de fininho para não dar o quorum, dizendo que havia um

acordo com os contras de não fazer passar este artigo para que a revisão prosseguisse.

Nós não somos palhaços para participarmos de mais uma encenação. Por isso, aí vai a lista dos responsáveis e dos irresponsáveis.

Os responsáveis são os que votaram contra, ou a favor. Os irresponsáveis são os ausentes, os que se omitiram - através da abstenção - ou que, embora presentes, fugiram do plenário.

Três de outubro vem aí. Olhe Vive Cidadão. Pedirão ajuda e votos. E nós precisamos saber quem são e como agem.

VOCÊ VAI VER NAS PÁGINAS SEGUINTES COMO VOTARAM OS PARLAMENTARES PELA MUDANÇA DO ART. 171 QUE PODERIA DERRUBAR OS PRECONCEITOS SOBRE O CAPITAL ESTRANGEIRO.

VOCÊ VAI VER, TAMBÉM, A LISTA DOS QUE FUGIRAM DO PLENÁRIO PARA NÃO VOTAR.

A LUTA PELO EMPREGO

Como se comportaram os parlamentares que não participaram da votação que pretendia modificar o conceito de Empresa Nacional e Estrangeira

A FAVOR

ACRE			BAHIA		
DEP CELIA MENDES	PPR	DEP LUIZ VIANA NETO	PFL		
DEP FRANCISCO DIOGENES	PMDB	DEP MANOEL CASTRO	PFL		
DEP JOAO MAIA	PP	DEP PRISCO VIANA	PPR		
DEP JOAO TOTA	PPR	DEP RIBEIRO TAVARES	PL		
		DEP TOURINHO DANTAS	PFL		
		DEP WALDECK ORNELAS	PFL		
ALAGOAS					
DEP AUGUSTO FARIAS	PSC	CEARÁ			
DEP OLAVO CALHEIROS	PMDB	DEP AECIO DE BORBA	PPR		
DEP ROBERTO TORRES	PTB	DEP ARIOSTO HOLANDA	PSDB		
SEN TEOTONIO VILELA FILHO	PSDB	DEP CARLOS VIRGILIO	PPR		
DEP VITORIO MALTA	PPR	DEP ERNANI VIANA	PP		
		DEP JACKSON PEREIRA	PSDB		
AMAZONAS		SEN MAURO BENEVIDES	PMDB		
DEP ATILA LINS	PFL	DEP MAURO SAMPAJO	PMDB		
DEP PAUDERNEY AVELINO	PPR	DEP ORLANDO BEZERRA	PFL		
		DEP PINHEIRO LANDIM	PMDB		
AMAPÁ		SEN REGINALDO DUARTE	PSDB		
DEP ERALDO TRINDADE	PPR	DEP VICENTE FIALHO	PFL		
DEP FATIMA PELAES	PFL				
SEN HENRIQUE ALMEIDA	PFL	DISTRITO FEDERAL			
SEN JONAS PINHEIRO	PTB	DEP AUGUSTO CARVALHO	PPS		
DEP MURILO PINHEIRO	PFL	DEP BENEDITO DOMINGOS	PP		
DEP SERGIO BARCELLOS	PFL	DEP JOFRAN FREJAT	PP		
DEP VALDENOR GUEDES	PP	SEN MEIRA FILHO	PP		
		DEP PAULO OCTAVIO	PRN		
BAHIA					
DEP ANGELO MAGALHAES	PFL	ESPÍRITO SANTO			
DEP AROLDO CEDRAZ	PFL	DEP ARMANDO VIOLA	PMDB		
DEP BENITTO GAMA	PFL	DEP ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PTB		
DEP CARLOS SANT'ANNA	PP	SEN JOAO CALMON	PMDB		
DEP ERALDO TINOCO	PFL	DEP LEZIO SATHLER	PSDB		
DEP FELIX MENDONCA	PTB	DEP ROSE DE FREITAS	PSDB		
DEP GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB				
DEP JAIRO AZI	PFL	GOIÁS			
DEP JAIRO CARNEIRO	PFL	DEP DELIO BRAZ	PFL		
DEP JOAO ALMEIDA	PMDB	DEP HALEY MARGON	PMDB		
DEP JOAO CARLOS BACELAR	PSC	SEN IRAPUAN COSTA JUNIOR	PP		
DEP JONTVAL LUCAS	PFL	DEP JOAO NATAL	PMDB		
DEP JORGE KHOURY	PFL	DEP LAZARO BARBOSA	PMDB		
DEP JOSE CARLOS ALELUTA	PFL	DEP MARIA VALADAO	PPR		
DEP JOSE FALCAO	PFL	DEP MAURO BORGES	PP		
DEP JOSE LOURENCO	PPR	DEP MAURO MIRANDA	PMDB		
DEP LEUR LOMANTO	PFL	DEP NAPHTALI ALVES DE SOUZA	PMDB		
DEP LUIS EDUARDO	PFL				

A FAVOR

GOIÁS

DEP PAULO MANDARINO PPR
 DEP PEDRO ABRAO PTB
 DEP ROBERTO BALESTRA PPR
 DEP RONALDO CALADO PFL
 DEP VILMAR ROCHA PFL
 DEP VIRMUNDES CRUVINEL PMDB

MARANHÃO

DEP CESAR BANDEIRA PFL
 DEP COSTA FERREIRA PP
 DEP DANTEL SILVA PFL
 DEP EDUARDO MATIAS PP
 SEN EPITACIO CAFETEIRA PPR
 DEP EURICO RIBEIRO PPR
 DEP JAYME SANTANA PSDB
 DEP JOAO RODOLFO PPR
 DEP PEDRO NOVAIS PMDB
 DEP SARNEY FILHO PFL

MINAS GERAIS

DEP AECIO NEVES PSDB
 SEN ALFREDO CAMPOS PMDB
 DEP ALOISIO VASCONCELOS PMDB
 DEP ARACELY DE PAULA PFL
 DEP AVELINO COSTA PPR
 DEP CAMILO MACHADO PTB
 DEP ELIAS MURAD PSDB
 DEP FELIPE NERI PMDB
 DEP FERNANDO DINIZ PMDB
 DEP GETULIO NEIVA PL
 DEP HUMBERTO SOUTO PFL
 DEP IBRAHIM ABI-ACKEL PPR
 DEP ISRAEL PINHEIRO PTB
 DEP JOSE BELATO PMDB
 DEP JOSE GERALDO PMDB
 DEP JOSE REZENDE PTB
 DEP JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS PFL
 DEP LAEL VARELLA PFL
 DEP LEOPOLDO BESSONE PTB
 DEP MARCOS LIMA PMDB
 DEP ODELMO LEAO PP
 DEP OSMANIO PEREIRA PSDB
 DEP PAULINO CICERO DE VASCONCELOS PSDB
 DEP RAUL BELEM PP
 DEP ROMEL ANISIO PP
 SEN RONAN TITO PMDB
 DEP SAMIR TANNUS PPR
 DEP SAULO COELHO PSDB
 DEP TARCISIO DELGADO PMDB
 DEP VITTORIO MEDIOLI PSDB
 DEP WAGNER DO NASCIMENTO PP

MATO GROSSO DO SUL

DEP ELISIO CURVO PTB
 DEP GEORGE TAKIMOTO PFL
 DEP JOSE ELIAS PTB
 DEP WALDIR GUERRA PFL

MATO GROSSO

DEP AUGUSTINHO FREITAS PP
 DEP JOAO TELXEIRA PL
 DEP JOAQUIM SUCENA PTB
 DEP JONAS PINHEIRO PFL
 SEN JULIO CAMPOS PFL
 SEN LOUREMBERG NUNES ROCHA PPR
 SEN MARCIO LACERDA PMDB
 DEP OSCAR TRAVASSOS PL
 DEP RODRIGUES PALMA PTB
 DEP WELINTON FAGUNDES PL

PARÁ

DEP ALACID NUNES PFL
 DEP DOMINGOS JUVENIL PMDB
 DEP GERSON PERES PPR
 DEP HERMINTO CALVINHO PMDB
 SEN JARBAS PASSARINHO PPR
 DEP JOSE DIOGO PP
 DEP MANOEL RIBEIRO PMDB
 DEP MARIO CHERMONT PP
 DEP MARIO MARTINS PMDB
 DEP OSVALDO MELO PPR
 DEP PAULO TITAN PMDB

PARAÍBA

DEP ADAUTO PEREIRA PFL
 DEP EFRAIM MORAIS PFL
 DEP EVALDO GONCALVES PFL
 DEP IVAN BURITY PFL
 DEP IVANDRO CUNHA LIMA PMDB
 DEP JOSE LUIZ CLEROT PMDB
 SEN RAIMUNDO LIRA PFL
 DEP RIVALDO MEDEIROS PFL
 DEP VITAL DO REGO PDT
 DEP ZUCA MOREIRA PMDB

PERNAMBUCO

DEP GILSON MACHADO PFL
 DEP INOCENCIO OLIVEIRA PFL
 DEP MAURILIO FERREIRA LIMA PSDB
 DEP MAVIAEL CAVALCANTI PFL
 SEN NEY MARANHÃO PRN
 DEP OSVALDO COELHO PFL
 DEP PEDRO CORREA PFL
 DEP ROBERTO FREIRE PPS
 DEP SALATIEL CARVALHO PP
 DEP WILSON CAMPOS PSDB

A FAVOR

PIAUI			RIO DE JANEIRO		
DEP ATILA LIRA	PFL	DEP SANDRA CAVALCANTI		PPR	
DEP B SA	PP	DEP SERGIO AROUCA		PPS	
DEP CIRO NOGUEIRA	PFL	DEP SIMAO SESSIM		PPR	
SEN HUGO NAPOLEAO	PFL	DEP WANDA REIS		PMDB	
DEP JESUS TAJRA	PFL				
DEP JOAO HENRIQUE	PMDB	RIO GRANDE DO NORTE			
DEP JOSE LUIZ MAIA	PPR	SEN DARIO PEREIRA		PFL	
SEN LUCIDIO PORTELA	PPR	DEP HENRIQUE EDUARDO ALVES		PMDB	
DEP MURILO REZENDE	PMDB	DEP IBERE FERREIRA		PFL	
DEP MUSSA DEMES	PFL	DEP JOAO FAUSTINO		PSDB	
DEP PAES LANDIM	PFL	DEP MARCOS FORMIGA		PSDB	
		DEP NEY LOPES		PFL	
PARANÁ			RONDÔNIA		
DEP ABELARDO LUPION	PFL	DEP ANTONIO MORIMOTO		PPR	
SEN AFFONSO CAMARGO	PPR	DEP PASCOAL NOVAES		PSD	
DEP ANTONIO UENO	PFL				
DEP BASILIO VILLANI	PPR	RORAIMA			
DEP CARLOS SCARPELINI	PP	DEP FRANCISCO RODRIGUES		PTB	
DEP DENI SCHWARTZ	PSDB	SEN JOAO FRANCA		PP	
DEP IVANIO GUERRA	PFL	DEP LUCIANO CASTRO		PPR	
DEP JOSE FELINTO	PP	SEN MARLUCE PINTO		PTB	
SEN JOSE RICHA	PSDB	DEP RUBEN BENTO		PFL	
DEP LUCIANO PIZZATTO	PFL				
DEP LUIZ CARLOS HAULY	PP	RIO GRANDE DO SUL			
DEP MAX ROSENMANN	PDT	DEP ADROALDO STRECK		PSDB	
DEP MOACIR MICHELETTO	PMDB	DEP ADYLSO MOTA		PPR	
DEP M'NHOZ DA ROCHA	PSDB	DEP ARNO MAGARINOS		PPR	
DEP OTTO CUNHA	PPR	DEP CARLOS AZAMBUJA		PPR	
DEP REINHOLD STEPHANES	PFL	DEP CELSO BERNARDI		PPR	
DEP RENATO JOHNSON	PP	DEP FERNANDO CARRION		PPR	
DEP WERNER WANDERER	PFL	DEP FETTER JUNIOR		PPR	
DEP WILSON MOREIRA	PSDB	DEP GERMANO RIGOTTO		PMDB	
		DEP JOAO DE DEUS ANTUNES		PPR	
RIO DE JANEIRO		DEP NELSON JOBIM		PMDB	
DEP ALDIR CABRAL	PFL	DEP NELSON PROENCA		PMDB	
DEP ALVARO VALLE	PL	DEP OSVALDO BENDER		PPR	
DEP AMARAL NETTO	PPR	DEP TELMO KIRST		PPR	
DEP ARTUR DA TAVOLA	PSDB	DEP VICTOR FACCONI		PPR	
DEP FLAVIO PALMIER DA VEIGA	PSDB				
DEP FRANCISCO DORNELLES	PPR	SANTA CATARINA			
DEP FRANCISCO SILVA	PP	DEP ANGELA AMIN		PPR	
DEP JAIR BOLSONARO	PPR	DEP CESAR SOUZA		PFL	
DEP JOAO MENDES	PTB	SEN DIRCEU CARNEIRO		PSDB	
DEP LAPROVITA VIEIRA	PP	SEN ESPERIDIAO AMIN		PPR	
DEP PAULO DE ALMEIDA	PSD	DEP HUGO BIEHL		PPR	
DEP ROBERTO CAMPOS	PPR	DEP JARVIS GAIDZINSKI		PPR	
DEP ROBERTO JEFFERSON	PTB	DEP NEUTO DE CONTO		PMDB	
DEP RUBEM MEDINA	PFL				

A FAVOR

SANTA CATARINA
 DEP ORLANDO PACHECO PSD
 DEP PAULO BAUER PPR
 DEP PAULO DUARTE PPR
 DEP VALDIR COLATTO PMDB
 DEP VASCO FURLAN PPR

SERGIPE
 SEN ALBANO FRANCO PRN
 DEP CLEONANCIO FONSECA PPR
 DEP DJENAL GONCALVES PSDB
 DEP JOSE TELES PPR
 SEN LOURIVAL BAPTISTA PFL
 DEP MESSIAS GOIS PFL

SÃO PAULO
 DEP ALBERTO HADDAD PP
 DEP ARMANDO PINHEIRO PPR
 DEP CARDOSO ALVES PTB
 DEP CARLOS NELSON PMDB
 DEP DELFIM NETTO PPR
 DEP DIOGO NOMURA PL
 DEP GERALDO ALCKMIN FILHO PSDB
 DEP HEITOR FRANCO PPR
 DEP HELIO ROSAS PMDB
 DEP JOAO MELLAO NETO PL
 DEP JOSE ABRAO PSDB
 DEP JOSE MARIA EYMAEL PPR
 DEP KOYU IHA PSDB
 DEP LUIZ MAXIMO PSDB
 DEP MALULY NETTO PFL
 DEP MARCELINO ROMANO MACHADO PPR
 DEP MAURICIO NAJAR PFL
 DEP MENDES BOTELHO PP
 DEP NELSON MARQUEZELLI PTB
 DEP PAULO NOVAES PMDB
 DEP PEDRO PAVAO PPR
 DEP TADASHI KURIKI PPR
 DEP VALDEMAR COSTA NETO PL
 DEP WAGNER ROSSI PMDB
 DEP WALTER NORY PMDB

TOCANTINS
 SEN CARLOS PATROCINIO PFL
 DEP DARCI COELHO PFL
 DEP DERYAL DE PAIVA PMDB
 DEP EDMUNDO GALDINO PSDB
 SEN JOAO ROCHA PFL
 DEP LEOMAR QUINTANILHA PPR
 SEN MOISES ABRAO PPR
 DEP PAULO MOURAO PPR

CONTRA

AMAZONAS
 SEN AUREO MELLO PRN

AMAPÁ
 DEP GILVAM BORGES PMDB

BAHIA
 DEP BERALDO BOAVENTURA PSDB
 DEP CLOVIS ASSIS PSDB
 DEP JABES RIBEIRO PSDB
 SEN JOSAPHAT MARINHO PFL
 DEP JUTAHY JUNIOR PSDB
 SEN JUTAHY MAGALHAES PSDB
 DEP PEDRO IRUJO PMDB
 SEN RUY BACELAR PMDB
 DEP SERGIO GAUDENZI PSDB
 DEP WALDIR PIRES PSDB

CEARÁ
 SEN CID SABOIA DE CARVALHO PMDB
 DEP EDSON SILVA PDT
 DEP UBIRATAN AGUIAR PSDB

ESPÍRITO SANTO
 DEP NILTON BALANO PMDB
 DEP RITA CAMATA PMDB
 DEP ROBERTO VALADAO PMDB

MARANHÃO
 DEP JOSE CARLOS SABOIA PSB
 SEN MAGNO BACELAR PDT

MINAS GERAIS
 SEN JUNIA MARISE PRN
 DEP MARIO ASSAD PFL
 DEP NEIF JABUR PMDB
 DEP PAULO DELGADO PT
 DEP PAULO HESLANDER PTB
 DEP RONALDO PERIM PMDB
 DEP ZAIRE REZENDE PMDB

PARÁ
 SEN COUTINHO JORGE PMDB

PARAÍBA
 SEN ANTONIO MARIZ PMDB
 DEP LUCIA BRAGA PDT

PERNAMBUCO
 SEN MANSUETO DE LAVOR PMDB

CONTRA

PLAUI		
SEN CHAGAS RODRIGUES	PSDB	
DEP PAULO SILVA	PSDB	
PARANÁ		
DEP ELIO DALLA-VECCHIA	PDT	
DEP FLAVIO ARNS	PSDB	
RIO DE JANEIRO		
DEP CARLOS LUPI	PDT	
DEP JUNOT ABI-RAMIA	PDT	
DEP LAERTE BASTOS	PSDB	
DEP LUIZ SALOMAO	PDT	
RIO GRANDE DO NORTE		
DEP LAIRE ROSADO	PMDB	
SEN LAVOISIER MALA	PDT	
RORAIMA		
DEP EXPEDITO RAFAEL	PPR	
RIO GRANDE DO SUL		
DEP AMAURY MULLER	PDT	
DEP CARLOS CARDINAL	PDT	
DEP CARRION JUNIOR	PDT	
DEP LUIS ROBERTO PONTE	PMDB	
DEP ODACIR KLEIN	PMDB	
DEP VALDOMIRO LIMA	PDT	
DEP WILSON MULLER	PDT	
SANTA CATARINA		
DEP DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB	
DEP DERCIO KNOP	PDT	
DEP EDISON ANDRINO	PMDB	
SEN NELSON WEDEKIN	PDT	
SERGIPE		
DEP BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT	
SEN FRANCISCO ROLLEMBERG	PFL	
SÃO PAULO		
DEP LIBERATO CABOCLO	PDT	
DEP MICHEL TEMER	PMDB	
DEP OSWALDO STECCA	PMDB	
DEP ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	
DEP TUGA ANGERAMI	PSDB	
TOCANTINS		
DEP MERVAL PIMENTA	PMDB	

**QUEM FICOU NO MURO
(ABSTENÇÕES)**

ALAGOAS		
DEP JOSE THOMAZ NONO		PMDB
MINAS GERAIS		
DEP ARMANDO COSTA		PMDB
DEP GENESIO BERNARDINO		PMDB
DEP MAURICIO CAMPOS		PL
PARAÍBA		
DEP FRANCISCO EVANGELISTA		PPR
SEN HUMBERTO LUCENA		PMDB
PARANÁ		
DEP EDI SILIPRANDI		PSD
RIO DE JANEIRO		
SEN NELSON CARNEIRO		PMDB
DEP REGINA GORDILHO		PRONA
RIO GRANDE DO SUL		
DEP IVO MAINARDI		PMDB

**NÃO VOTARAM
(NÃO COMPARECERAM)**

ACRE		
DEP ADELAIDE NERI		PMDB
SEN ALUIZIO BEZERRA		PMDB
SEN FLAVIANO MELO		PMDB
DEP MAURI SERGIO		PMDB
SEN NABOR JUNIOR		PMDB
DEP RONTVON SANTIAGO		PPR
DEP ZILA BEZERRA		PMDB
ALAGOAS		
DEP ANTONIO HOLANDA		PSC
DEP CLETO FALCAO		PSD
SEN DIVALDO SURUAGY		PMDB
SEN GUILHERME PALMEIRA		PFL
DEP LUIZ DANTAS		PSD
AMAZONAS		
DEP JOSE DUTRA		PMDB
DEP RICARDO MORAES		PSB
AMAPÁ		
SEN JOSE SARNEY		PMDB
DEP LOURIVAL FREITAS		PT

NÃO VOTARAM

NÃO COMPARECERAM

BAHIA			MATO GROSSO DO SUL		
DEP	HAROLDO LIMA	PC do B	DEP	VALTER PEREIRA	PMDB
DEP	JAQUES WAGNER	PT	SEN	WILSON MARTINS	PSDB
DEP	MARCOS MEDRADO	PP			
DEP	NESTOR DUARTE	PMDB	MATO GROSSO		
DEP	SERGIO BRITO	PSD	DEP	JOSE AUGUSTO CURVO	PMDB
DEP	ULDURICO PINTO	PSB	DEP	RICARDO CORREA	PL
CEARÁ			PARÁ		
DEP	ANTONIO DOS SANTOS	PFL	DEP	GIOVANNI QUEIROZ	PDT
DEP	ETEVALDO NOGUEIRA	PFL	DEP	HILARIO COIMBRA	PTB
DEP	JOSE LINHARES	PP	DEP	NICIAS RIBEIRO	PMDB
DEP	LUIZ GIRAO	PDT	DEP	PAULO ROCHA	PT
DEP	LUIZ PONTES	PSDB	DEP	SOCORRO GOMES	PC do B
DEP	MANUEL VIANA	PMDB	DEP	VALDIR GANZER	PT
DEP	MARCO PENAFORTE	PSDB			
DEP	MARIA LUIZA FONTENELE	PSTU	PARAÍBA		
DEP	SERGIO MACHADO	PSDB	DEP	JOSE MARANHÃO	PMDB
DISTRITO FEDERAL			PERNAMBUCO		
DEP	MARIA LAURA	PT	DEP	ALVARO RIBEIRO	PSB
			DEP	FERNANDO LYRA	PSB
ESPÍRITO SANTO			DEP	LUIZ PLAUHYLINO	PSB
SEN	GERSON CAMATA	PPR	DEP	MIGUEL ARRAES	PSB
DEP	HELVECIO CASTELLO	PT	DEP	TONY GEL	PFL
DEP	JONES SANTOS NEVES	PL	DEP	RICARDO FTUZA	PFL
SEN	JONICE TRISTAO	PFL			
GOIÁS			PARANÁ		
DEP	LUCIA VANIA	PP	DEP	ANTONIO BARBARA	PMDB
SEN	ONOFRE QUINAN	PMDB	DEP	CARLOS ROBERTO MASSA	PTB
DEP	ZE GOMES DA ROCHA	PRN	DEP	ERVIN BONKOSKI	PTB
			DEP	HOMERO OGUIDO	PMDB
MARANHÃO			DEP	JONI VARISCO	PMDB
DEP	JOSE BURNETT	PPR	SEN	JOSE EDUARDO	PTB
DEP	MAURO FECURY	PFL	DEP	MATHEUS IENSEN	PSD
DEP	RICARDO MURAD	PSD	DEP	PAULO BERNARDO	PT
DEP	ROSEANA SARNEY	PFL			
MINAS GERAIS			RIO DE JANEIRO		
DEP	AGOSTINHO VALENTE	PT	DEP	BENEDITA DA SILVA	PT
DEP	EDMAR MOREIRA	PP	DEP	CARLOS SANTANA	PT
DEP	IRANI BARBOSA	PSD	DEP	CIDINHA CAMPOS	PDT
DEP	JOAO PAULO	PT	SEN	DARCY RIBEIRO	PDT
DEP	JOSE ALDO	PTB	DEP	FERNANDO LOPES	PDT
DEP	PEDRO TASSIS	PMDB	DEP	JAMIL HADDAD	PSB
DEP	ROBERTO BRANT	PTB	DEP	JANDIRA FEGHALI	PC do B
DEP	SANDRA STARLING	PT	DEP	JOSE CARLOS COUTINHO	PDT
			DEP	JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
			DEP	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
			DEP	MARINO CLINGER	PDT

NÃO VOTARAM**NÃO COMPARECERAM**

RIO DE JANEIRO			SÃO PAULO		
DEP	PAULO RAMOS	PDT	DEP	ALDO REBELO	PC do B
DEP	VIVALDO BARBOSA	PDT	DEP	ALOIZIO MERCADANTE	PT
DEP	VLADIMIR PALMEIRA	PT	DEP	ARY KARA	PMDB
			DEP	BETO MANSUR	PPR
			DEP	CUNHA BUENO	PPR
RIO GRANDE DO NORTE			DEP	ERNESTO GRADELLA	PSTU
DEP	FERNANDO FREIRE	PPR	DEP	EUCLYDES MELLO	PRN
SEN	GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB	SEN	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	PSDB
			DEP	FLORESTAN FERNANDES	PT
RONDÔNIA			DEP	JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
SEN	AMIR LANDO	PMDB	DEP	JOSE ANTIBAL	PSDB
DEP	APARICIO CARVALHO	PSDB	DEP	JOSE CICOTE	PT
DEP	CARLOS CAMURCA	PP	DEP	JOSE DIRCEU	PT
			DEP	MARCELO BARBIERI	PMDB
RIO GRANDE DO SUL			SEN	MARIO COVAS	PSDB
DEP	ALDO PINTO	PDT	DEP	VADAO GOMES	PP
DEP	ANTONIO BRITTO	PMDB			
DEP	EDEN PEDROSO	PT	TOCANTINS		
DEP	IBSEN PINHEIRO	PMDB	DEP	FREIRE JUNIOR	PMDB
DEP	WALDOMIRO FIORAVANTE	PT	DEP	OSVALDO REIS	PP
SANTA CATARINA					
DEP	LUCI CHOINACKI	PT			
DEP	NELSON MORRO	PFL			
SERGIPE					
DEP	EVERALDO DE OLIVEIRA	PFL			
DEP	JERONIMO REIS	PMN			
DEP	PEDRO VALADARES	PP			

FUGIRAM DO PLENÁRIO

Parlamentares que assinaram a folha de presença e não quiseram votar.
Apenas 3 desses parlamentares que fugiram mudariam a história
do emprego no país

ALAGOAS			MINAS GERAIS		
DEP	MENDONCA NETO	PDT	DEP	NILMARIO MIRANDA	PT
			DEP	SERGIO MIRANDA	PC do B
AMAZONAS			DEP	SERGIO NAYA	PP
DEP	BETH AZIZE	PDT	DEP	TILDEN SANTIAGO	PT
SEN	CARLOS DE CARLI	PPR	DEP	WILSON CUNHA	PTB
DEP	EULER RIBEIRO	PMDB	MATO GROSSO DO SUL		
DEP	EZIO FERREIRA	PFL	DEP	FLAVIO DERZI	PP
SEN	GILBERTO MIRANDA	PMDB	SEN	LEVY DIAS	PPR
DEP	JOAO THOME	PMDB	DEP	MARILU GUTMARAES	PFL
AMAPÁ			DEP	NELSON TRAD	PTB
DEP	AROLDO GOES	PDT	SEN	RACHID SALDANHA DERZI	PRN
BAHIA			PARÁ		
DEP	ALCIDES MODESTO	PT	SEN	ALMIR GABRIEL	PSDB
DEP	LUIZ MOREIRA	PFL	DEP	CARLOS KAYATH	PTB
CEARÁ			PERNAMBUCO		
DEP	GONZAGA MOTA	PMDB	DEP	GUSTAVO KRAUSE	PFL
DEP	MORONI TORGAN	PSDB	DEP	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
DISTRITO FEDERAL			DEP	JOSE JORGE	PFL
DEP	CHICO VIGILANTE	PT	DEP	JOSE MENDONCA BEZERRA	PFL
SEN	MAURICIO CORREA	PDT	DEP	JOSE MUCIO MONTEIRO	PFL
DEP	OSORIO ADRIANO	PFL	SEN	MARCO MACIEL	PFL
DEP	SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	DEP	NILSON GIBSON	PMN
SEN	VALMIR CAMPELO	PTB	DEP	RENILDO CALHEIROS	PC do B
ESPÍRITO SANTO			DEP	ROBERTO FRANCA	PSB
DEP	JORIO DE BARROS	PMDB	DEP	ROBERTO MAGALHAES	PFL
GOIÁS			DEP	SERGIO GUERRA	PSB
DEP	ANTONIO FALEIROS	PSDB	PARANÁ		
SEN	IRAM SARAIVA	PMDB	DEP	DELICINO TAVARES	PP
MARANHÃO			DEP	EDESIO PASSOS	PT
SEN	ALEXANDRE COSTA	PFL	DEP	PEDRO TONELLI	PT
DEP	FRANCISCO COELHO	PFL	RIO DE JANEIRO		
DEP	HAROLDO SABOLA	PT	DEP	AROLDE DE OLIVEIRA	PFL
DEP	JOSE REINALDO	PFL	DEP	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
DEP	NAN SOUZA	PP	SEN	HYDEKEL DE FREITAS	PFL
MINAS GERAIS			DEP	JOSE EGYDIO	PL
DEP	BONFACIO DE ANDRADA	PTB	DEP	JOSE MAURICIO	PDT
DEP	MARIO DE OLIVEIRA	PP	DEP	MIRO TEIXEIRA	PDT
			DEP	NELSON BORNIER	PL
			DEP	PAULO PORTUGAL	PP
			DEP	SERGIO CURY	PDT
			DEP	SIDNEY DE MIGUEL	PV

FUGIRAM DO PLENÁRIO

Parlamentares que assinaram a folha de presença e não quiseram votar.
Apenas 3 desses parlamentares que fugiram mudariam a história
do emprego no país

RIO GRANDE DO NORTE			SANTA CATARINA		
DEP	FLAVIO ROCHA	PL	DEP	LUIZ HENRIQUE	PMDB
RONDÔNIA			SÃO PAULO		
DEP	EDISON FIDELIS	PP	DEP	ALBERTO GOLDMAN	PMDB
DEP	MAURICIO CALIXTO	PFL	DEP	ARNALDO FARIA DE SA	PPR
SEN	ODACIR SOARES	PFL	DEP	EDUARDO JORGE	PT
DEP	REDITARIO CASSOL	PP	SEN	EDUARDO SUPPLY	PT
SEN	RONALDO ARAGAO	PMDB	DEP	FABIO FELDMANN	PSDB
RORAIMA			DEP	FABIO MEIRELLES	PPR
DEP	ALCESTE ALMEIDA	PTB	DEP	FAUSTO ROCHA	PL
DEP	AVENTUR ROSA	PP	DEP	GASTONE RIGHI	PTB
SEN	CESAR DIAS	PMDB	DEP	HELIO BICUDO	PT
DEP	JOAO FAGUNDES	PMDB	DEP	IRMA PASSONI	PT
DEP	JULIO CABRAL	PP	DEP	JOSE GENOINO	PT
DEP	MARCELO LUZ	PP	DEP	JOSE SERRA	PSDB
RIO GRANDE DO SUL			DEP	LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB
DEP	ADAO PRETTO	PT	DEP	LUIZ GUSHIKEN	PT
SEN	JOSE FOGACA	PMDB	DEP	MAURICI MARIANO	PMDB
DEP	JOSE FORTUNATI	PT	DEP	RICARDO IZAR	PPR
SEN	JOSE PAULO BISOL	PSB	DEP	ROBSON TUMA	PL
DEP	MENDES RIBEIRO	PMDB			
DEP	PAULO PAIM	PT			
SEN	PEDRO SIMON	PMDB			

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Aparício Carvalho.

O SR. APARÍCIO CARVALHO (PSDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, desejamos apoiar, integralmente, o tratamento dado pelo Sr. Relator da Revisão Constitucional à questão da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, por não ignorar a realidade vivida hoje pela imensa maioria dos Estados e de suas comunas, já carentes em relação ao atendimento das necessidades básicas da população.

O parecer do Congressista Nelson Jobim mantém a competência das Assembléias Legislativas para decidir sobre a matéria, mas remete à lei complementar de natureza federal a fixação de normas relativas à convocação de plebiscito, à repartição de recursos vinculados às transferências constitucionais e à definição de requisitos de população e renda.

Portanto, Sr. Presidente, na hipótese de que a matéria venha a ser votada pelo fórum revisional, receberá nosso apoio incondicional e, caso se verifique a tendência de transferir para o próximo Congresso a tarefa de promover as mudanças reclamadas pela sociedade no texto constitucional, esperamos estar aqui para defendê-la da forma a mais entusiástica possível, sempre na defesa dos interesses legítimos da população.

A verdade é que, historicamente, no Brasil, tem-se verificado que a transformação desordenada do nível dos municípios se presta, na imensa maioria dos exemplos, para a satisfação de interesses políticos escusos, pois sempre se imagina com essa transformação se ganha um novo feudo eleitoral, um novo "curral", pouco se importando os seus autores com as conseqüências administrativas de tal ato e do fato de representar isso não um avanço, mas sim um grande retrocesso.

A maioria age assim, Sr. Presidente, prevalecendo-se do desconhecimento da população de que não é a elevação de categoria de cidade, de distrito ou de povoado que propiciará, como num passe mágica, a melhoria dos serviços públicos a que as pessoas aspiram, como telefone, esgoto, escolas, luz, água tratada, asfaltamento de ruas, bibliotecas públicas, áreas de lazer e esportes.

Mas não se pode desconhecer que o exemplo da elevação dos antigos territórios federais à categoria de Estados deve ser trazida para o campo do debate em torno da matéria, como esclarecimento oportuno e necessário, já que o Governo Federal, por motivação exclusivamente político-eleitoreira, promoveu essa transformação, mas não assegurou a essas novas unidades federativas condições mínimas de sobrevivência, e o resultado são as precárias condições em que vive a população desses ex-territórios.

Desejamos, por isso, Sr. Presidente, solidarizar-nos integralmente com o substitutivo do Sr. Relator Nelson Jobim relativo à criação de novos municípios, pois antes de servir à causa das comunidades diretamente interessadas, presta-se, tão-somente, à satisfação de interesses político-eleitoreiros condenáveis, oportunistas e irresponsáveis.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, depois de vários dias de entendimentos, os quais acompanhamos com muita atenção, parece que, finalmente, esta Casa vai apreciar uma pauta mínima da Revisão Constitucional. É bem verdade que essa pauta mínima, talvez, não atenda aos interesses maiores da Nação, mas, pelo menos, começar-se-á a discutir assuntos de real importância para o País.

O que ficou bem evidente é que se excluiu a possibilidade da quebra do monopólio da Petrobrás e das telecomunicações. O que se observou, ao longo dos meses, foi uma discussão, diríamos até apaixonada, por parte daqueles que defendiam a quebra do monopólio bem como daqueles que defendiam a sua manutenção na forma como se encontra na Constituição Federal.

Nós nos filiamos sempre ao lado daqueles que entendem que não havia necessidade de se proceder essa quebra do monopólio das telecomunicações e da Petrobrás, de vez que essas duas empresas são bastante produtivas e não estão em situação de insolvência nem falência, portanto, não necessitando sofrer esse processo de quebra de monopólio para poder continuar prestando relevantes serviços ao nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, nos regozijamos no fato de que na elaboração dessa pauta mínima tenha sido excluída da apreciação a questão da quebra do monopólio das telecomunicações e da Petrobrás. Vamos deixar que a Petrobrás e o setor de telecomunicações continuem a prestar os seus serviços à Nação sem precisar que se faça alguma alteração na sua maneira, na sua forma de atuar.

Por outro lado, é bom que se esclareça que também se excluiu dessa pauta mínima a intenção que tinha o Relator Nelson Jobim de submeter à apreciação do Congresso Revisor mudanças substanciais com relação aos Vereadores das Câmaras Municipais do País. Esse projeto pretendia que aqueles que representassem municípios com eleitorado inferior a 10 mil pudessem ter o seu mandato cumprido de forma gratuita, o que, efetivamente, viria trazer muitos problemas para as prefeituras municipais. Outrora já se fez uma experiência como essa, o que causou muitos transtornos para os Prefeitos, já que os Vereadores não tinham o interesse de apreciar as mensagens do Executivo em virtude de não receberem nenhum pagamento remuneratório.

Portanto, Sr. Presidente, com essa pauta mínima e excluindo-se esses dispositivos, essas propostas, verifica-se que estamos deixando para uma nova etapa da Revisão – que esperamos que seja no ano que vem com um novo Congresso – fazer modificações na Constituição Federal. Não façamos, agora, modificações de afogadilho que possam trazer maiores transtornos para a vida nacional.

O caso dos Vereadores, por exemplo, é um fato que faço questão de relembrar e de citar novamente porque Vereador ficar sem salário, Sr. Presidente, seria o maior absurdo que se poderia cometer. Entretanto, há uma proposta do Relator no sentido de diminuir, com a qual concordávamos. Qualquer Câmara Municipal, tem, hoje, no mínimo, nove vereadores; quando, na verdade, entendemos que há Municípios nos quais bastaria que existissem apenas cinco vereadores para as Câmaras Municipais cumprirem as suas obrigações. Mas como a Revisão, infelizmente, não pôde cumprir suas etapas totais, é preciso que nos convençamos de que essas alterações mais profundas poderão ser feitas em uma outra etapa que este Congresso Revisor haverá de discutir.

Fica, portanto, aqui, a minha expectativa que essa pauta mínima seja cumprida, para que, pelo menos, os 11 itens relacionados recebam apreciação e votação deste Plenário e, com isso, possamos dar uma satisfação à população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra à nobre Congressista Socorro Gomes.

A SRA. SOCORRO GOMES (PCdoB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, quinta-feira da semana passada, em uma reunião pública da Comissão da Câmara, foi discutida a questão das mensalidades escolares. Nesta reunião estavam presentes represen-

tantes da UNE, UBES, representante de pais do Brasil inteiro, inclusive do Estado do Pará, e o Presidente da Associação de Pais e Alunos, o Sr. Durante. Mas, Sr. Presidente, havia também um forte lobby dos empresários da educação, cujas opiniões foram estarecedoras.

Ora, Sr. Presidente, num País em que só 3% dos alunos que entram no ensino primário chegam às universidades e, destes, apenas 1% está nas escolas públicas, num País em que as verbas para a educação são constantemente cortadas e reduzidas, ouvirmos dos empresários da Educação a opinião de que deve haver livre negociação, livre mercado, em matéria de educação, é um escândalo. Deveriam, inclusive, existir medidas muito mais drásticas, mais rígidas, para garantir a educação, até como uma tarefa estratégica, como uma questão da soberania do nosso País.

Sr. Presidente, ouvimos, na ocasião, empresários afirmarem que não aceitavam, de forma alguma, propostas discutidas em acordo, por várias entidades, na conversão para a URV dos últimos quatro meses do ano passado.

Sabemos que os empresários da educação têm ganho fortunas, têm criado verdadeiros potentados no Brasil inteiro. Os cursos chamados Objetivo e Visão nascem, podemos dizer, a cada dia, em cada esquina, em cada bairro. No entanto, a escola pública tem mirrado, tem entanguido. Sr. Presidente, só para se ter uma idéia, no Rio de Janeiro, em uma escola cujo proprietário é um parlamentar suplente que foi denunciado na CPI do Orçamento, a matrícula de um estudante universitário estava em 1 milhão e 200 mil cruzeiros. No Estado do Pará, também não ficamos atrás. As empresas privadas de educação só buscam, digamos assim, as capitais. No interior os estudantes ficam sem escola, sem nenhuma alternativa, e ainda se dizem compromissados com a Educação.

Por isso, Sr. Presidente, a União Nacional dos Estudantes está elaborando um projeto de iniciativa popular, colocando as reivindicações, transformadas em lei, para que sejam aqui apreciadas.

Neste momento de apreciação da Medida Provisória da Conversão da URV é importante chamarmos, Sr. Presidente, atenção desta Casa para a necessidade de se discutir e coibir os abusivos aumentos das mensalidades escolares. É preciso que ela seja convertida, assim como foram convertidos, inclusive, os próprios salários, que o foram com perdas. No caso das mensalidades escolares, não, Sr. Presidente, há lucros exorbitantes, criando verdadeiras fortunas, que aplicam no capital financeiro, não na educação, desviando verbas públicas para a educação privada, conforme apurado, inicialmente, aqui, na própria CPI.

É necessário, também, Sr. Presidente, que esta Casa aprove, esta é uma exigência, uma reivindicação dos pais e estudantes do Brasil inteiro, uma auditoria nas empresas privadas de ensino. Uma auditoria sobre as contas, as planilhas, que lucros elas têm, e, assim, o Governo poder tratar de forma mais justa esta questão, porque tem havido verdadeiros crimes, tanto na educação como, podemos afirmar, na saúde, nos hospitais privados. Fui procurada, na semana passada, porque um bebê recém-nascido tinha sido seqüestrado por um hospital, sem poder sequer ser amamentado, porque a mãe não tinha dinheiro para pagar o hospital. Na educação, os estudantes, à medida em que não têm condições de pagar esses abusivos aumentos, são impedidos de assistir às aulas, são impedidos; à porta das escolas, há verdadeiros guardas-costas, seguranças truculentos impedindo que os estudantes tenham acesso às escolas. Isto, Sr. Presidente, é um crime contra a criança, contra o adolescente, que é a humilhação, o constrangimento, impedir o acesso à educação, garantido na nossa Constituição.

São essas preocupações que trazemos, Sr. Presidente, e damos, também, todo apoio ao projeto de iniciativa popular dos estudantes.

Finalizando, como, também, Sr. Presidente, os meus protestos, ao repúdio, à indignação do Deputado Aldo Rebelo, que falou pela liderança do PC do B, em relação às infâmias, calúnias que o Jornalista Gilberto Dimenstein tem feito contra o PC do B.

De fato, Sr. Presidente, esse jornalista, do qual não conhecemos o passado, finge desconhecer toda a trajetória do Partido Comunista do Brasil, que tem em sua trajetória a história dos mártires em defesa da democracia e da soberania nacional, contra a ditadura militar.

Há a luta incessante dos comunistas, junto a outros partidos nesta Casa, em defesa da soberania do nosso País, defendendo os monopólios nacionais e contra o entreguismo e a traição que tentavam, aqui, se impor na mudança da Constituição brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra à nobre Congressista Jandira Feghali

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, abro este pronunciamento expressando, também, a indignação da militância do nosso Partido, do Diretório Nacional do PC do B, em relação aos ataques, diários e permanentes do Jornalista Gilberto Dimenstein ao Partido Comunista do Brasil.

A primeira reflexão que consigo fazer é que realmente devemos estar incomodando, e muito, os defensores da aliança PSDB-PFL, pois esses ataques começaram com o ex-ministro Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, tiveram continuidade com o Jornalista Gilberto Dimenstein. Acredito que esse incômodo se dá pela compreensão que hoje muitas representações das elites brasileiras têm de qual é a realidade mundial, e como a resistência ao projeto neoliberal vem crescendo em todas as partes do mundo.

Hoje, temos resultados eleitorais importantes do campo progressista em muitos países da Europa e do próprio Leste Europeu; temos o resultado das eleições na África do Sul, que representa a resposta e a devolução de séculos de opressão à maioria negra daquele país.

Acredito que é com esse sentimento da possibilidade de vitória de uma frente popular neste País, que não representa os interesses das elites dominantes, que esses ataques têm o seu meio de cultura. Não consigo entender de outra forma, que tantas mentiras, tantas informações absolutamente divorciadas da história, tantas injustiças cometidas contra o Partido Comunista do Brasil possam ter outra origem. Na verdade, esse medo da vitória, o medo desta aliança do campo popular é que pode justificar todo este incômodo, este mal-estar e esta dificuldade, não só do ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso, mas também de jornalistas como Gilberto Dimenstein, que, como disse o companheiro Aldo Rebelo, não sabemos onde estava quando o Brasil passou pelos momentos mais difíceis da resistência democrática e da luta pela liberdade.

Assim, Sr. Presidente, acredito que o jornalista Gilberto Dimenstein deve aceitar o desafio feito pelo Deputado Aldo Rebelo, para sustentar as suas opiniões com a mesma liberdade que tem de dizer o que quer numa coluna diária da Folha de S. Paulo. Seria um debate com o Deputado Aldo Rebelo, que conhece a história do nosso partido e tem condições de enfrentar esse tipo de polêmica. Das duas uma, ou ele vai caracterizar-se como jornalista a serviço das elites dominantes deste País, ou vai rever a sua posição nesse debate diante da opinião pública. O que não é aceitável é que o jornalismo esteja a serviço da mentira e de interesses escusos, no intuito de romper o vínculo com a história brasileira, o vínculo real com aquilo que representam os comunistas na história do Brasil.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero me somar ao meu partido nessa atitude de indignação e reforçar o desafio para que o jornalista Gilberto Dimenstein enfrente, cara a cara, o Partido Comunista do Brasil, para manter a sua posição e se caracterizar como um grande mentiroso, como um caudatário das posições inclusive daqueles que participaram da ditadura militar, que comandaram a ditadura militar e que fizeram uma aliança com o PSDB, ou para rever as suas posições e fazer a autocrítica que um verdadeiro jornalista deve fazer.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria, neste momento, de registrar uma denúncia que considero da mais alta relevância.

O governo dos Estados Unidos, a pretexto da luta contra o narcotráfico, iniciou a construção de uma base militar na Amazônia peruana, mais especificamente na cidade de Puerto Esperanza, bem próximo à fronteira brasileiro-peruana, onde o Acre é o Estado fronteiro com o Peru.

À primeira vista, um problema para consumo interno dos peruanos. A presença de tropas estrangeiras num país, com base militar moderna, instalada estrategicamente, de modo a vigiar e/ou intervir em todo o espaço da Amazônia Ocidental recoloca, de pronto, a discussão sobre a soberania de um Estado. Visto somente por este aspecto, o problema perderia importância para os brasileiros. Peruanos e americanos que se entendam, diriam alguns.

Ocorrem, entretanto, sinais muito evidentes de que a inspiração para a construção de bases americanas na América-Latina obedece muito mais a uma estratégia militar de médio e longo prazos do que à erradicação da produção e tráfico de drogas.

O curioso nesse belicoso empreendimento americano é que todo o cimento para a construção dessa base está sendo cinicamente contrabandeado do Brasil para o Peru.

A Delegacia da Receita Federal em Rio Branco, Estado do Acre, iniciou, com o apoio da Polícia Federal, diligências que possam esclarecer toda a operação de evasão de divisas. Numerosas balsas carregadas de cimento adquirido em Manaus sobem o Rio Purus, chegando até o minúsculo Município acreano de Santa Rosa, com cerca de 200 habitantes. De lá, atravessam a fronteira, chegando ao seu destino final.

A construção dessa base militar americana nos diz respeito não somente pelo seu aspecto de potencial agressão à nossa soberania, como também, e aí ironicamente, pelo fato de brasileiros estarem a serviço desses interesses, fornecendo os meios para a construção da base e, pior ainda, sem o recolhimento dos impostos referentes à exportação.

Fica mais uma vez demonstrado que os "xerifes do mundo", os "campeões da moralidade e da modernidade", não têm nenhum escrúpulo para viabilizarem seus objetivos.

Cabe às autoridades militares brasileiras o exame dessa questão, com o devido alerta de que, apesar de serem áreas onde vivem quatro nações indígenas, não são as terras indígenas em fronteira que ameaçam a integridade de nosso País.

Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa um requerimento de informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre o trabalho escravo de brasileiros na Bolívia e sobre a situação dos brasileiros presos na cidade de Trinidad, que diz o seguinte:

"Nos termos regimentais, solicito a V. Exª que encaminhe ao Ministério das Relações Exteriores o presente requerimento para que, de acordo com o os trâmites pertinentes, obtenha junto à Chancelaria do Governo Boliviano as seguintes informações:

1. Quais as providências adotadas pelo Governo Boliviano no tocante às denúncias de trabalho escravo a

que estão submetidos os brasileiros que trabalham em seringais bolivianos situados na fronteira brasileira com o Estado do Acre;

2. Qual a situação atual, legal e de saúde, dos sete brasileiros presos em território boliviano, na cadeia pública da cidade de Trinidad, acusados, sem conclusão e sem provas, de tráfico de entorpecentes."

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, devidamente justificado, que encaminho à Mesa para resposta do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE – (Aécio Neves) – A Presidência informa à nobre Deputada que se o objetivo for a apresentação de um requerimento, isso deveria ser feito na sessão da Câmara, porque na sessão do Congresso Revisor não cabe a apresentação de requerimentos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Quero apenas informar a apresentação do requerimento, não necessariamente neste momento. Será feito na Câmara, mas queria deixar registrado nos Anais do Congresso Nacional, por se tratar de uma questão internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Assim será feito.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Muita obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, cada vez mais avulta o perigo de o narcotráfico engolfar as instituições de alguns Estados e de criar problemas graves para o futuro de nossa juventude e, em curto ou médio prazo, até para a própria democracia em nosso País.

Os operadores desse crime, organizado internacionalmente e sem quaisquer escrúpulos morais, sem qualquer respeito pela vida e pela dignidade das pessoas, têm-se mostrado cada vez mais poderosos, até mesmo em termos bélicos, pois o narcotráfico está ligado ao tráfico ilícito de armas, ao contrabando, ao descaminho, aos crimes de seqüestro, extorsão, formação de quadrilhas e corrupção ativa. Detentores de somas altíssimas, que podem ser movimentadas rapidamente pelo país e pelo exterior, os dirigentes dessa modalidade de crime organizado – que, qual metástase, se apodera cada vez mais de porções importantes do tecido social e, mediante extorsão, ameaças e corrupção, estende suas garras para dentro das instituições do Estado, tornando-o vulnerável e fraco – têm seu poderio onipresente cada vez mais aumentando, enquanto que a demora da reação ou a reação francamente tímida acrescenta a audácia e a vitória – *Who dares wins* (Quem ousa, ganha).

As organizações contrárias ao tráfico de drogas, em todo o mundo, estão convencidas de que o combate há de se fazer muito mais no plano financeiro do que nas operações policiais de rotina.

"Dinheiro em espécie não deixa rastros e, portanto, é veículo preferido do comércio de drogas. Inicialmente, era fácil para os traficantes de drogas colocarem seu dinheiro no sistema financeiro (norte-americano). Funcionários governamentais de vários países, principalmente dos Estados Unidos, suspeitaram que isso mudaria na medida em que o comércio de drogas aumentasse. Estavam certos. O problema do emprego do dinheiro tomou-se, agora, o calcanhar de Aquiles do comércio de drogas", como afirma Charles Morley no artigo, publicado recentemente, "A caça aos dólares da droga", publicação do USIS United States Informations Services, o Serviço de Informações Culturais dos Estados Unidos.

As providências que estão sendo propostas, em projeto de lei que apresentei hoje de manhã na Câmara dos Deputados, já provaram sua eficácia nos programas bem-sucedidos de combate ao tráfico de drogas, em todo o mundo. Nos Estados Unidos, por

exemplo, que detêm o troféu de haverem infligido as maiores derrotas aos traficantes, o combate mais bem-sucedido se faz muito mais na frente sustentada pela Receita Federal (Internal Revenue Service – IRS) do que na defendida pelas autoridades policiais. Estas, evidentemente, têm uma importância insubstituível, porém os aspectos financeiros têm levado a mais flagrantes pela polícia do que os aspectos meramente operacionais, de venda, transporte e entrega da droga. "O governo [norte-americano] está em toda a parte, em busca de provas que levem às transações financeiras dos traficantes.

– Adquirimos uma grande prática em localizar dinheiro e somos eficientes nisso – afirma Morics, da Secretaria da Receita Federal dos Estados Unidos. – Muitas vezes apanhamos pessoas que nunca tocaram em drogas...

Brian Bruh, ex-auditor fiscal da Receita, é o chefe de uma singular unidade conhecida nos Estados Unidos como FinCEN, uma abreviatura para Financial Crime Enforcement Network (Rede de Combate aos Crimes Financeiros).

– Uma de suas atribuições é identificar criminosos e organizações criminosas que a equipe de repressão ao narcotráfico não tenha previamente alcançado – afirma Bruh.

– Concentramos nosso poder de fogo sobre pessoas que demonstram fazer transações estranhas com o dinheiro e, em seguida, entramos em contato com o banco de informações do grupo de repressão ou de outros órgãos, para saber se elas fazem parte de organizações criminosas." (MORLEY, cit. p. 8)

Ilustrativo a respeito do modo como a Receita Federal dos Estados Unidos e outros órgãos trabalham conjugadamente para o combate eficaz do tráfico internacional de drogas foi a chamada "Operação Calota Polar", que permitiu o confisco de cerca de 400 milhões de dólares nos Estados Unidos, um valor três a quatro vezes maior do que o patrimônio registrado por algumas organizações bancárias. Washington confiscou 20 milhões de dólares na conta de um banco chamado Banco de Ocidente, dos Estados Unidos. A Alemanha confiscou 20 milhões de dólares; o Canadá, 13,5 milhões; a Suíça, 30 milhões de dólares. O referido banco, suspeito de acobertar os dólares do narcotráfico, ficou insolvente em uma semana e, finalmente, declarou-se culpado, concordando em pagar uma multa anual de 5 milhões de dólares.

Aí, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a importância do Projeto que apresentamos esta manhã à Câmara dos Deputados, onde consideramos que o mínimo que nós, legisladores, poderemos fazer para vencer o câncer do narcotráfico – nocivo às famílias, às instituições policiais, ao Ministério Público, à política e à própria soberania do Estado em matéria de segurança pública – é tomar medidas iniciais no combate efetivo ao lucro dessa atividade.

Portanto, Sr. Presidente, o projeto de nossa autoria, apresentado à Câmara dos Deputados no dia de hoje, que dispõe sobre o combate ao narcotráfico por meio de pesquisa de suas operações financeiras e confisco do produto do crime, é de extrema importância na atualidade em que vivenciamos a questão do narcotráfico em todo o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Elias Murad, o Sr. Aécio Neves, 3º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PPR–RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres

Srs. Congressistas, assistimos consternados, na sessão do Congresso Revisor de 4 de maio último, à não aprovação do parecer 41/94 do Deputado Nelson Jobim, que pretendia escrever na Constituição Federal nova definição de empresa nacional de capital estrangeiro. O resultado mostrou que 290 Parlamentares votaram favoravelmente ao parecer, entre os quais me incluo, sendo que apenas 61 foram contrários e 10 se abstiveram.

O que significa essa não-aprovação? Com efeito, Sr. Presidente, recuso-me a defini-la como uma rejeição à proposta, visto que dos 351 Parlamentares que se manifestaram através do voto 83% eram favoráveis à delimitação do novo conceito. Não houve, portanto, uma rejeição, mas apenas o não atingimento do quorum exigido para a aprovação da matéria.

O que significaria a redefinição do conceito de empresa brasileira de capital estrangeiro? No entender de abalizados setores da opinião pública brasileira, a modificação pretendida viria acarretar, em curto lapso de tempo, o ingresso de capital estrangeiro na economia, "capital produtivo de empresas globalizadas que realizam produtos e serviços, sustentam e ampliam empregos, recolhem impostos e encargos e injetam tecnologia de produto e de gestão no conjunto da economia nacional", conforme enfatizou o comentarista Joelmir Beting em sua coluna do dia 8 último. Ainda, segundo suas palavras, a falta de apenas três votos favoráveis – já que o número exigido era de 293 – resultou numa situação em que as empresas de controle externo vão continuar a ser discriminadas nas concorrências públicas, nos recursos minerais, nas atividades financeiras, nos registros tecnológicos, nas telecomunicações, na energia elétrica, no petróleo e especialmente na assistência médico-hospitalar, que vegeta por falta de capital.

Relembre-se, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de que a base da argumentação contrária à nova definição do conceito tem sido um ingênuo e anacrônico nacionalismo, sempre invocado quando se pretende manter a economia nacional agrilhoadada a seus próprios pecados e a suas atávicas limitações. Entretanto, mesmo países de economia outrora fechada e de ideologia política de esquerda, como China, Vietnã e Cuba, têm aderido à economia de mercado e propiciado o ingresso de capital estrangeiro. Apenas para exemplificar, lembre-se de que a pequena Ilha do Caribe já tem cerca de 500 empresas estrangeiras operando em seu território, com capitais oriundos de 40 países diversos. São esses países sabedores de que o dinheiro capitalista não só não maculará as economias socialistas, como terá, ao contrário, o condão de, revigorando aquelas economias, elevar a qualidade de vida das populações que vivem sob tais regimes, nos mencionados países.

Votei favoravelmente à redefinição, o que, segundo profunda convicção pessoal, mostra-se imprescindível à modernização do sistema econômico brasileiro e à revitalização dos sistemas produtivos nacionais. Tome-se como exemplo que uma das únicas medidas benéficas ao País adotadas pelo Governo Collor – a abertura da economia às importações – trouxe incontáveis benefícios na medida em que o acendramento da competitividade faz com que as empresas que aqui produzem bens tenham que melhorar a qualidade de seus produtos, sob pena de serem suplantadas na preferência popular pelos produtos estrangeiros. O setor automobilístico é, nesse sentido, emblemático, mas se percebe a preocupação de todos os setores industriais na elevação da qualidade de seus produtos, como eletrodomésticos, artigos para escritório, insumos industriais e até mesmo alimentos, já que os produtos importados não são muito mais caros que os similares nacionais e disputam a preferência do consumidor com base na sua qualidade intrínseca. Ressalte-se que até mesmo a gasolina refinada pela Petrobrás sofreu sensível elevação de qualidade, sem que fosse elevado o preço final pago pelo consumidor, devido às especificações técnicas

dos motores dos automóveis estrangeiros, cuja importação agora é permitida.

Sou favorável, Sr. Presidente, à quebra dos monopólios estatais, sem prejuízo das estatais, como por exemplo, a Petrobrás, com a necessária modernização, para que se acabe com o rigor hoje existente na operação de determinados setores da economia e para que a competitividade mostre seus resultados positivos em termos de níveis de produção e de qualidade. E nesse sentido sou diametralmente avesso à doutrina "petista" e "cutista", xenófoba e retrógrada em muitos aspectos e contrária aos grandes interesses do mercado.

Como maior reflexo da não aprovação da redefinição conceitual, deu-se queda nos índices das bolsas de valores, evidenciando a consternação das forças econômicas e o pessimismo com relação ao futuro de nossa economia.

Considerando a Revisão, imperativo na modernização do País, para o seu desenvolvimento, em que a nova definição de empresa nacional (art. 171 da Constituição) constitui um dos pontos fundamentais, lamento e protesto com veemência a sua não aprovação e considero encerrado o processo revisional.

A tentativa, agora, de aprovar uma pauta mínima, com inclusão de coisas menores, com a participação dos contras de todos os matizes, é uma revisão de "mentirinha", para limpar a "barra" daqueles que, por uma razão ou outra, sempre trabalharam contra o País. Cada um que assuma agora a responsabilidade perante o Tribunal Popular e perante a História.

Resta, Sr. Presidente, a constatação de que a matéria, não tendo sido rejeitada – já que 83% dos Parlamentares que votaram lhe eram favoráveis –, poderá em outra oportunidade voltar à baila, possivelmente com o próximo Congresso, sob a forma de proposta de emenda à Constituição, podendo vir a ser aprovada em benefício do País e dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Congressista Elísio Curvo.

O SR. ELÍSIO CURVO (PTB–MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, hoje quero aqui registrar a presença do Prefeito da Cidade de Guia Lopes da Laguna, Sr. Jorge Caetano, acompanhado dos Srs. Vereadores Manoel Orestes Duquini, Nodiel Ifram de Lima, Eulógio Ferreira Barbosa e Uilki Melo A. Costa.

Sr. Presidente, trata-se de uma cidade nova do meu Estado, de grande pujança, com 20 mil habitantes, que está florescendo e requer o apoio do Governo Federal para se desenvolver.

Ademais, Sr. Presidente, além de registrar a presença desses senhores, vim aqui para ressaltar que política, como todos afirmam, é uma dinâmica, mas também é eivada de incoerências.

Observa-se a incoerência de partidos que foram contra a definição de empresa nacional, contra a entrada do capital estrangeiro – inclusive são da mesma origem da Rússia e da China, que abriram suas portas para esse tipo de investimento –, quando o candidato desses partidos vai aos Estados Unidos solicitar o apoio do capital estrangeiro. Há, portanto, dois pesos e duas medidas: lá fora, são a favor do capital estrangeiro; aqui dentro, votam contra a definição de empresa estrangeira.

Sr. Presidente, quanta incoerência temos que resolver. O capital estrangeiro, registrado na Firce e convertido em cruzeiros reais, entra no País sob a forma de investimento nas Bolsas, como o verdadeiro "capital andorinha", o sanguessuga: por meio de lobbies, eleva-se o valor das ações adquiridas; estas são revendidas aos brasileiros e o capital retorna para o exterior com lucros fabulosos.

Só no ano passado, Sr. Presidente, no mês de setembro, registrou-se, na Firce, US\$1,800 bilhão para investimento nas Bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dois meses depois, Sr. Presidente, esse montante foi transformado em quase US\$3 bilhões e enviado para o exterior. Ninguém foi contra, embora eu tivesse clamado para que isso fosse modificado e o nosso povo não fosse espoliado da forma que foi.

Por sua vez, quando tivemos oportunidade de definir empresa estrangeira, para que o capital seja de risco e não sanguessuga, esses partidos foram contra. E são contra o capital estrangeiro – investimento no Brasil como capital de risco – porque não têm capacidade de fiscalizar. Um país que têm fiscais perfeitos não pode temer investimentos.

A própria Rússia vem ao Brasil buscar investimentos. O capital não tem cor, bandeira ou religião. O capital não é um país, embora muitos aqui dentro confundam capital com investimento de uma nação, com possibilidade de ferir a soberania.

Sr. Presidente, precisamos do capital estrangeiro para o nosso desenvolvimento. Não se deve utilizar aqui dois pesos e duas medidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência encarece aos Srs. Congressistas que estão fora do plenário que venham a este recinto para completarmos o quorum, para efeito de iniciarmos o processo de apreciação das matérias.

O SR. SIDNEY DE MIGUEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Líder Sidney de Miguel, do Partido Verde.

O SR. SIDNEY DE MIGUEL (PV–RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as palavras do nobre colega Elísio Curvo são contraditórias para criticar uma pretensa incoerência.

Não poderíamos ter votado um novo estatuto para empresa estrangeira, embutido no conceito de empresa nacional, porque o Brasil precisa ainda proteger as suas empresas.

Infelizmente, recebi hoje comunicação da Federação das Associações Comerciais, que é uma cúpula, da elite, que trabalha voltada para as grandes empresas e se esquece da grande massa de empresários brasileiros que estão quebrando, devido ao rude choque fiscal imposto por esse plano.

Gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, que Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a Presidente pelo PT, recebeu o apoio do Partido Verde do Rio de Janeiro, em convenção, bem como o candidato a Governador, Jorge Bittar, que deverá, necessariamente, contar com todo o esforço dos Verdes para se eleger, porque Lula, eleito Presidente, precisará de um Governador no Rio de Janeiro para dar sustentação ao seu governo.

Também enganam-se aqueles que pintam o Lula como uma enorme ameaça ao País. Já se vê um discurso, já se delinea um programa e podemos prever que o segundo turno já está sendo preparado por Lula e pelo seu Partido.

O Partido Verde tem uma enorme consideração pelo campo socialdemocrático. Temos alianças com o PSDB em vários Municípios e Estados; o próprio Senador Mário Covas é um candidato que deverá ter o apoio dos Verdes em São Paulo. Todavia, é preciso esclarecer que não se deve confundir o que os jornais ventilaram durante duas semanas intensivamente, como se os Verdes estivessem já com Fernando Henrique e com o PSDB. O encontro que tive com esse candidato, que é meu amigo de longa data, foi respeitoso, em que esclarecemos todos os pontos. Mister se faz que os comandos de campanha não se utilizem da falta de ética

para passar informações equivocadas, porque isso cria rejeição, prejudica a amizade, a consideração que se tem.

Desejo ressaltar ainda, Sr. Presidente, que, nessas semanas, temos assistido, pela mídia, pelos grandes jornais, pela Revista Veja, a uma campanha contra aquela que seja, talvez, a organização mais importante planetariamente, o Greenpeace, que enfrenta os problemas, coloca a sua cabeça na boca do lobo, tem seus navios para acompanhar os submarinos atômicos, bem como o navio japonês Akatsuki Maru, que leva o plutônio para o Japão fazer o seu projeto militarista – militarista, sim, porque se encobre, com um projeto de produção de energia, um projeto de uso de plutônio. Vocifera-se contra a Coreia do Norte, mas o Japão está muito bem armado.

Enquanto isso, aqui no Brasil, Sr. Presidente, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, pretende-se lavar um buraco de US\$5 bilhões, um elefante branco inserido no programa do complexo termonuclear de Angra, com um simples projeto de lei. Intensivamente, atua o lobby nuclear, através das suas associações. Inventou-se um personagem da Noruega, da Islândia, não sei de onde, que frequenta as páginas da revista Veja, em que aparece batendo no Greenpeace.

O Greenpeace tem defeitos? Sim, deve ter muitos, mas é preciso não confundir, é preciso examinar cada denúncia com toda procedência.

Terminaria, ainda, Sr. Presidente, abordando um grave problema que estamos vivendo por irresponsabilidade do Governo, do Ministério da Fazenda, da Diretoria de Preços, representada pelo Sr. Milton Dallari; pela ausência do Sr. Ministro da Educação, que é mais uma enorme manobra de abusos do chamado "Cartel das Escolas".

A conversão para URV significou uma revoada de preços nas escolas pagas do Brasil inteiro. São 6,5 milhões de alunos, cujos pais têm de arcar com esses custos cada vez maiores. E o Governo desaparece nesse momento, fazendo reuniões silenciosas nos ministérios, quando deveriam receber todos os interessados e encaminhar uma medida provisória específica para controlar esses lobos do ensino que estão enfiando a mão no bolso dos senhores pais.

O Governo está ausente. Isso é um escândalo. Esta semana, tivemos uma audiência na Comissão de Defesa do Consumidor, e simplesmente os responsáveis não compareceram. Apenas estiveram lá os Ministérios da Justiça e da Educação. Por que não estava lá o Sr. Milton Dallari? Por que não vem responder pelas suas responsabilidades? Onde estava o Ministro Rubens Ricupero?

É preciso saber que administrar a economia do País é olhar para o bolso das famílias, para a cesta básica, porque é assim que se está afundando esse plano: pela irresponsabilidade, pela ausência.

Os grandes cartéis do ensino, hoje, já denunciados à Fiapi, pela Confenem; a maior entidade patronal denuncia essa entidade que se reúne com o Sr. Milton Dallari como uma empreendedora de medidas que são base legal para ações contra cartéis e outros tipos de abusos.

Sr. Presidente, é preciso que esta Casa olhe isso de perto, pois sabemos muito bem que há aqui uma enorme bancada de donos de escolas e é necessário que esta Casa seja maior do que essa bancada e controle a Comissão de Educação e as decisões do Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ELÍSIO CURVO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, pois fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concederei a palavra a V. Exª em seguida, pois já a tinha pedido, como Líder, o nobre Congressista Mário Covas.

O SR. ELÍSIO CURVO – Aceito a decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra, como Líder do PSDB no Senado, ao nobre Congressista Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava aguardando a presença de V. Exª na Presidência, porque gostaria de ver confirmado ou desmentido por V. Exª o assunto de que vou tratar.

Na última quarta-feira, votou-se aqui na Revisão uma matéria referente à empresa brasileira de capital nacional. No mesmo dia, pela manhã, V. Exª havia me procurado e aos Senadores Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Gilberto Miranda para que os quatro fôssemos a São Paulo representar o Senado nas exéquias do piloto Ayrton Senna.

Por volta das 18h votou-se aquele tema, e, evidentemente, ou estaríamos lá, representando o Senado, por delegação de V. Exª, ou estaríamos aqui votando. Ressalte-se que, ao que me consta, havia até mesmo uma combinação entre as Lideranças para não se votar – não tomei parte porque já me cansei de participar de reuniões de Lideranças visando a Revisão sem que elas resultassem em qualquer coisa. Mas, ao que tudo indica, inclusive isso foi feito.

Mesmo que não tivesse ocorrido, ao final a votação foi realizada: foram duzentos e noventa votos pela mudança, pelo parecer do Relator, aproximadamente sessenta contra e algumas abstenções, significando que 350 Congressistas, ou em torno disso, votaram.

Terminada a votação, o Sr. Marcelino Romano, que é Líder do PPR, fez uma primeira intervenção dizendo o seguinte: Sr. Presidente, como representante do Estado de São Paulo, eu gostaria de saber qual o posicionamento dos Senadores pelo Estado de São Paulo – aliás, o povo paulista gostaria de saber disso. Seria bom que os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Eduardo Suplicy viessem votar. Ou será que S. Exªs vão continuar demonstrando o seu posicionamento, perfilados na posição incômoda de ficar em cima do muro?

Essa primeira intervenção foi feita às 19h10min. Evidentemente, nessa hora não estávamos aqui. Não se tratava de vir de um lugar qualquer dentro do Congresso até o plenário para votar.

Volto a insistir que, por determinação de V. Exª – gostaria que, ao final, V. Exª confirmasse ou desmentisse o fato –, fomos a São Paulo com esse objetivo.

Mais adiante, numa nova intervenção, o Sr. Marcelino Romano voltou a dizer:

"Sr. Presidente, eu gostaria de retirar esse requerimento, em função do resultado da votação.

Há, no entanto, uma observação que gostaríamos de fazer neste momento. Elogiou-se a Bancada dos Senadores pela Bahia que compareceram e votaram. Na verdade, não queremos discutir se o mérito foi pelo voto contrário ou favorável. Houve alguém que criticou o voto contrário; não queremos, todavia, discutir esse mérito.

De fato, tal elogio é cabível, uma vez que a Bancada do Senado pela Bahia veio e tomou uma posição. Infelizmente, para o meu Estado, São Paulo, ficou ruim, pois os seus três senadores eleitos não compareceram; um deles é candidato a Presidente da República; o outro, candidato a Governador do Estado e o terceiro assumiu

compromisso com o povo paulista de estar presente nos momentos de grande decisão da vida nacional, mas não está presente.

Não quero questionar, Sr. Presidente, se S. Ex^{as} deveriam votar favorável ou contrariamente à matéria; o que quero colocar é que S. Ex^{as} não exerceram a sua responsabilidade de representação, não cumpriram com o seu dever e com o compromisso que assumiram com o povo de São Paulo, quando elegeram-se Senadores, por ocasião da sua campanha. Terão S. Ex^{as} que explicar isso ao povo brasileiro, quando alguém lhes perguntar por que não vieram votar, em um momento de grande decisão da vida nacional, pretendendo, no entanto, continuar decidindo? S. Ex^{as} deverão responder que não votaram, porque não tiveram interesse, ou, talvez, pela falta de responsabilidade. Dois deles exatamente sempre se mantiveram em cima do muro, sem demonstrar a sua posição perante a opinião pública. Isso não é bom, principalmente para um Estado como o de São Paulo.

Feita essa consideração, o meu companheiro de Partido, Senador Chagas Rodrigues, fez uma intervenção dizendo que nós estávamos em São Paulo por determinação de V. Ex^a, representando o Senado. O Sr. Marcelino parece que não gostou da explicação e em nova intervenção disse:

A grande homenagem que poderiam lhe prestar" – referindo-se ao Senna – "seria a presença em plenário, demonstrando a responsabilidade de realmente trabalhar pelo povo brasileiro.

A obrigação deles não está em São Paulo, e sim, aqui, em plenário, cumprindo com os compromissos assumidos.

Fala a seguir o Senador Esperidião Amin, com a categoria que lhe é peculiar. O Deputado Artur da Távola, que é Líder do meu Partido, volta a afirmar que V. Ex^a e o Presidente da Câmara haviam designado, respectivamente, Senadores e Deputados para lá estarem, e, em seguida, entra o Sr. Armando Pinheiro, dizendo o seguinte:

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, que tem sido em momentos menos importantes tão compreensivo para com as responsabilidades deste Congresso e deste País, que não me tire a oportunidade de um rápido desabafo, na qualidade de membro deste Poder.

Desejo dizer, Sr. Presidente, que a votação de hoje marca um momento na História deste País, e é uma votação marcante. O Senador Esperidião Amin, como candidato à Presidência da República que é, em nome do nosso Partido, registrou a sua posição, que é a do próprio Partido.

Peço, Sr. Presidente, que cada um assumam a sua responsabilidade.

Ficamos sabendo, Sr. Presidente, que, daqui para frente, em função do pedido, todos vamos assumir a responsabilidade.

Não aceito as explicações do nobre líder do PSDB dizendo que o Sr. Fernando Henrique Cardoso não está aqui porque foi representar o Presidente em São Paulo.

Coisa que em nenhum instante o Líder disse. Ele afirmou que o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado designaram.

Não é verdade, porque o Presidente da República nomeou como seu representante o Ministro da Educa-

ção. Alega S. Ex^a que, em missão oficial, os Senadores estão em São Paulo para o funeral do grande brasileiro Ayrtton Senna, porque quem a Nação toda chora porque é sem dúvida alguma uma figura que representa a vitória, representa a esperança, representa, acima de tudo, o que esses ausentes não estão representando. Ele nunca fugiu de uma corrida, nunca fugiu de suas responsabilidades, nunca fugiu de ser um patriota, de segurar a Bandeira do Brasil nos momentos decisivos em que representava esta Nação.

Mas, este País está envergonhado, porque essas Lideranças, sob o manto da sua obscuridade, realmente estão, pela sua incompetência, levando o País para o impasse, pela sua falta de compostura e pela sua irresponsabilidade, não hoje, mas em todo o processo de Revisão.

Sr. Presidente, não vi aqui, nos momentos decisivos, nem o Líder do Governo nem o candidato Fernando Henrique Cardoso, nem seu candidato à Vice-Presidência, o Senador Guilherme Palmeira, que também está ausente e que não foi a São Paulo ou a lugar nenhum. Aqui, não vi votando o Líder do PFL, o Sr. Marco Maciel, que estava fazendo acordo com os "contras" para que não se votasse essa matéria.

Sr. Presidente, é preciso deixar marcada essa posição: a Revisão gorou, sim; deixou de existir e foi enterrada hoje, sim. Mas nós não votaremos nenhuma salvaguarda, porque é uma vergonha o que esta Casa está fazendo com a Nação.

Sr. Presidente, não consegui compreender qual era a intenção dessas duas participações, a do Sr. Marcelino Romano e a do Sr. Armando Pinheiro. Não sei se a intenção era a de que, com a nossa presença, os votos que faltaram para completar o "sim" tivessem ocorrido.

A esse respeito, tenho a dizer que, em nenhum instante, até porque não tive oportunidade, eu, pessoalmente, afirmei que votaria a favor ou contra aquela matéria. Ocasionalmente, até posso dizer agora, se eu estivesse aqui, votaria a favor dessa matéria, mas, antes, eu não havia dito isso.

As razões que me levam a defender a Revisão são inteiramente diferentes das apresentadas pelo Sr. Marcelino Romano. Não defendo as mesmas posições que S. Ex^a. Temos em comum o fato de defendermos a realização da Revisão, mas não temos pontos de vista comuns em relação a tudo o que diz respeito à Revisão.

Se a expectativa era a de que, se estivessemos aqui, haveria uma mudança no quadro da votação, quem sabe, se S. Ex^a pedisse aos seus dois liderados – um que votou contrariamente e outro que se absteve – que votassem a favor, eles poderiam substituir-nos. Houve dois Deputados do PPR: um deles votou contra; o outro, a favor da abstenção. Portanto, se tivessem votado a favor, teriam substituído os hipotéticos votos a favor que daríamos.

Se isso não bastasse, havia uma larga margem opcional. Por que reclamar desses dois Senadores? Por que não reclamar dos onze Deputados do PPR que não estiveram presentes? Coincidentemente, quatro deles são de São Paulo, o Estado onde está o Líder. Por que reclamar de nós, que estávamos em missão oficial, determinada pelo Presidente do Senado, a partir do requerimento feito pelo Senador Gilberto Miranda? E, como S. Ex^a, também os três Senadores de São Paulo não estavam aqui.

Não sei se a reclamação foi por isso ou pelo fato de não se ter votado. No dia seguinte, por exemplo, li uma declaração no jornal atribuída ao Deputado Roberto Campos, em que S. Ex^a diz em

determinado instante: "O Deputado registrou a incompetência do Governo pela ausência dos Líderes na votação e considerou estranha a omissão dos Senadores paulistas: um candidato à governança do Estado e outro, à Presidência."

Como, entre os três, apenas eu sou candidato à governança, imagino que a referência seja a mim. E Roberto Campos indagou: "Se isso ocorre em um Estado onde as multinacionais são grandes geradoras de empregos, de impostos e de importações, que pensar do resto do Brasil?"

Bem, o Sr. Roberto Campos não pensou assim sempre! S. Ex^a apenas compareceu a onze das votações já efetuadas aqui; apenas onze vezes, dentre todas as votações, contou o Plenário com o privilégio de ter um voto do Sr. Roberto Campos. É verdade que tenha comparecido nessa à qual não estive presente, mas compareci a todas as outras. Aliás, só não me apresentei quando tive um problema de erisipela que me impediu de estar presente durante duas semanas.

Pode ser, Sr. Presidente, que a reclamação não adviesse apenas porque não votamos a favor. O fato é que nunca demos ao PPR a nossa posição, até porque nunca nos perguntaram a respeito. Posso até dizer agora: se estivesse aqui, teria votado a favor. Teria assim votado porque tomo posição sempre, sempre! Em todos os assuntos, tomo posição, pague o preço que pagar!

De repente, entretanto, a razão básica da reclamação não era votar a favor, mas tão-somente votar. Conseqüentemente, passamos a ter a convocação feita por membros de outro partido no sentido de que deveríamos estar presentes. Lógico que, como cidadãos de São Paulo, aceitamos que façam essa referência e que tenham essa expectativa. Isso é mais do que óbvio – sobretudo porque não conseguiram fazer um Senador – é mais do que óbvio que depositem a expectativa de que venhamos a votar.

Todavia, na realidade, esse problema de presença não deveria ser invocado pelo PPR, pelo seu Líder. Afinal, o maior dos ausentes que já passou por esta Casa é o atual Prefeito de São Paulo, que, quando aqui esteve, exerceu mandato de quatro anos e, se votou uma vez, votou demais. De forma que não vejo por que se tenha dito isso.

No que se refere à presença, disputo-a com todos os outros e não faço nenhum favor com isso. Aqui tenho estado desde o primeiro instante. Minha posição foi no sentido de que a Revisão deveria realizar-se por motivos que logo declinei: se está escrito na Constituição, portanto tem que ser cumprido. Não é porque acho que se deva ou não eliminar o monopólio. Essa é uma decisão que deve ser assumida democraticamente por todos nós. Se for uma decisão a favor, procede-se à mudança; se não, mantém-se o texto. Simplesmente entendi que deveria ser feita porque era obrigação de cada um de nós cumprir o que está escrito na Constituição.

O fato de pensar dessa forma não significa que necessariamente deva ter a mesma posição daqueles que entendem que a Revisão deveria ser feita. Nesse caso, coincidentemente, havia um ponto em comum. Só não aceito que me chamem de criminoso pelo fato de não estar aqui num instante em que, por determinação do Presidente do Senado Federal, fomos a São Paulo com mais três Senadores, entre os quais o candidato do meu Partido à Presidência da República, não para representar V. Ex^a, e sim o Senado Federal. V. Ex^a encaminhou essa determinação por telegrama ao Presidente da Assembléia Legislativa que nos comunicou antecipadamente o fato no instante em que lá chegamos.

Sr. Presidente, não queria deixar de consignar esses fatos. Não estava presente e, a despeito de ter contado com a explicação do Senador Chagas Rodrigues e do Deputado Artur da Távola, ambos explicando o local onde nos encontrávamos e a razão por que lá estávamos, entendi que tinha por obrigação trazer esta ma-

nifestação.

Não se trata de nenhuma explicação, mesmo porque não as tenho a dar. Na realidade, estou simplesmente informando que V. Ex^a nos designou e que nós lá comparecemos. Não aceito que ninguém me cobre por esse fato. Não aceito! E digo mais – volto a insistir –: o melhor será que no futuro cada um cobre de seus próprios companheiros de partido a presença. Se seguramente todos os membros do PPR tivessem atendido ao chamamento do seu líder, mais onze estariam aqui presentes. E portanto, com folga, teria sido aprovado.

É muito o PPR apostar na minha presença e na do Senador Fernando Henrique para ganhar as teses que defende. O lógico é que ele o faça com as suas próprias forças, que são muitas, sem dúvida alguma. Algumas delas estiveram presentes, e provavelmente porque não entenderam corretamente a palavra da Liderança, um deles absteve-se de votar, e o outro votou contra. De modo que, se ambos tivessem votado, também teriam substituído para o objetivo perseguido a mim e ao Senador Fernando Henrique Cardoso.

Só pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que consignasse se procede o fato de que V. Ex^a designou esses quatro Senadores para irem a São Paulo representar o Senado nos funerais do piloto Ayrton Senna.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Atendendo a V. Ex^a, nobre Congressista Mário Covas, Líder do PSDB no Senado, tenho a dizer que tão logo tomei conhecimento do prematuro e trágico desaparecimento do desportista Ayrton Senna, não só encaminhei um telegrama em nome do Senado à família enlutada, como acolhi um requerimento para a realização de um sessão, que ocorreu hoje, em homenagem à sua memória. Ao mesmo tempo, mandei que fosse depositada uma coroa de flores no seu túmulo, em nome do Senado, e designei uma comissão externa, composta por V. Ex^a, pelos Senadores Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Gilberto Miranda, para que representassem o Senado no velório e nos funerais do Ayrton Senna. Comuniquei a todos os Srs. Senadores, a cada um isoladamente, telegrafei nesse sentido ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, em cujo edifício-sede se realizava o velório, e, portanto, V. Ex^a, evidentemente, não podia ter o dom da ubiqüidade: não poderia estar aqui e em São Paulo ao mesmo tempo. V. Ex^a, realmente, com os demais Senadores a que acabo de me referir, estava representando o Senado nas homenagens póstumas a Ayrton Senna.

O Sr. Elísio Curvo – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Solicito a V. Ex^a que me conceda a palavra para uma breve comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não, só pediria a V. Ex^a um instante, porque o Congressista...

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, penso que V. Ex^a deveria conceder a palavra a mim. Este Parlamentar foi citado e gostaria de ter o direito de resposta em seguida. Se V. Ex^a concede a palavra a outro Congressista, V. Ex^a vai truncar o meu pronunciamento. Acredito que V. Ex^a tem sido um Presidente justo e, como Líder, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Só um momento. Pediria a compreensão de V. Ex^a porque o Congressista Elísio Curvo também foi citado pelo orador anterior, em relação a um tema da Revisão. O Senador Mário Covas pediu a palavra, eu a concedi, mas assegurei ao Deputado Elísio Curvo que, em seguida, S. Ex^a teria também a palavra.

Portanto, Deputado Marcelino Romano, após o Deputado Elísio Curvo, V. Ex^a terá a palavra como Líder.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Gostaria de saber, Sr. Presidente, se o Deputado Elísio Curvo foi citado pelo Senador Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Não. Foi citado pelo orador anterior a Mário Covas.

O SR. ELÍSIO CURVO – Fui citado pelo orador que antecedeu o Senador Mário Covas.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Então solicito a V. Ex^a, para não perder a oportunidade e até a compreensão do nobre Deputado Elísio Curvo, que me permita agora falar, porque a oportunidade dele já foi perdida.

O SR. ELÍSIO CURVO – Não. Não foi perdida.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – E ele falaria só em seguida ao meu pronunciamento, que será curto.

O SR. ELÍSIO CURVO – Não aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Se o Deputado concordar, não há dúvida, nobre Congressista.

O SR. ELÍSIO CURVO – Não. Tenho que sair, Sr. Presidente. Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Peço que V. Ex^a seja breve.

O SR. ELÍSIO CURVO (PTB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, falaria ao orador que antecedeu o Congressista Mário Covas de que toda crítica quando fundamentada, honrada, ela é de desenvolvimento, é construtiva.

Reitero aqui e ratifico o que disse. Não se pode querer caçar passarinho tocando bongôs. Há dois pesos e duas medidas. Os contras vêm aqui e votam contra o conceito de empresa nacional. Imediatamente vão pedir audiência aos Estados Unidos e lá declaram que são favoráveis à entrada do capital estrangeiro. Não concordo com dois pesos e duas medidas e a forma como estão agindo, inclusive pedindo audiência ao Presidente dos Estados Unidos, que foi negada, para obter de lá o capital.

Quando me refiro à entrada de capital no Brasil, Sr. Presidente, não é capital americano apenas, não é capital de um só país. É capital de vários países, de vários banqueiros e empresários que querem investir neste País. Temos que acabar com essa confusão e deixar constar isto aqui: aqui se vestem de contras e lá de santos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder Marcelino Romano Machado.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ouvimos atentamente as palavras do nobre Senador Mário Covas. S. Ex^a referiu-se a uma sessão deste Congresso Revisor, na qual se votou uma emenda sobre a redefinição de empresa nacional. Gostaria de observar que a obrigação de um parlamentar não é justificar a sua ausência em plenário, mas de estar presente e votar de acordo com a sua consciência, exercendo a sua responsabilidade.

Fui designado pelo Presidente da Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira, para representá-lo nos funerais do grande esportista Ayrton Senna, e, nem por isso, ausentei-me do plenário. Não havia motivo para que os representantes do Congresso Nacional embarcassem para São Paulo na quarta-feira às 18 horas, afastando-se antecipadamente dos trabalhos legislativos, quando há vôos regulares às 20 horas, às 21 horas e 30 minutos, às 23 horas e, logo pela manhã, às 5 horas. Vê-se, logo, que a vontade de estar presente, exercendo a responsabilidade em votações, depende de cada parlamentar.

Em relação à nossa designação, eram essas as observações que gostaria de fazer ao nobre Senador Mário Covas, que merece

de todos nós um profundo respeito e admiração pelo seu trabalho no Congresso Nacional.

Devo dizer ainda ao Senador Mário Covas que nenhum Deputado do PPR votou contra a emenda; houve sim uma abstenção, e, provavelmente, S. Ex^a foi mal informado.

Aproveito ainda o período de Breves Comunicações, exercendo o tempo da Liderança do meu Partido, para contestar a entrevista do Senador Fernando Henrique Cardoso. S. Ex^a, querendo justificar o injustificável, lançou uma acusação ao nosso Partido. O jornal *O Estado de S. Paulo*, do último sábado, publicou a matéria "Cardoso acusa PPR de romper acordo para adesão dos contras."

O Senador Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, demonstrou que continua desinformado sobre o que ocorre no Congresso Nacional, pois acredita que houve esse tipo de acordo com a participação do PPR. Coloco os fatos. Há mais ou menos 15 dias, Sr. Presidente, em reunião testemunhada por V. Ex^a, os contras disseram que não participariam do processo revisional; imediatamente, os partidos favoráveis à Revisão elaboraram uma lista com 14 itens. V. Ex^a, naquela oportunidade, sugeriu que os dois primeiros itens seriam a definição de empresa nacional e a exploração dos subsolos. Esse foi o acordo do qual participamos, em que ficou definido como prioritários esses dois itens.

Na semana seguinte, sem que a Liderança do PPR fosse avisada, houve outra reunião com os contras; naquele momento, deliberou-se que o acordo feito anteriormente não valia mais. Que respeito merecem aqueles que participaram dessa reunião, que fizeram o acordo com nosso Partido anteriormente?

O nobre Senador Esperidião Amin foi convidado para a reunião, sem saber entretanto que não tínhamos recebido o convite, pois esqueceram que existe uma Liderança do PPR na Câmara dos Deputados e que esta atua também no Congresso Revisor.

Por que não convidaram esta Liderança? Porque sabiam que não concordaríamos com qualquer tipo de modificação do acordo anterior.

Posteriormente, fomos sondados sobre a possibilidade de um novo acordo com a participação dos contras. O nosso entendimento era para que se votasse a definição de empresa de capital nacional e que se deixasse fluir a votação. Se verificássemos que a Ordem Econômica é o impedimento para o prosseguimento da Revisão, não colocaríamos obstáculos à postergação deste item. O que aconteceu? Ao invés de se deixar que o fluxo normal da votação acontecesse, fizeram um jogo sujo – e posso dizer isso aqui –, porque foram fazer "boca de urna" para obter votos contrários; o Senador, Líder do PFL no Senado e no Congresso no setor da Revisão, não apareceu para votar e tantas outras coisas mais, até impediram a presença de Srs. Congressistas na votação. Esse tipo de jogo eu não aceito. E foi exatamente em função disso que fizemos as críticas.

Não foi só na votação da semana passada que criticamos a ausência do Senador Fernando Henrique, bem como as ausências dos Senadores de São Paulo.

Srs. Congressistas, no presente momento, se verificarmos o painel, vamos constatar que estão presentes, por São Paulo, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Mário Covas; falta a presença do Senador Fernando Henrique Cardoso, como sempre.

S. Ex^a, ausente desta Casa, talvez querendo exercer a função de Ministro, não se conscientizou que tem que estar presente no Congresso, vai ao jornal para dizer que o PPR rompeu o acordo. Qual é esse acordo que ele nem participou?

Não tem condições de o Senador Fernando Henrique Cardoso invocar um acordo que não existiu e mentir para o jornal

querendo iludir a opinião pública. S. Ex^a que viesse aqui, no dia da votação, e exercesse a sua responsabilidade juntamente com os outros Congressistas e definisse sua posição. S. Ex^a não pode ficar em cima do muro para poder enfrentar uma campanha eleitoral e depois ser cobrado sobre uma posição tomada. Que S. Ex^a seja cobrado, mas que seja cobrado sobre uma posição que adotou e que não seja criticado por ter ficado em cima do muro.

Não aceitamos, Sr. Presidente e nobres Congressistas, o posicionamento e a entrevista dada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso acusando o PPR de ter rompido o acordo; acordo que pode ter havido para S. Ex^a que ficou ausente do plenário, mas não para nós, que sempre estivemos aqui exigindo ponderações e posicionamentos dos Srs. Congressistas, mas respeitando o posicionamento de cada Parlamentar, respeitando o voto favorável e o voto contrário de cada um. Todavia, nunca respeitaremos a indecisão porque esta sempre atrapalhou o progresso e o desenvolvimento do País, além de atrapalhar a tomada de grandes deliberações por parte deste Plenário.

Termino as minhas palavras, Sr. Presidente, entendendo que, com respeito, respondemos as ponderações do nobre Senador Mário Covas.

Creio que a responsabilidade do Congressista não é justificar sua ausência; a responsabilidade do Congressista é exercer o seu poder de decisão e a sua presença no plenário, até para não ser criticado posteriormente.

Encerro meu pronunciamento lamentando esse episódio e, mais uma vez, lamentando as acusações do Senador Fernando Henrique Cardoso que, ao invés de acusar, deveria estar em plenário naquela ocasião demonstrando a sua posição com o voto.

A alegação de representar o Congresso Nacional nos funerais do grande esportista Ayrton Senna não procede e não pode ser aceita, porque os funerais aconteceram às 9h30min de quinta-feira e a votação ocorreu, neste plenário, às 18h da quarta-feira. Contudo, não ficamos surpresos porque sabemos que as posições em cima do muro sempre vieram da parte daqueles que acusaram as nossas posições. (Muito bem!)

O SR. CARDOSO ALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a e, em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após esse longo lamento, eu gostaria de fazer a V. Ex^a uma sugestão. Se a Mesa não a adotar, talvez eu mesmo a adote: cumprir uma missão oficial da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, fora deste Congresso, no Território Nacional ou fora dele, é uma obrigação tão importante quanto votar neste plenário. Quem vota está cumprindo a sua obrigação parlamentar, assim como quem representa o Parlamento.

O que há, na realidade, é uma imperfeição regimental. No instante em que algum Parlamentar está cumprindo uma missão oficial, o seu nome deve ser suprimido do painel e o quorum deve ser rebaixado, para que não ocorra o que aconteceu naquela quarta-feira.

Sob o meu ponto de vista, sempre que houver ausências por motivo de representação ou de viagem oficial, é preciso que as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados interpretem o Regimento ou o modifiquem e não se considere o quorum com o nome do Parlamentar ausente por justo motivo, mas: que se rebaixe o quorum e se suprima do painel o nome dos representantes oficiais, naquele momento. Sem essa providência, viveremos sempre esse drama em que todos reclamam e em que todos têm razão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência vai examinar a sugestão de V. Ex^a

O SR. ARMANDO PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com base no art. 74.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PPR – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 74 do Regimento da Câmara, como fui citado pelo Senador Mário Covas, eu queria prestar rapidamente um esclarecimento, pois as palavras do nobre Líder Marcelino Romano são as minhas próprias palavras.

O Senador Mário Covas, com todo o respeito que merece de minha parte, procurou aqui justificar o injustificável. A obrigação de S. Ex^a, a do Senador Fernando Henrique, a do Deputado José Serra, a do Senador Marco Maciel, a do Senador Pedro Simon e a do Deputado Luiz Carlos Santos, que são Líderes, era de estar presentes. Não há como se justificar a ausência desses Líderes em um assunto de relevante interesse nacional, senão pela caracterização da omissão de não querer votar, de não querer se expor, de não querer se definir. Só isso justifica as ausências mencionadas.

Os funerais – como aqui já foi dito – do grande esportista Ayrton Senna, que, lamentavelmente, está sendo bode expiatório dessa explicação, não justificam as ausências de Parlamentares.

Naquela mesma noite, Sr. Presidente, quando aqui votávamos a emenda sobre empresa nacional, a seleção de futebol do Brasil jogava em Santa Catarina. Durante a partida, naquela mesma noite, o centro-avante Viola marcou o último gol da vitória da seleção brasileira. No dia seguinte, em nome dos esportistas brasileiros, Viola compareceu aos funerais do seu companheiro de esporte Ayrton Senna e levou as suas homenagens. O mesmo deveriam ter feito os representantes desta Casa: deveriam cumprir a sua obrigação de aqui votarem uma matéria de grande relevância para o País; depois, deveriam fazer-se representar nos funerais do caríssimo Ayrton Senna.

Da mesma forma, é profundamente lamentável – digo até, leviana e irresponsável – a entrevista concedida pelo Senador Fernando Henrique Cardoso ao jornal o Estado de S. Paulo, edição de sábado, quando, para justificar a sua injustificada ausência naquela votação, avocou um acordo do qual S. Ex^a não participou e que não tem nada a ver com a versão que para cá trouxe.

Como aqui disse o Líder Marcelino Romano, nenhum acordo foi feito para que não se votasse a emenda que versa sobre empresa brasileira. Ao contrário, ficou ratificado – e eu estava presente àquela reunião como Vice-Líder do meu Partido – o acordo dos quatorze itens, após a votação do primeiro item da pauta – a empresa brasileira.

De modo que, repto o Senador Fernando Henrique Cardoso e o condeno por ter levado à opinião pública uma informação que um candidato a Presidente da República ou um Senador da República não poderia levar. Volto a repetir: um candidato a Presidente da República ou um Senador não pode mentir, faltar com a verdade ou imputar a companheiros fatos que não aconteceram.

Eram as explicações, Sr. Presidente, em resposta ao Senador Mário Covas, com todo respeito que S. Ex^a me merece, que eu queria deixar registradas da tribuna desta Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PPR-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, permitam-me, Sr. Presidente e Sr^s e Srs. Congressistas, voltar a esta tribuna para trazer-lhes a preocupação da Direção da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, manifesta através de correspon-

dência que me enviou, preocupação esta que também é a minha, quanto aos rumos da Revisão Constitucional e a necessidade de se aprovar as propostas revisionais que venham a garantir a imunidade tributária ou a isenção de contribuições para entidades de assistência social, de saúde e de educação, sem fins lucrativos, como as Santas Casas, as APAEs, as Aldeias SOS, os lares ou abrigos de idosos, as instituições voltadas a proteção à infância e aos excepcionais etc.

Diz o Dr. João Polanezyk, Diretor-Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, em sua carta, datada de 8 de abril:

Excelentíssimo Deputado:

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre vem, respeitosamente ante V.Exa., manifestar sua profunda preocupação quanto à Revisão Constitucional atinente à imunidade tributária e ou isenção de contribuições tipificadas as entidades assistenciais, em especial nossos artigos 195, parágrafo 7º e 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

Conhece V. Exa. que estas instituições, notadamente as Santas Casas, as APAE, as Aldeias SOS, os abrigos de velhos (como o Padre Cacique), as voltadas aos excepcionais (como a Casa Menino Jesus de Praga), e etc., por missão e disposições estatutárias, conjuntamente com o Estado, têm a obrigação de promover a assistência social, devendo contar, inclusive, com recursos orçamentados da Seguridade Social, conforme expressam os artigos 203 e 204 da Lei Maior.

Não existe, entretanto, para estas Entidades, nenhum recurso orçamentário estabelecido, gerando, por conseguinte, a imprescindibilidade de se garantir, pelo menos, a imunidade tributária e as isenções de contribuições, como forma de participação parcial do Estado na manutenção de tais serviços indispensáveis ao cidadão.

O não reconhecimento de tais valores, que são éticos e representativos de equidade social, significaria compulsória inviabilização de todas estas entidades. Apenas, para o conhecimento de Vossa Excelência, exemplificativamente, se abolida a isenção de contribuições patronais para a Previdência Social, a Santa Casa de Porto Alegre terá agregado aos seus custos mensais US\$ 425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil dólares), somente nesta rubrica. Não se faz necessário salientar da indisponibilidade sequer de US\$ 1,00.

Afora o aspecto acima referido, a imunidade também é vital, eis que no dia-a-dia tal condição garante importantes alternativas de sobrevivência e manutenção.

Por fim, queremos ressaltar a V.Exa. de que não se pode nivelar instituições com a nossa Santa Casa, e as acima referidas, com outras que fazem mau uso do título de filantropia, merecendo severo controle e fiscalização em suas atividades. Não vamos inviabilizar a todos em decorrência da imoralidade de poucos. Basta que sejam atuantes.

Certos de sua compreensão e confiantes de que os destinos destas Instituições estão sob a responsabilidade de representantes voltados ao seu Povo, colhemos o ensejo para expressar-lhe o nosso apreço e distinguida consideração.

Atenciosamente,
Dr. João Polanczk
Diretor-Geral - ISCAMPA

Eis por que, Sr. Presidente e nobres Congressistas, não podemos deixar de fazer constar na Constituição a garantia de imunidade para as instituições dessa natureza, sem fins lucrativos, que atuam na área da Saúde, Educação e Assistência Social, destacando que nesse sentido apresentei as PRE nº 9476-3 e 6795-6, que anexo a este como parte integrante do meu pronunciamento, e para as quais peço toda a atenção dos nobres pares, para que sejam incluídas no Parecer do Relator e aprovadas pelo Plenário.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VICTOR FACCIONI EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Emenda nº PRE 009476-3

Dá nova redação ao inciso VI, alínea "c", do art. 150:

"Art. 150.

VI-

c) patrimônio, renda, serviços e consumo dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das instituições de educação, de saúde e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;"

Justificação

A presente Emenda acrescenta o consumo no elenco de fatos geradores passíveis de imunidade, ao lado de patrimônio, renda e serviços, que constam do atual texto deste dispositivo constitucional.

O princípio orientador da imunidade tributária (no Brasil abrange apenas alguns impostos) é o de não onerar uma atividade essencial para se "construir uma sociedade livre, justa e solidária" (art. 3º, I, CF) e que atue para "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III). Tanto os partidos como os sindicatos e de forma especial as entidades de educação, de saúde e de assistência social promovem a concretização dos objetivos destacados na própria Constituição Federal, seja criando condições para o exercício da democracia, seja pela valorização humana através do ensino, da promoção da saúde e da assistência aos desvalidos.

Ressalte-se que foi introduzida a atividade de saúde, a qual inexplicavelmente não consta do atual texto deste dispositivo ora emendado.

As entidades que atuam na área da saúde, tais como hospitais, casas de saúde, estabelecimentos geriátricos, dentre outros, vêm sendo submetidos a um crescente depauperamento em face de políticas equivocadas neste setor. Não se justifica, portanto, deixar de elencar a saúde como atividade também incluída no conjunto de entidades beneficiárias da imunidade de impostos.

Emenda nº PRE 006795-6

O § 7º do art. 195 passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 195.

§ 7º - São isentas da contribuição para a seguridade social as entidades, sem fins lucrativos e filantrópicas que atuam no campo da educação, da saúde e da assistência social, atendidas as exigências estabelecidas em lei."

Justificação

A redação ora proposta define com mais clareza a que modalidade de instituições se destina a isenção, ou seja, às entidades educacionais, sem fins lucrativos. A educação e a promoção e preservação da saúde constituem a base fundamental da autêntica promoção humana. A lei estabelecerá requisitos para que as instituições se enquadrem no gozo desta isenção.

Deputado Victor Faccioni

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PPR – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Congressistas, a mais importante entidade internacional das Américas – a Organização dos Estados Americanos, foi criada em 1948, pela Carta de Bogotá.

Promove a OEA a solidariedade entre os países-membros, defendendo a soberania de cada um deles e prestando assistência econômica e técnica a projetos de desenvolvimento sócio-econômico, além de configurar, também, um fórum para discussões políticas regionais.

Com sede em Washington, nos Estados Unidos, a OEA tem atualmente como Secretário-Geral o Embaixador João Clemente Baena Soares, um ilustre paraense.

Pois bem, Sr. Presidente, no próximo mês de junho, Baena Soares deixará o cargo de Secretário-Geral da OEA, que ocupou por dois períodos consecutivos, o máximo, aliás, permitido pela Carta da Organização.

Assim, como homenagem a esse paraense e brasileiro ilustre, a XXIV Assembléia-Geral Ordinária da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se de 6 a 11 e junho próximo, será sediada na cidade de Belém, terra natal de Baena Soares.

Esse importante evento para as Américas contará com a presença de delegações dos trinta e quatro países-membros, além de outros que enviarão representantes na qualidade de observadores permanentes.

Aliás, dentre os observadores, figurarão representantes de organismos e entidades do sistema interamericano e de organismos internacionais, além de convidados especiais.

É preciso ressaltar que a OEA tem na Assembléia-Geral seu mais importante organismo político, pois nela são discutidos temas de relevância e também definidas as linhas de ação.

Ao Brasil, que sedia o conclave, cabe propor o tema central do Diálogo Informal dos chanceleres e elaborar o projeto de declaração que será emitida pela Assembléia-Geral.

Desejamos, por conseguinte, nos congratular com o Governo Federal, que insistiu para que Belém sediasse o evento, em homenagem das mais justas ao Embaixador Baena Soares, que com tanta competência dirigiu a OEA por dois períodos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é do conhecimento geral a grave situação da fome em nosso País. Milhões de brasileiros não têm acesso aos níveis mínimos de nutrientes recomendados pela ciência médica para a manutenção da vida humana em condições decentes de higiene e saúde. A tal ponto chegou a miséria e a fome no Brasil, a tal ponto a consciência nacional desse estado de coisas, e a tal ponto o sentimento da iminência de um desastre social e político de proporções calamitosas, que o País se viu imediatamente arrebatado ao tomar conhecimento da campanha de combate à fome lançada pelo sociólogo Herbert de Souza.

Trata-se, inegavelmente, de uma daquelas idéias luminosas, de um daqueles ovos de Colombo que calam fundo na alma de uma coletividade e fazem com que todos se perguntem porque não pensaram nisso antes. Estamos, porém, conscientes de que essa iniciativa, merecedora embora de todo apoio e todo elogio, é uma ação apenas emergencial, paliativa: socorre o faminto, não incide sobre as causas da fome.

Já tive a oportunidade, nesta tribuna, de expor a minha convicção de que uma das vias mais eficazes para a erradicação da

fome é a do aumento da produção de alimentos. Todos sabem o quanto me orgulho de representar nesta Casa um Estado cuja base econômica reside no campo – uma agricultura, uma pecuária e uma agroindústria que se vêm modernizando e crescendo em produtividade, contribuindo (além de ajudar a equilibrar nossa balança de pagamentos) com a sua parte desta urgente tarefa: dotar o Brasil dos alimentos de que necessita para sustentar sua população.

Mas a atividade produtiva do campo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados tem dificuldades específicas que a tornam uma alternativa de investimento muito sensível a variáveis de conjuntura. Os prazos de maturação e de retorno econômico dos investimentos, de médios a longos, as incertezas quanto às intempéries naturais, diversos fatores contribuem para fazer da produção agrária um investimento de risco. A nossa classe produtora, contudo, sabe muito bem enfrentar – com sua experiência e disposição – esses problemas, inerentes à atividade econômica que escolheu.

O que desanima o nosso produtor rural, decididamente, é a falta de políticas de governo que garantam ou, pelo menos, estimulem a produção. A realidade que ele enfrenta em nosso País tem sido, no entanto, ainda mais dificultosa: parece existir aqui uma verdadeira política de fomento à especulação e de desestímulo ao investimento produtivo. Nesse quadro lastimável, eu gostaria de destacar, neste pronunciamento, a nossa estrutura tributária atual, que faz incidirem, cascateantes, impostos sobre impostos em mercadorias essenciais como alimentos – onerando, por um lado, o bolso da população e reduzindo, por outro lado, o consumo potencial, cortando, em consequência, o mercado comprador dos produtos agrícolas.

Caso sirvam de exemplos a serem seguidos os usos de outros países, sobretudo aqueles mais desenvolvidos econômica e socialmente, nosso País não anda num bom caminho. A fração de tributos sobre o preço final dos alimentos e dos remédios em geral é, na França, de cinco e meio por cento; na Alemanha, sete por cento; na Holanda, seis por cento; no Reino Unido, Senhores, nada mais que zero por cento, incluído nessa categoria de artigos o vestuário básico.

Pois em nosso País, pasmem todos, a média de incidência de impostos sobre o preço final dos alimentos da cesta básica é de cerca de dezenove por cento, ou mais de quatro vezes a média daqueles países. O ICMS, por exemplo, onera em 21,75% a maioria dos alimentos, sem discriminá-lo de artigos de menor essencialidade, que apresentam a mesma incidência. Se examinarmos os impostos incidentes sobre os alimentos industrializados, então, nossa tragédia fica ainda mais flagrante: por uma salsicha ou por uma lata de óleo de soja, cerca de trinta e três por cento do que o consumidor deixa no caixa do supermercado é imposto!

Ainda há mais: de acordo com reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, a recente redução do prazo de recolhimento do IPI e a volta do IPMF e da COFINS, em virtude do plano de estabilização econômica do Governo, serviu para agravar ainda mais esse quadro, aumentando o custo dos produtos industriais, inclusive alimentos, em mais de quinze por cento. O preço de uma simples lata de molho de tomate, por exemplo, inclui mais de cinquenta e um por cento só em impostos. Chegamos, finalmente, à maior das contradições de nossa política fiscal: em um país de famintos, os Estados, ao aumentar a alíquota sobre alimentos da cesta básica de sete para doze por cento, estão tributando automóveis menos que alimentos!

O caso dos automóveis, a propósito, é um exemplo de como, muitas vezes, a redução de alíquotas resulta em aumento da arrecadação. A ampliação do mercado comprador de automóveis teve um efeito multiplicador pelas indústrias de autopeças, de plás-

ticos, metalúrgica etc., fazendo crescer a receita de impostos, tanto dos Estados como da União.

A presente Revisão Constitucional, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é a oportunidade de que dispomos para reduzir se não acabar com essas aberrações. Urge alterar o Capítulo I do Título VI de nossa Constituição, no sentido de simplificar o sistema tributário, particularmente no estabelecimento de um teto para a tributação sobre alimentos, sobretudo da cesta básica. É preciso que o brasileiro pague, para abastecer sua mesa, o menor total possível de impostos na ponta final do consumo.

Uma outra sugestão nos vem do exemplo de países economicamente mais desenvolvidos e mais organizados politicamente: a transparência dos impostos finais sobre os produtos que o consumidor compra no mercado. Nos Estados Unidos, o valor que o comprador vê na prateleira do supermercado é o preço antes do imposto estadual (state tax), equivalente ao nosso ICMS. Somente ao levar o produto ao caixa é que o imposto é adicionado (quando é o caso, pois alimentos têm muitas vezes alíquota zero), de modo que o cidadão sabe, a cada ida às compras, o quanto deixa na mão do Estado. Os britânicos também sabem, ao passarem nos caixas das vendas ou supermercados, o valor do imposto de valor agregado (VAT, ou value added tax) que estão pagando ao governo.

Um cidadão consciente do imposto que paga, Sr. Presidente, é um cobrador muito mais exigente da contrapartida que o governo lhe deve, em serviços, segurança, escola, saúde etc. A maioria dos brasileiros paga imposto, sem o saber no entanto, a cada compra que faz. Não sabem que essas coisas básicas não constituem nenhum favor do governo, que "não possui um centavo para investir que não tenha saído do bolso do contribuinte", no dizer do jornalista Joelmir Betting.

Outra vantagem dessa transparência, naturalmente, é o combate à sonegação e à evasão fiscal. Sendo o imposto calculado, adicionado e registrado no caixa, saindo o consumidor com uma nota de compra em que o valor da mercadoria e do imposto estão explicitados e discriminados, o controle da coleta pelo Estado torna-se muito mais eficiente. Não será oportuna essa sugestão, no momento em que o Governo busca tão desesperadamente aumentar sua arrecadação?

Este é o pleito que faço aqui, mesmo que o capítulo tributário da Carta Magna passe pela Revisão Constitucional sem alteração: que o Governo busque reduzir os impostos sobre alimentos e outros artigos de consumo básico.

Não gostaria de encerrar este pronunciamento sem tomar a chamar a atenção dos meus pares para o fato de que um dos fundamentos do capitalismo moderno é o consumo. Não resolveremos o problema da fome se não for acessível a cada um a capacidade de comprar, com seus próprios recursos, o alimento de que necessita. Não daremos o salto de qualidade em direção ao Primeiro Mundo se não dispusermos de um verdadeiro mercado consumidor interno. Não é mais possível mantermos afastada do mercado a maior parte de nosso povo, que não pode comprar sua comida nem os artigos básicos de casa e vestuário porque tudo está excessivamente onerado por impostos de toda ordem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a redução de 14 para 9 bilhões de dólares no Orçamento da Saúde para este ano, 1994, patrocinada pela área econômica, equivale o anúncio de calamidade no setor sanitário.

A avaliação é do Conselho Nacional de Saúde e de secretários municipais e estaduais de todo o Brasil, que, aliás, revelam os números da calamidade: 225 milhões de ações ambulatoriais deixaram de ser realizadas; 16 milhões de pessoas ficarão sem medicamentos; 2 milhões de litros de leite não serão distribuídos; 110 mil domicílios permanecerão sem melhorias sanitárias, 7 milhões de internações serão realizadas a menos das 15 milhões registradas em 1993; além de comprometer todos os programas de descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS).

O sistema de saúde hoje no Brasil está falido. Com reflexo dramático em quase todos os Estados brasileiros, como no Estado que represento nesta Casa, o Pará.

Faltam profissionais, medicamentos, equipamentos. Poucos são os municípios que têm hospital da rede pública. Nos que têm, as filas são intensas. Pacientes agonizam nos corredores.

A situação se torna ainda mais perversa quando se constata que alguns hospitais foram construídos no Estado, simplesmente como uma jogada político-eleitoreira, já que na maioria não existem nem médicos, nem medicamentos.

Cortar recursos da saúde é subtrair direito à cidadania.

Quem se responsabilizará pelas mortes que virão? Os municípios brasileiros não podem ser responsabilizados pela crise social e mortes que estão por vir, com a falência do sistema de saúde público no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, um País que registra a impaciente cifra de 32 milhões de famintos e cujo governo determina prioridade na política de combate à miséria, não pode diminuir seus gastos com saúde.

A verdade é que a saúde pública está em crise, quase agonizando. A Nação brasileira desesperançada pede socorro.

O povo desde País tão rico, não pode mais ser iludido e manipulado. É hora de mudanças. Chega de falsos milagres que sempre privilegiou e enriqueceu poucos e sempre sacrificou a maioria do cidadão comum.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Alberto Campista.

O SR. CARLOS ALBERTO CAMPISTA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, entre os argumentos usados pelos que querem abrir o setor petrolífero brasileiro, é muito utilizado o da necessidade de melhorar a produtividade do setor e, para isso, nada melhor do que abri-lo à concorrência do setor privado nacional e internacional.

Ocorre que, no Brasil, a distribuição de derivados é livre e a empresa da Petrobrás, a BR Distribuidora, é líder do mercado, com quase o dobro da segunda colocada e mais do triplo da terceira. A BR está concorrendo com as multinacionais aqui presentes. A BR tem uma fatia de 37% do mercado. Esse mercado é arduamente disputado, sendo que expressivo percentual dos clientes da BR é da iniciativa privada. A BR está no topo em relação a vendas e faturamento por empregado, bem como exporta produtos já para vários países. Nesse caso podem-se efetuar comparações entre empresas, pois as distribuidoras operando no País desempenham atividades idênticas, embora a BR é que abastece o País como um todo, sem escolher as áreas mais lucrativas para atuar. Por isso é que tem 50% do mercado do Norte/Nordeste, sendo que está sozinha em centenas de municípios e em alguns Estados.

A Petrobrás também é competitiva e não teme, como empresa, qualquer tipo de exposição. É competitiva a nível internacional, pois exporta produtos em grande escala para vários países e opera no exterior através de sua subsidiária, a Braspetro, em parceria com muitas multinacionais em mais de dez países.

Seu desempenho tem sido medido através de vários indicadores reconhecidos internacionalmente. Em várias auditorias formais, recentemente feitas pela Ernst & Young, outra pela Unicamp, outra pelo próprio Governo por ocasião da implantação do Contrato de Gestão, tudo isso nos últimos dois anos, foram encontrados, para a Petrobrás, custos competitivos, adequada tecnologia e satisfatória integração. Além disso, a Petrobrás foi premiada no exterior, em Houston, em 1992, com a Empresa que melhor desenvolveu tecnologia para produção no mar. Convenhamos que uma empresa ineficiente não seria agraciada com esse mérito.

Nossa argumentação contra a abertura não é portanto por que se tema e exposição da Petrobrás à concorrência. O que se discute é se o País está preparado para conviver com oligopólios mais poderosos que o próprio País. Aliás, essa é uma das conclusões do extenso trabalho realizado pela Unicamp a pedido do Governo Federal, em parceria com a UFRJ, a Fundação Dom Cabral e que mobilizou dezenas de pessoas durante meses – o Brasil não está aparelhado para conviver com os oligopólios a cartéis que operam a nível internacional.

A bem da verdade, essa é uma das constatações que se podem fazer na prática, mesmo sem se ser um especialista. O País procura ainda hoje descobrir como controlar oligopólios e cartéis que dominam o mercado, a oferta, os negócios em ramos desde os mais sofisticados até os mais simples. Somente os países ricos têm tido algum sucesso no controle dessas formas perversas de domínio do mercado. O monopólio de petróleo é da União, e não da Petrobrás, e protege o consumidor das práticas de oligopólio e de cartéis que existiam antes da Petrobrás e que, segundo consta historicamente, existiam no mundo até a década de 70 e existem hoje em todo o mundo de alguma forma, seja na produção, seja no refino, seja na distribuição.

Seria o caso de se perguntar por que os EUA protegem com agência estatal o negócio estatal. A França instituiu o monopólio estatal em gás e energia elétrica, o Japão protege seu mercado e suas empresas, mesmo sendo um dos maiores exportadores, e há países com vários outros tipos de monopólio. Cada país, em cada época, por circunstâncias que lhe são próprias, protege o que acha conveniente proteger. Assim também procedem a Venezuela e o México com o seu petróleo, bem como dezenas de outros países produtores.

A Petrobrás tem perfeitas condições de competir, mas a Nação é que deve ter receios ou não de abrir o seu mercado de petróleo para empresas que faturam até duas vezes e meia as nossas exportações e que já dominam cerca de 40% do mercado de distribuição de derivados, o que lhes colocaria, certamente, em condições de serem os novos donos do setor petróleo no Brasil, em pouco tempo. A tão propalada concorrência para estimular a produtividade do setor petrolífero no Brasil de fato não existiria. Poucas empresas podem produzir petróleo em águas profundas e poucas dominam o mercado internacional do petróleo. Estamos falando de não mais que dez empresas. Vale a pena arriscar, especialmente quando é notório que a Petrobrás está dando conta do recado, uma vez que o preço dos derivados no País é menor que os internacionais?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, os aumentos abusivos de preços no País ganham uma nova faceta, a da justificativa cínica. É o recente caso da Autolatina, holding controladora da Ford e da Volkswagen, que majorou

os preços dos carros populares em 4,9% sob alegações mirabolantes, apesar da isenção do IPI, a fim de baratear para os consumidores os tipos de veículos.

O Governo pressionou a Autolatina, ameaçando suspender a isenção do imposto e adotar medidas repressivas para conter o abuso. O argumento básico das autoridades, tanto do ponto de vista legal como moral é o da quebra, pela empresa, das regras estabelecidas para a fixação dos preços dos carros populares.

Depois de alguns dias da refrega, a Autolatina recua e fica o dito pelo não-dito. Os novos preços, que já estavam sendo praticados, serão reduzidos em 4,9%. O episódio coloca a olho nu nova estratégia para a elevação dos preços, a de ganhar no grito ou na malandragem. É o artil, muito conhecido na linguagem popular, do João-sem-braço, que tenta o golpe na frente de todos, como nada de anormal estivesse acontecendo. Mas quando é desmascarado pede desculpas e devolve o que foi furtado.

No curto período da contenda com o Governo, a Autolatina vendeu inúmeros veículos populares com os preços remarcados. Agora, segundo anunciou a empresa, está devolvendo às concessionárias a diferença cobrada a mais. Como sempre, na luta entre o mar e o rochedo o marisco tem sido a grande vítima. Nessa situação fica a dúvida se as concessionárias vão devolver o que cobraram a mais do consumidor. E, se vão, como e quando isso acontecerá.

Nos últimos tempos, os aumentos de preços reconhecidos como injustificados e abusivos não são objeto de medidas que assegurem os interesses da população. Os empresários são pressionados pelas autoridades e o máximo que se verifica são os preços serem acrescidos modernamente por reduzido espaço de tempo, para retornarem com redobrada intensidade.

O Governo está preparando medida provisória, que deverá ser editada nas duas próximas semanas, visando a repressão abusiva dos preços. No novo instrumento legal fala-se em multa de até US\$ 3 milhões.

Em verdade, a medida provisória já deveria ter sido editada há muito tempo, por uma razão muito simples, pública e notória: as medidas do povo já estão cheias por um tempo que não dá mais para suportar.

Éra o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Augusto Curvo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CURVO (PMDB–MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, o verdadeiro desenvolvimento de uma nação só pode ser conseguido quando todas as regiões, respeitadas suas peculiaridades, conseguem uma equiparação, um equilíbrio.

As dificuldades pelas quais passam São Félix do Araguaia e região, Sr. Presidente, não podem ser compreendidas nem toleradas.

Sede de Comarca, São Félix do Araguaia está situada a mais de mil quilômetros da Capital do Estado. Considerada cidade-pólo, vem enfrentando situações que demonstram uma clara carência nos setores viário, energético e educacional, além de um saneamento básico e um sistema de saúde deficientes.

Ocorre, no entanto, que a região de São Félix do Araguaia é estratégica para a economia do Estado do Mato Grosso, pois contribui com uma pecuária de comprovada eficiência e um imenso potencial agrícola, que apenas esperam maiores investimentos.

Porém, Sr. Presidente, a região está completamente abandonada pelos poderes públicos – Federal e Estadual – que têm-se mostrado incompetentes.

A situação chegou a um ponto tal, que os comerciantes, pais de família, donas de casa, agricultores e pecuaristas, estudantes e professores, profissionais liberais, enfim, diversos segmentos re-

representativos do povo e das instituições do município e da região, criaram o movimento SOS São Félix do Araguaia, que, através de sua comissão organizadora, está buscando as soluções para os diversos problemas.

Foi necessária essa mobilização, principalmente, em virtude de uma flagrante discriminação partida dos poderes constituídos.

No caso da energia elétrica, por exemplo, a CEMAT não parece muito interessada em manter o fornecimento para o médio Araguaia.

Os motores geradores estão permanentemente quebrados e são antigos, além disso, as verbas para a aquisição de novos equipamentos são insuficientes.

A água consumida pela população é de péssima qualidade, o que gera o medo de uma epidemia de cólera na região.

As escolas mergulharam num estado de mendicância, devido à falta de verbas públicas que não chegam há meses.

Isso, Sr. Presidente, sem falar das rodovias BR 158, que liga Barra do Garça a Vila Rica, e BR 242, que liga Barra do Garça ao Pará. Essas importantes vias de ligação encontram-se depauperadas, praticamente intransitáveis.

Esse triste quadro tem causado o êxodo de muitas famílias em São Félix do Araguaia, incentivando a estagnação ao invés do desenvolvimento.

O que o movimento S.O.S. São Félix do Araguaia deseja, na realidade, é justiça. É a viabilização da manutenção dos padrões de vida de um povo, de uma região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Roraima

Francisco Rodrigues – PTB; Luciano Castro – PPR; Marluce Pinto – PTB.

Amapá

Eraldo Trindade – PPR; Fátima Pelaes – Bloco (PFL); Jonas Pinheiro – PTB.

Pará

Giovanni Queiroz – PDT; Jarbas Passarinho – PPR; José Diogo – PP; Manoel Ribeiro – PMDB; Mário Martins – PMDB; Nícias Ribeiro – PMDB; Paulo Rocha – PT.

Amazonas

Átila Lins – Bloco (PFL); Aureo Mello – PRN; Carlos De'Carli – PPR; José Dutra – PMDB; Paudemey Avelino – PPR.

Rondônia

Amir Lando – PMDB; Pascoal Novaes – PSD.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB.

Tocantins

Merval Pimenta – PMDB; Paulo Mourão – PPR.

Maranhão

César Bandeira – Bloco (PFL); Haroldo Sabóia – PT; José Carlos Sabóia – PSB.

Ceará

Áécio de Borba – PPR; Ermani Viana – PP; Etevaldo Nogueira – Bloco (PFL); Luiz Pontes – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB.

Piau

Ciro Nogueira – Bloco (PFL); Hugo Napoleão – PFL; Mus-sa Demes – Bloco (PFL).

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira – Bloco (PFL); Laíre Rosado – PMDB; Lavoisier Maia – PDT.

Paraíba

Efraim Moraes – Bloco (PFL); Ivan Burity – Bloco (PFL); Raimundo Lira – PFL.

Pernambuco

Gustavo Krause – Bloco (PFL); Marco Maciel – PFL; Ney Maranhão – PRN; Osvaldo Coelho – Bloco (PFL); Roberto Freire – PPS.

Alagoas

Divaldo Suruagy – PMDB.

Sergipe

Cleonânio Fonseca – PPR; Djenal Gonçalves – PMDB.

Bahia

Clóvis Assis – PSDB; Jonival Lucas – Bloco (PFL); Jorge Khoury – Bloco (PFL).

Minas Gerais

Áécio Neves – PSDB; Alfredo Campos – PMDB; Aracely de Paula – Bloco (PFL); Ibrahim Abi-Ackel – PPR; José Aldo – PTB; Lael Varella – Bloco (PFL); Mário de Oliveira – PP; Nilmário Miranda – PT; Osmânio Pereira – PSDB; Paulino Cicero de Vasconcelos – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Raul Belém – PP; Samir Tannús – PPR; Sandra Starling – PT; Sérgio Naya – PP; Tilden Santiago – PT; Vittorio Medioli – PSDB; Zaire Rezende – PMDB.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes – PTB; Helvécio Castello – PT; Roberto Valadão – PMDB.

Rio de Janeiro

Arolde de Oliveira – Bloco (PFL); Artur da Távola – PSDB; Carlos Santana – PT; Flávio Palmier da Veiga – PSDB; Hydekel Freitas – PPR; Jamil Haddad – PSB; Jandira Feghali – PCdoB; João Mendes – Bloco (PTB); José Carlos Coutinho – PDT; Laerte Bastos – PSDB; Luiz Salomão – PDT; Márcia Cibílis Viana – PDT; Messias Soares – PFL; Miro Teixeira – PDT; Paulo de Almeida – PSD; Paulo Portugal – PP; Roberto Campos – PPR; Rubem Medina Bloco – (PFL); Sérgio Arouca – PPS; Simão Sessim – PPR; Vladimir Palmeira – PT; Wanda Reis – PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB; Armando Pinheiro – PPR; Arnaldo Faria de Sá – PPR; Ary Kara – PMDB; Beto Mansur – PPR; Cardoso Alves – PTB; Fábio Meireles – PPR; Fausto Rocha – PL; Gastone Righi – PTB; Hélio Rosas – PMDB; João Mellão Neto – PL; Jorge Tadeu Mudalen – PMDB; José Maria Eymael – PPR; José Serra – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Osvaldo Stecca – PMDB; Pedro Pavão – PPR; Ricardo Izar – Bloco (PFL); Tadashi kuriki – PPR.

Mato Grosso

João Teixeira – PL; José Augusto Curvo – PMDB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco (PFL).

Goiás

Délio Braz – Bloco (PFL); Irapuan Costa Júnior – PP; João Natal – PMDB; Lúcia Vânia – PP; Maria Valadão – PPR; Mauro Miranda – PMDB; Pedro Abrão – PTB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB; Flávio Derzi – PP; José Elias – PTB.

Paraná

Antônio Ueno – Bloco (PFL); Carlos Roberto Massa – PTB; Edí Siliprandi – PSD; José Eduardo – PTB; José Richa – PSDB; Luiz Carlos Haully – PP; Paulo Bernardo – PT.

Santa Catarina

Décio Knop – PDT; Dirceu Cameiro – PSDB; Hugo Biehl – PPR; Luiz Henrique – PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto – PDT; Amaury Müller – PDT; Antônio Britto – PMDB; Carlos Azambuja – PPR; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PPR; José Fogaça – PMDB; Nelson Proença – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 155, DE 1994-RCF

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 14, da Resolução nº 1/93-RCF, requeremos preferência consolidada, para inclusão na Ordem do Dia, para apreciação, das seguintes matérias:

1 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas ao art. 207 da Constituição Federal (contratação de estrangeiros) – Parecer nº 47, de 1994 – RCF.

2 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas ao art. 100 da Constituição Federal e ao art. 33 do ADCT (precatórios judiciais) – Parecer nº 46, de 1994 – RCF.

3 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas aos arts. 14 e 17 da Constituição Federal (infidelidade partidária) – Parecer nº 18, de 1994 – RCF.

4 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas ao art. 62 da Constituição Federal (medidas provisórias) – Parecer nº 15, de 1994 – RCF.

5 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas ao art. 66 da Constituição Federal (veto presidencial) – Parecer nº 53, de 1994 – RCF.

6 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas aos arts. 61, 150, 153, 155, 157, 158, 159, 181, e 195 (reforma tributária) – Parecer nº 54, de 1994 – RCF.

7 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas aos arts. 93, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 108, 114, 127, 128 e 129 (Poder Judiciário e Ministério Público) – Pareceres nºs 26, 27, 28, 29, 30 e 32, de 1994 – RCF.

8 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas aos arts. 99 e 163 a 169, da

Constituição Federal (finanças públicas e processo orçamentário) – Parecer nº 38, de 1994 – RCF.

9 – Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas, oferecidas ao art. 60 da Constituição Federal (reforma da Constituição) Parecer nº 49, de 1994 – RCF.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1994. – José Fortunati – Aldo Rebelo – Bonifácio de Andrada – Carlos Lupi – Artur da Távola – Germano Rigotto.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para formular duas questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaríamos de saber quem é o primeiro signatário do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O primeiro signatário é o Líder do PT, José Fortunati.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Pergunto a V. Exª se, com a ausência do primeiro signatário, prospera o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O requerimento é coletivo. É assinado por vários Líderes.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Quantas assinaturas há?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Há a assinatura dos Congressistas Aldo Rebelo, Bonifácio de Andrada, Carlos Lupi, Artur da Távola e Germano Rigotto.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Então, a votação do requerimento independe da presença do primeiro signatário?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Exatamente.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, quando foi encerrada a última sessão do Congresso Revisor, o processo de votação das modificações contidas no art. 171, com relação aos respectivos destaques, ainda estava em andamento.

Solicito de V. Exª a seguinte informação: esta sessão não deveria iniciar-se com a votação dos destaques relativos ao art. 171, e não com o requerimento que acabou de ser lido? Não deveria ser realizada primeiro a votação dos destaques relativos ao art. 171?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pelo Regimento, há o Expediente e a Ordem do Dia. O requerimento é do Expediente; então ele antecede a Ordem do Dia. Trata-se de um requerimento de preferência e se for aprovado, as matérias não entrarão na Ordem do Dia imediatamente.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Eu sei, Sr. Presidente, mas a minha pergunta não é essa. Quero saber se o requerimento tem preferência para votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem. Depois do início da Ordem do Dia é que se retomará a matéria a que se refere V. Exª

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Logo que terminar a votação do requerimento, será realizada a votação dos destaques, com relação ao art. 171? Esta ocorrerá depois da votação do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Exatamente.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, apenas gostaríamos de indagar de V. Exª se, mesmo não estando a votação terminada, dará preferência ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Não sou eu quem dá preferência; é o Regimento. O requerimento de preferência é apresentado no Expediente e é votado antes da Ordem do

Dia. Ao iniciar esta, retomaremos a matéria a que se refere V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita aos Srs. Congressistas que ocupem seus lugares.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está sendo votado o requerimento de preferência para aqueles onze itens acordados, que, claro, não têm a assinatura de todos os partidos, mas têm a assinatura da grande maioria.

O PPR entende que não deve votar. O próprio PP tem esse entendimento. Da discussão até a votação do mérito, poderemos fazer um acordo para votar, se não todos os onze itens acordados, pelo menos parte deles até o dia 31 de maio, como poderemos até não votar.

Acredito que hoje se votaria apenas o requerimento. Não se votaria mais nada. O chamamento que se faz aos Srs. Deputados e Senadores que estão na Casa é no sentido de que ocorram ao plenário, para que possamos, já que houve pedido de verificação, conseguir o quorum e aprovar este requerimento.

Pergunto a V. Ex^a também se não seria o caso de, no momento da votação, fazer uma pequena interrupção para que os Deputados que estão na Comissão de Constituição e Justiça possam acorrer ao plenário e depois voltar à mesma?

O PMDB chama os seus Deputados ao plenário para votarem o requerimento favoravelmente.

Sr. Presidente, também aproveito esta oportunidade para fazer uma consulta a V. Ex^a: após a votação desse requerimento, a Ordem do Dia será encerrada, correto? Mediante acordo, poderíamos encerrar a Ordem do Dia. A intenção de V. Ex^a é a de, em seguida, convocar o Congresso Nacional, para apreciar medidas provisórias?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Congressista Germano Rigotto, está em votação este requerimento, que é do Expediente. Em seguida, entrará a matéria da Ordem do Dia, onde há um destaque do nobre Congressista Francisco Dornelles a respeito da supressão do art. 171 da Constituição. Depois disso, verificaremos o resultado desta votação.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Está ótimo, Sr. Presidente.

O PMDB vota favoravelmente e convoca os seus Deputados ao plenário para aprovarem o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita aos Srs. Congressistas que venham ao plenário. Inclusive, a Presidência solicita aos Srs. Presidentes das Comissões que estão reunidas que suspendam temporariamente os seus trabalhos, para que os Srs. Congressistas que são membros desses órgãos técnicos possam vir ao plenário votar. Em seguida, S. Ex^{as} retomarão os seus trabalhos.

O PMDB encaminha favoravelmente.

Como vota o Líder do PPR?

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP) – Sr. Presidente, o PPR não participou desse acordo. Ele fez um acordo posterior, no qual foram empenhadas as palavras dos

Srs. Líderes. Nenhum Líder de outra Bancada informou à Liderança do PPR que o acordo havia sido modificado, o que, de certa forma, é muito ruim, porque faz com que o PPR não acredite mais nos acordos feitos entre as Lideranças.

Portanto, Sr. Presidente, o PPR solicita aos Srs. Parlamentares que não marquem a sua presença e não dêem o seu voto a este requerimento, até que possamos verificar o quorum dos outros partidos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PT?

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP) – O Partido dos Trabalhadores encabeça, inclusive, este requerimento e vai votar favoravelmente.

Solicito, em nome da Liderança, que os Deputados do PT que estão em reunião na Liderança venham ao plenário, para que se possa alcançar o quorum, em conjunto com quase todos os outros partidos que apóiam este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PSDB?

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN) – O PSDB, Sr. Presidente, encaminha favoravelmente, convocando todos os Srs. Deputados e Senadores do Partido para estarem aqui presentes, participando desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PFL?

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nesta questão, o meu Partido deverá liberar a sua bancada. Entendemos que esta pauta não atende aos interesses da Nação por ser extremamente reduzida. Afora um ou outro dispositivo, estaríamos contribuindo para frustrar toda a Nação; dizendo que se fez a Revisão sem abordar os principais temas, conforme era do nosso dever e expectativa da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o PFL abre a questão. Que cada membro do Partido vote de acordo com a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT – RJ) – Sr. Presidente, o PDT, coerentemente com os seus atos desde o início dos trabalhos do Congresso Revisor e nunca falando em nome do povo, porque este não foi consultado em plebiscito para dizer se quer ou gosta da Revisão dessa ou daquela maneira. Mas como defendíamos uma pauta máxima desde o primeiro momento e essa pauta foi atendida na reunião de Lideranças, pedimos a nossa Bancada que vote "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o nobre Líder do PTB?

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP) – Sr. Presidente, entendemos que não há uma pauta de limitação máxima e, sim, um piso mínimo, para que possamos, quem sabe, avançar um pouco no processo da Revisão, ou pelo menos dar início e chegar a alguma conclusão. O PTB votará "sim" ao requerimento, protestando, no entanto, pela ampliação dos temas, pela inclusão de matérias que sejam efetivamente de relevância e não essas que não chegam a atender ao que a opinião pública exige. Portanto, o PTB votará "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PPR?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR – MA) – Sr. Presidente, a Liderança do PPR no Senado recomenda aos Srs. Senadores que se abstenham de votar. Faremos obstrução. Se, todavia, for alcançado o quorum, o PPR votará "não".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o nobre Líder do PL?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO (PL – SP) – Sr. Presidente, entendendo que foi quebrado o acordo dos 14 itens e retirada a ordem econômica da relação, o PL declara-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita a todos os Srs. Congressistas que ocupem os seus lugares, para que possamos dar início à votação nominal pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Congressistas que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação. (Pausa.)

Os Srs. Congressistas que não registraram os seus votos podem fazê-lo nos postos avulsos.

Solicito aos Srs. Congressistas que se encontram nos seus gabinetes que compareçam ao plenário para votar.

Como vota o Líder do PMDB?

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PPR?

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP) – "Não", Sr. Presidente. O PPR está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PP?

O SR. VALDENOR GUEDES (PP – AP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PSDB?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSDB, quero instar os membros do Partido Social da Democracia Brasileira para que venham ao plenário votar esta matéria. Estamos diante da possibilidade de viabilizar alguma Revisão Constitucional; estamos caminhando por entre as paixões; estamos sendo capazes de superar a radicalização que emperrou esse processo. Lembro ainda que se convencionou tomar a Revisão Constitucional exclusivamente pelos pontos polêmicos. Não obstante a importância dos mesmos, há inúmeros aspectos decisivos que não receberam da mitologia informativa o rótulo de matéria polêmica, logo, matéria importante.

Por todos aqueles que não estão polarizados em posturas rígidas, inamovíveis, radicais, e havendo a possibilidade de alguma Revisão Constitucional, o Líder insta com seus companheiros do PSDB e com os membros de outros partidos que concordem com essa posição, no sentido de que venham ao plenário votar "Sim", para dar a possibilidade de inclusão na pauta das matérias acordadas.

Afinal de contas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, em função das reuniões de hoje, nada melhor do que os contras a favor e nada pior do que os a favor contra. Venham, por favor, viabilizar alguma Revisão Constitucional.

Muito obrigado.

(Procede-se à votação.)

O SR. VASCO FURLAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. VASCO FURLAN (PPR – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pertencemos à Comissão de

Constituição e Justiça. Lá, estamos apreciando o Relatório e vamos votar o pedido de cassação do mandato do Deputado Ibsen Pinheiro. Desloquei-me daquela Comissão, da qual sou titular, para este plenário, a fim de votar. Aqui havia a orientação do meu Líder de que estamos numa espécie de obstrução.

Quero dizer também a V. Ex^a que o meu gabinete informou que o meu nome foi há pouco citado aqui pelo Congressista por Santa Catarina, Valdir Colatto, como se eu fosse um dos ausentes a este plenário e a esta Revisão.

Quero dizer a V. Ex^a que estou aguardando as anotações taquigráficas para, logo mais, se for possível, fazer as devidas considerações a respeito.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA LAURA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

A SRA. MARIA LAURA (PT – DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inscrevi-me, inclusive, para o Pequeno Expediente, mas não consegui falar. Hoje à tarde, tive uma informação que me preocupou e gostaria de dividi-la com este Congresso. É que estaria para ser assinado pelo Presidente da República um decreto no sentido de se realizar uma intervenção na Polícia Federal.

Procurei checar esta informação. Dirigi-me ao Ministro da Justiça, procurei falar com autoridades da Polícia Federal e não consegui. Terminei falando com o Secretário de Segurança do Distrito Federal, que me disse procuraria informações e que, na sequência, daria uma resposta.

A resposta que tive é que, na realidade, estavam reunidos no Palácio do Planalto o alto escalão do Exército e o Poder Executivo, discutindo a questão da greve da Polícia Federal.

Assumo este microfone para dividir com V. Ex^a essa preocupação. A meu ver, é necessário encarar essa greve da Polícia Federal de maneira mais cuidadosa, por se tratar de um momento grave. Eu gostaria de ver essa questão resolvida; no entanto, penso que não será através de uma intervenção do Presidente da República que teremos uma melhor solução para essa crise. É preciso que ela tenha um desfecho o mais positivo possível. A solicitação de intervenção, feita pelo Coronel Romão, muito me preocupa. Creio ser também uma preocupação de muitos, porque há o sucateamento da Polícia Federal; aqueles trabalhadores estão em péssimas condições de trabalho e salário, daí a greve.

Por isso faço este apelo no sentido de solicitar ao Presidente da República que não parta para um gesto radical, que, a meu ver, não solucionará nenhum problema referente à greve da Polícia Federal.

Muito obrigada. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao Congressista José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PPR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a para apresentar duas questões: a primeira diz respeito à entrevista pela televisão que deixou, ontem, o povo brasileiro estupefato, quando o candidato do PT à Presidência da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, questionado por jornalistas americanos sobre o seu plano para a privatização do setor estatal do País, respondeu com uma sabedoria que deixou os americanos impressionados. S. Ex^a disse: "só não iremos privatizar os setores estratégicos da economia brasileira."

Os americanos logo pensaram que estávamos construindo uma bomba de nêutrons; pensaram também que estávamos construindo um superavião, desses que voam a 5 mil quilômetros por hora; pensaram ainda que estávamos chegando à construção de um computador de geração muito mais avançada do que a existente nos Estados Unidos. Insistiram, então, com o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para que respondesse qual era o setor estratégico no Brasil. Lula, então, respondeu: "telefones e petróleo".

Sr. Presidente, foi uma risada geral. Peço ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, já que não pode transmitir uma imagem melhor do Brasil, que pelo menos não nos leve ao ridículo.

A segunda questão, Sr. Presidente, é saber que tempo V. Exª dará para a votação desta matéria. Há dias, na votação da emenda sobre empresa de capital estrangeiro e de capital nacional, foram 35 minutos. Qual o tempo concedido hoje para a votação deste requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência vai aguardar que termine o fluxo nos postos avulsos. Estão chegando aqui membros das comissões que estavam reunidas e, na devida oportunidade, a Presidência marcará o tempo. V. Exª será informado.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB-RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de dizer que o PMDB está votando "sim" ao requerimento, bem como convocar os Colegas, membros da Bancada do PMDB, para que acorram ao plenário a fim de que obtenhamos quorum para votar este requerimento. Informo-lhes ainda que, logo após esta sessão do Congresso Revisor, vamos ter uma sessão importante do Congresso Nacional em que, entre outros assuntos, deverão ser votadas duas medidas provisórias importantes: a Medida Provisória da Anistia e a Medida Provisória nº 482, referente à URV. Seria importante que os Colegas permanecessem na Casa, atentos ao plenário, para tal votação.

O SR. NILSON GIBSON (PMN-PE) – Sr. Presidente, o PMN vota "sim."

O SR. MESSIAS GÓIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Exª

O SR. MESSIAS GÓIS (PFL-SE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos vivendo, nesta tarde, uma situação atípica. Aqueles que não queriam a reforma da Constituição aparecem agora com um requerimento para votar o que não interessa ao País. O que é fundamental, o que é válido está excluído da pauta mínima.

O que se quer com isso? Está-se querendo tentar enganar a opinião pública, dizendo que se fez uma reforma da Constituição? Não se fará nada, Sr. Presidente; é um crime cometido contra a União ao não se assumir, com responsabilidade, uma reforma constitucional que não pode ser concluída hoje com este requerimento vazio, murcho, chocho; quer-se enganar a opinião pública dizendo estar interessado em salvar o País, mas, na verdade, não se faz nada. Onde está a reforma tributária? Onde está a reforma da ordem econômica? Onde está a reforma da Previdência? Em canto nenhum, porque são temas fundamentais. Aqueles que precisam do lodo, da miséria para viver e sobreviver estão alegres, porque terão a seu dispor, ainda, um caldo de cultura para continuar explorando a pobreza e, em nome dela, falar em desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui se quer perpetuar mais um crime contra a União. Não participarei desta farsa, deste engano, deste engodo que se quer levar à opinião pública, dizendo que se procura uma reforma da Constituição, quando, na realidade, se trabalha para continuar paralisando este País, sem nenhuma perspectiva. Tenta-se cometer, nesta tarde, um atentado à seriedade do Congresso Nacional.

O Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da pre sidência, que é ocupada pelo Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

O SR. ALDO REBELO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra V. Exª

O SR. ALDO REBELO (PCdoB - SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaríamos de manifestar o voto do PCdoB que é "sim". Perguntaríamos, também, em que cartório o País registrou procuração para o Congressista Messias Góis falar em nome do nosso Partido?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência vai conceder a palavra apenas para questões de ordem sobre a matéria em votação.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Congressista Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Sr. Presidente, o PTB quer levar aos seus companheiros a orientação de sua Liderança, razão por que indago a V. Exª se posso fazê-lo ainda agora dentro da sua decisão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra V. Exª para encaminhar a votação aos seus liderados.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PTB - MG) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota a favor do requerimento por entender que o mesmo contém matéria altamente importante para o Parlamento brasileiro, para a democracia no País. Democracia não se faz apenas com medidas econômicas, mas se faz sim com o aperfeiçoamento das instituições parlamentares, razão pela qual o PTB vota a favor deste requerimento e recomenda aos membros de sua Bancada que o façam em favor do regime democrático, e não dos interesses de grupos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra o Sr. Congressista Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT - RS) – Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo a tolerância e a benevolência do Presidente Humberto Lucena, que acaba de deixar a Presidência transferindo-a para V. Exª. Mas gostaria de insistir num ponto que V. Exª sempre insistiu: de que não se permita que os mudos falem. Nunca falaram e, agora, vêm fazer proselitismo! Sem se conformar com a sua derrota, querem pregar aquilo que não convém ao País!

Esta é a questão que coloco a V. Exª: Que não permita que se usem os microfones para pessoas que nunca falaram e vêm aqui e agora fazer afirmações que nunca fizeram, pois omitiram-se na hora em que era exigida a sua presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência ratifica: só concede a palavra para a questão de ordem ou para algum registro rápido que queiram fazer. Mas não vai conceder a palavra para discussão, porque estamos em processo de votação.

Concedo a palavra ao Congressista Edi Siliprandi.

O SR. EDI SILIPRANDI (PSD - PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero convocar, na condição de Líder, na Revisão Constitucional, pelo PSD,...

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência pede silêncio ao Plenário para se fazer ouvir o orador que está na tribuna.

O SR. EDI SILIPRANDI – Quero convocar o PSD para que obstrua esta votação, Sr. Presidente. Foi feito um acordo em que o Parecer nº 9 não integraria a pauta mínima. Agora reduziram de quatorze para onze os itens da pauta mínima. E apareceu ainda aqui este parecer tentando regulamentar a criação de Estados.

Sr. Presidente, esta proposta, além de não ter nenhuma relevância para os interesses da Pátria, é um entulho que se quer impor para a Constituição, quando se sabe que a transferência da competência desta Casa para as assembleias de votar os plebiscitos para a criação de Estados, transforma-se em legislação de causa própria.

Assembleia alguma, Sr. Presidente, tem isenção suficiente e imparcialidade para autorizar uma consulta plebiscitária dentro do seu respectivo território.

Por isso, Sr. Presidente, esta norma determinando que a competência seja das assembleias é mais um entulho, é uma letra morta. É preferível – concluo – que se diga que é proibido criar Estados no Brasil, porque as Lideranças querem ficar acomodadas e manetear as regiões e a liberdade dos povos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência comunica que esta matéria não está na pauta mínima – não sei se esta é a dúvida do Congressista –; está na Ordem do Dia de hoje.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Pediria preferência para o nobre Congressista José Thomaz Nono, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que deve ter algo importante para comunicar ao Plenário. Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estávamos realizando no plenário da CCJ o julgamento da representação da Mesa contra o Deputado Ibsen Pinheiro.

Fomos surpreendidos com a votação. Nos termos da questão que havíamos formulado ao Presidente Humberto Lucena, sempre que houvesse votação suspender-se-ia o trabalho da Comissão.

A Comissão suspendeu seus trabalhos. Indago, então, para saber se continuo com o trabalho da CCJ, se há alguma outra matéria nesta sessão pendente de votação ou se é tão somente esta, para que possamos continuar o julgamento.

É a indagação que coloco ao Presidente do Congresso Nacional.

O Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – De acordo com os entendimentos mantidos com V. Exª, em presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, temos que conciliar, como foi estabelecido. Portanto, tão logo se iniciasse as votações em plenário, V. Exª suspenderia os trabalhos na Comissão. Em seguida à votação no plenário, V. Exª daria continuidade aos trabalhos na Comissão.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO – Indago apenas à Mesa, se há outra matéria, ainda nesta sessão, a ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Há matérias ainda a serem votadas. Mas isso vai depender, em primeiro lugar, de obter-se quorum nesta primeira matéria e, em segundo lugar, se vai haver ou não verificação na próxima matéria.

Avisarei a V. Exª assim que se iniciar as votações no plenário.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO – Portanto, encareço à Mesa a providência de V. Exª para que sejamos avisados na Comissão, a fim de que não haja motivo para arguição de nulidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Exª pode ficar tranquilo, porque sei da prioridade absoluta dos trabalhos que V. Exª preside.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO – Agradeço a consideração de V. Exª.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra pela ordem a V. Exª, que a havia solicitado anteriormente. Em seguida, concederei a palavra ao Congressista José Maria Eymael.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero convocar toda a nossa Bancada – sei que está havendo uma reunião da Liderança – para que os Congressistas do Partido dos Trabalhadores venham ao plenário e dêem respaldo votando "Sim" a este requerimento assinado por quase todos os Líderes dos Partidos do Congresso Nacional.

Evidentemente, um pequeno número de partidos – os contras, que estão obstruindo – não quer que o quorum seja atingido. Mas o quorum está próximo de ser atingido. Por isso, a Liderança do Partido dos Trabalhadores solicita que os seus Congressistas compareçam para votar.

Aliás, Sr. Presidente, quero aqui registrar, neste momento, que o Líder de um dos partidos dos contras tem-se inscrito repetidas vezes, durante este dia, para falar contra o candidato do meu Partido à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Provavelmente está com inveja, porque o candidato dele não passa de 3% nas pesquisas. Ele está tratando do que é estratégico do ponto de vista dele. Ora, o que é estratégico do ponto de vista desse Congressista, que tem o candidato com 3% nas pesquisas, evidentemente, não é do nosso ponto de vista, felizmente, porque pelo "sotaque" dos seus discursos, acredito que ele pensa que estratégico é a construção de caravelas para navegar por mares nunca dantes cruzados.

Por isso, quero aqui, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, saudar a viagem do nosso candidato a Presidente aos Estados Unidos, ao Japão e à Europa para se encontrar com lideranças de partidos democráticos de todos esses países, preparando-se para a disputa decisiva que vai se dar logo agora nesse segundo semestre.

E quero repudiar, mais uma vez, as declarações desse Líder que tem o seu candidato com 3% em relação ao que é ou não estratégico. Isso vamos discutir. E veremos a quem o povo brasileiro vai dar autoridade para defender o que é ou não estratégico para o nosso País. A eleição é que vai dizer. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PPR – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo registrar o meu espanto e a minha inconformidade com a atuação dos Srs. Líderes que subscreveram este requerimento, uma vez que se quer dar preferência para um parecer que extingue, que elimina, que retira da legislação brasileira a figura do Juiz Classista, a figura da Justiça Paritária na Justiça do Trabalho.

Ora, Sr. Presidente, a presença do Juiz Classista representando trabalhadores, representando empregadores é essencial ao processo da conciliação na Justiça do Trabalho. Esse é um reclamo uniforme da sociedade brasileira. Como os Srs. Líderes não perceberam que estão pedindo preferência a um parecer que procura rasgar da Constituição brasileira a Justiça Paritária? Será que os partidos que subscreveram esse requerimento atentaram para isso? Será que o Partido dos Trabalhadores, será que o PMDB, será que o PSDB realmente querem arrancar do Texto Constitucional a figura da Justiça Paritária, essencial ao êxito da conciliação das demandas trabalhistas?

Peço, Sr. Presidente, uma reflexão dos Srs. Líderes. Não posso acreditar que as Lideranças que subscrevem esse documento estejam de acordo em rasgar da Constituição a figura da Justiça Paritária, a figura do Juiz Classista.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui meu apelo aos Srs. Líderes para que reflitam e corrijam em tempo o terrível equívoco que cometeram, para se fazer justiça à Justiça do Trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa pauta mínima que foi estabelecida na semana passada, através de reuniões com uma parte da representação do Congresso Nacional, não leva a lugar nenhum. Este esforço que se está tendo nesta semana é inútil, pois todo ele já foi direcionado por este Congresso na semana passada.

Os partidos contrários à Revisão fizeram o seu papel, qual seja, obstruíram sistematicamente a possibilidade de fazermos a Revisão Constitucional. A saída deles também era ruim, pois o processo revisional não alcançou o seu objetivo e tão-somente aprovou o Fundo Social de Emergência, porque assim quis o Governo, se não o quisesse não teria sido aprovado.

Essa pauta mínima é uma saída para os partidos que obstruíram. Abrimos a porta da frente para que os partidos contrários saíssem triunfalmente com uma pauta que não assegura nada a esta Nação. Essa pauta mínima é uma hipocrisia! Essa reforma tributária, espelhada na pauta mínima, provoca a Guerra da Secessão neste País, porque querem tirar mais recursos dos Estados e dos Municípios. É uma reforma tributária pífia, uma proposta que não vai a lugar nenhum, porque não há tempo hábil e porque também não há consenso. E ainda querem apresentá-la nesta sessão, quando deveríamos estar votando o encerramento da Revisão Constitucional, para não causarmos mais prejuízo à Nação.

O povo brasileiro é muito cordato. A nossa Nação atravessa uma crise seriíssima, e não conseguimos produzir a nossa parte, que são as reformas estruturais do País. Pensávamos que tínhamos uma maioria, contudo, havia "contras ocultos" no meio da maioria, dentre aqueles que se diziam favoráveis, que não permitiram a realização dos trabalhos da Revisão. Esses, somados aos "contras", impossibilitaram a Revisão Constitucional.

Conclamo meus Pares a não votarem. Não declinem seus votos. Vamos fazer o mesmo que eles fazem em todas as sessões e deixar que se responsabilizem pelo quorum necessário.

Sr. Presidente, é apenas uma votação. Vamos produzir centenas de votações. S. Ex^{as} agiram com muita competência. Enganam a Nação com essa farsa da pauta mínima. É uma vergonha o que estamos assistindo esta tarde, neste plenário. Vamos encerrar a Revisão Constitucional. Esse seria o gesto mais digno que faríamos pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. PAULO RAMOS (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, durante todo o período destinado à Revisão Constitucional verificamos, nesta Casa, alguns confrontos marcados pela incoerência. Entretanto, somente agora a incoerência se faz confessar da forma mais clara, não simplesmente para nós, Parlamentares, mas especialmente para o conjunto da sociedade brasileira.

Todos sabem, Sr. Presidente, que a maior reivindicação do empresariado nacional – refiro-me aos pequenos, médios e microempresários – sempre foi uma reforma tributária, como item primeiro da pauta da Revisão Constitucional.

Aquelles que têm a titularidade da representação do empresariado agem somente em favor do interesse dos grandes empresários, não só do capital financeiro como também do capital industrial. Entretanto, a sustentação política dessa representação provém dos pequenos, médios e microempresários. A incoerência reside no fato de que – sem nenhuma exceção – toda publicidade, patrocinada pelos grandes empresários, em defesa da Revisão, enfatizava a reforma tributária.

Basta fazer um pequeno esforço de memória para constatar que, em nome da Federação das Associações Comerciais, um ex-constituente – aliás, com o rótulo de omissor –, Afif Domingos, defendeu, em primeiro plano, a reforma tributária. O mesmo fez o Presidente da FIESP e o Presidente da FEBRABAN, que não expressa nenhum constrangimento em função das altíssimas taxas de juros, pelo fato de ser o Brasil o país onde os Bancos – inclusive os estrangeiros – têm os maiores lucros. Até mesmo a Câmara de Comércio Americana, quando mencionava a Revisão, dizia que o item primeiro era a reforma tributária.

No entanto, todos eles foram e estão sendo desmascarados mais ainda na sessão de hoje. Eles não queriam reforma tributária, o que eles queriam era o fim da empresa brasileira de capital nacional, que é a empresa do pequeno, médio e microempresário. Eles queriam o fim da diferenciação e do mínimo de proteção à empresa nacional, estabelecido na Constituição. Mais ainda, desejavam acabar com a reserva de mercado do subsolo, com uma pequena nacionalização do nosso subsolo. Tinham ainda a intenção de assumir o controle da comercialização do gás natural através dos dutos, porque a comercialização através dos bueiros eles já têm. E verificamos a maior corrupção em função da chamada taxa que equaliza o preço do gás.

Vou concluir, Sr. Presidente. Eles queriam ainda mais: acabar com o monopólio estatal do petróleo e das comunicações, setores estratégicos para a preservação da perspectiva mínima de um Brasil soberano e socialmente justo.

Não conseguiram, Sr. Presidente, acabar com a empresa brasileira de capital nacional, desnacionalizar o subsolo, não conseguiram a comercialização do gás natural e também acabar com o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações. Como não conseguiram aprovar os itens que consideravam os principais, agora confessam que não querem a reforma tributária, que era o carro-chefe da propaganda revisionista, que era o atrativo dos micro, pequenos e médios empresários, que agora se sentem traídos por aqueles que nesta Casa se apresentam como defensores do capital.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui registrado o nosso inconformismo com a balela, com a farsa revisionista. É que a representação do capital nacional, que os micro, pequenos e médios empresários sabem, de uma vez por todas, que têm nesta Casa alguns falsos representantes. Que, a bem da verdade, não são aliados

do empresariado nacional, que emprega e gera empregos, este, sim, responsável pela alocação de um percentual majoritário e quase completo da mão-de-obra hoje empregada. Não, não. Esses parlamentares são representantes do grande capital especulativo, do grande capital financeiro, inclusive o multinacional, e do grande capital industrial, o grande capital também envolvido nos chamados "esquemas do Orçamento" e em todo o processo de corrupção que ainda vigora no País.

Concluo, portanto, Sr. Presidente, concitando as Sr^{as} e os Srs. Congressistas para que aprovem essa pauta mínima, não só para livrar a imagem do Congresso Nacional, mas, acima de tudo, para que possamos realizar um mínimo de Revisão, mas o mínimo que é a reivindicação de toda a sociedade brasileira, inclusive do empresariado que eles deveriam representar e que efetivamente não representam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somente solicitar às Lideranças das demais Bancadas para que analisemos a possibilidade de, após esta votação, junto com a Mesa, chegarmos a um entendimento para interrompermos a sessão a fim de que, em seguida, se possa realizar a sessão do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, a solicitação que fazemos é a de que, após esta votação, através de um acordo – e apelo à Mesa para que avale essa possibilidade –, venhamos a encerrar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita aos Srs. Congressistas que ainda não votaram que queiram fazê-lo.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, o PPR vota "não".

O SR. PAULO RAMOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAULO RAMOS (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até que horas vai esta votação? Qual é o prazo fixado por V. Ex^a para encerrar esta votação?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Congressista, vamos encerrá-la dentro de dez minutos.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores concorda com a sugestão da Liderança do PMDB de encerrar a votação, mesmo porque outras virão. E constata que o PPR é ruim para ser favorável e ruim para fazer obstrução. Rapidamente conseguimos o quorum e votamos. Veja V. Ex^a como a coisa pode funcionar desde que haja Líderes representativos negociando para estabelecer uma pauta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A votação vai ser encerrada. Peço aos Srs. Congressistas que ainda não votaram que queiram fazê-lo.

(Prossegue a votação.)

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PTB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi afirmado, desta tribuna, que no requerimento que está sobre a mesa para ser votado não estariam indicadas questões ligadas à reforma tributária, às finanças e ao orçamento.

É preciso que a Casa saiba que esses três itens estão nessa agenda mínima pretendida pelo requerimento em pauta, requerimento esse, Sr. Presidente, que tem como inspiração principal a defesa da prerrogativa dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores.

Eu nunca vi, Sr. Presidente, um espetáculo como esse a que estamos assistindo. Está-se pedindo para votar matéria referente ao Poder Legislativo, matéria que fortalece os Srs. Deputados, dispositivos que fortalecem os Srs. Senadores, questões que vão fazer com que este Poder adquira maiores competências, maiores faculdades. E o espetáculo é esse: os próprios Srs. Deputados e alguns Srs. Senadores estão condenando uma pauta que diz respeito ao Poder Legislativo.

Ora, Sr. Presidente, é princípio elementar, é tese das mais elementares aquela que informa que a democracia só pode de fato existir e continuar com o fortalecimento do Poder Legislativo. Mas o espetáculo a que estamos assistindo, Sr. Presidente, é realmente constrangedor. É como se houvesse uma vocação autoritária para a solução dos grandes problemas sociais e econômicos do País.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos que esse requerimento realmente seja aprovado, porque ele traduz as melhores aspirações democráticas do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vai ser encerrada a votação.

A SR^a IRMA PASSONI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

A SR^a IRMA PASSONI (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não entendi direito o que disse o nobre Deputado, porque ele iniciou de uma forma e concluiu de outra. Eu queria dizer a ele que o Item 6 estabelece:

Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas oferecidas aos arts. 61, 150, 153, 155, 157, 158, 159, 181 e 195...", o que é justamente a reforma tributária.

O outro item, o 8, diz:

Apreciação, em primeiro turno, das Propostas Revisionais e respectivas emendas oferecidas aos arts. 99 e 163 a 179, da Constituição Federal...", que tratam justamente da questão das finanças públicas e do processo orçamentário.

Portanto, essa pauta não está cuidando de interesses corporativistas. Pelo contrário. Quero saber, na verdade, se vamos nos desvencilhar das pressões dos prefeitos e governadores e fazer com que a reforma tributária, que é uma necessidade deste País, entre na pauta e seja votada, porque é essencial para a Nação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Estou de acordo com V. Ex^a.

(Prossegue a votação.)

VOTAM OS SRS. CONGRESSISTAS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB – Sim

Avenir Rosa – PP – Sim

Francisco Rodrigues – PTB – Sim

João Fagundes – PMDB – Sim

João França – PP – Não

Júlio Cabral – PP – Sim

Marcelo Luz – PP – Abstenção

Marluce Pinto – PTB – Sim

Ruben Bento – Bloco – Sim.

Amapá

Eraldo Trindade – PPR – Não
 Fatima Pelaes – Bloco – Sim
 Henrique Almeida – PFL – Sim
 Lourival Freitas – PT – Sim
 Murilo Pinheiro – Bloco – Abstenção
 Valdenor Guedes – PP – Sim.

Pará

Alacid Nunes – Bloco – Sim
 Almir Gabriel – PSDB – Sim
 Carlos Kayathy – PTB – Sim
 Coutinho Jorge – PMDB – Sim
 Gerson Peres – PPR – Sim
 Giovanni Queiroz – PDT – Sim
 Herminio Calvino – PMDB – Abstenção
 José Diogo – PP – Sim
 Manoel Ribeiro – PMDB – Sim
 Mario Chermont – PP – Sim
 Mario Martins – PMDB – Sim
 Nicias Ribeiro – PMDB – Sim
 Osvaldo Melo – PPR – Não
 Paulo Rocha – PT – Sim
 Socorro Gomes – PCdoB – Sim.

Amazonas

Beth Azize – PDT – Sim
 Carlos de Carli – PPR – Não
 Euler Ribeiro – PMDB – Sim
 João Thome – PMDB – Sim
 José Dutra – PMDB – Sim
 Paudemey Avelino – PPR – Sim.

Rondônia

Amir Lando – PMDB – Sim
 Aparicio Carvalho – PSDB – Sim
 Carlos Camurça – PP – Sim
 Edison Fidelis – PP – Sim
 Expedito Rafael – PPR – Sim
 Mauricio Calixto – Bloco – Sim
 Odacir Soares – PFL – Sim
 Pascoal Novaes – PSD – Sim
 Reditário Cassol – PP – Sim.

Acre

João Maia – PP – Sim
 João Tota – PPR – Não.
 Nabor Júnior – PMDB – Sim.

Tocantins

Darci Coelho – Bloco – Sim
 Edmundo Galdino – PSDB – Sim
 Merval Pimenta – PMDB – Sim
 Paulo Mourão – PPR – Não.

Maranhão

Alexandre Costa – PFL – Sim
 César Bandeira – Bloco – Sim
 Costa Ferreira – PP – Sim
 Epitácio Cafeteira – PPR – Não
 Eurico Ribeiro – PPR – Não
 Haroldo Saboia – PT – Sim

Jayme Santana – PSDB – Sim
 João Rodolfo – PPR – Não
 José Burnett – PPR – Não
 José Carlos Sabóia – PSB – Sim
 José Reinaldo – Bloco – Abstenção
 Magno Bacelar – PDT – Sim
 Pedro Novais – PMDB – Sim.

Ceará

Aécio de Borba – PPR – Abstenção
 Antônio dos Santos – Bloco – Abstenção
 Ariosto Holanda – PSDB – Sim
 Cid Sabóia de Carvalho – PMDB – Não
 Ernani Viana – PP – Sim
 Gonzaga Mota – PMDB – Sim
 Luiz Pontes – PSDB – Sim
 Marco Penaforte – PSDB – Sim
 Mauro Benevides – PMDB – Sim
 Mauro Sampaio – PMDB – Sim
 Moroni Torgan – PSDB – Sim
 Reginaldo Duarte – PSDB – Sim
 Sergio Machado – PSDB – Sim
 Ubiratan Aguiar – PSDB – Sim
 Vicente Fialho – Bloco – Sim.

Piauí

B. Sá – PP – Sim
 Chagas Rodrigues – PSDB – Sim
 Ciro Nogueira – Bloco – Não
 Jesus Tajra – Bloco – Sim
 João Henrique – PMDB – Sim
 José Luiz Maia – PPR – Não
 Lucidio Portella – PPR – Não
 Mussa Demes – Bloco Não
 Paes Landim – Bloco – Não
 Paulo Silva – PSDB – Sim.

Rio Grande do Norte

Dario Pereira – PFL – Sim
 Garibaldi Alves – PMDB – Sim
 Iberê Ferreira – Bloco – Abstenção
 João Faustino – PSDB – Sim
 Laire Rosado – PMDB – Sim
 Marcos Formiga – PSDB – Sim
 Ney Lopes – Bloco – Abstenção.

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco – Não
 Antonio Mariz – PMDB – Sim
 Evaldo Gonçalves – Bloco – Sim
 Francisco Evangelista – PPR – Não
 Humberto Lucena – PMDB – Abstenção
 Ivan Burity – Bloco – Não
 Ivandro Cunha Lima – PMDB – Sim
 José Luiz Clerot – PMDB – Sim
 Vital do Rêgo – PDT – Sim.

Pernambuco

Alvaro Ribeiro – PSB – Sim
 Gustavo Krause – Bloco – Sim
 Inocêncio Oliveira – Bloco – Sim
 José Jorge – Bloco – Abstenção
 José Múcio Monteiro – Bloco – Sim
 Luiz Piauhyllino – PSB – Sim

Maurílio Ferreira Lima – PSDB – Sim
 Mavíael Cavalcanti – Bloco – Sim
 Nilson Gibson – PMN – Sim
 Osvaldo Coelho – Bloco – Sim
 Pedro Correa – Bloco – Sim
 Renildo Calheiros – PCdoB – Sim
 Roberto França – PSB – Sim
 Roberto Freire – PPS – Sim
 Roberto Magalhães – Bloco – Sim
 Salatiel Carvalho – PP – Não
 Tony Gel – Bloco – Abstenção
 Wilson Campos – PSDB – Sim.

Alagoas

Augusto Farias – Bloco – Não
 Divaldo Suruagy – PMDB – Sim
 José Thomaz Nonô – PMDB – Sim
 Roberto Torres – PTB – Sim
 Vitorio Malta – PPR – Não.

Sergipe

Albano Franco – PSDB – Sim
 Benedito de Figueiredo – PDT – Sim
 Cleonancio Fonseca – PPR – Sim
 Djenal Gonçalves – PSDB – Sim
 Everaldo de Oliveira – Bloco – Abstenção
 Jerônimo Reis – PMN – Sim
 José Teles – PPR – Não
 Messias Góis – Bloco – Sim
 Pedro Valadares – PP – Sim.

Bahia

Ângelo Magalhães – Bloco – Abstenção
 Aroldo Cedraz – Bloco – Sim
 Beraldo Boaventura – PSDB – Sim
 Carlos Sant'anna – PP – Sim
 Clovis Assis – PSDB – Sim
 Eraldo Tinoco – Bloco – Não
 Felix Mendonça – PTB – Abstenção
 Jabes Ribeiro – PSDB – Sim
 Jairo Azi – Bloco – Sim
 Jairo Carneiro – Bloco – Abstenção
 Jaques Wagner – PT – Sim
 Jorge Khoury – Bloco – Sim
 Josaphat Marinho – PFL – Abstenção
 José Carlos Aleluia – Bloco – Abstenção
 José Falcão – Bloco – Abstenção
 José Lourenço – PPR – Não
 Jutahy Magalhães – PSDB – Sim
 Leur Lomanto – Bloco Sim
 Luís Eduardo – Bloco – Abstenção
 Luiz Moreira – Bloco – Não
 Luiz Viana Neto – Bloco – Abstenção
 Manoel Castro – Bloco – Não
 Pedro Irujo – PMDB – Sim
 Prisco Viana – PPR – Sim
 Sérgio Gaudenzi – PSDB – Sim
 Uldurico Pinto – PSB – Sim
 Waldir Pires – PSDB – Sim.

Minas Gerais

Aécio Neves – PSDB – Abstenção
 Agostinho Valente – PT – Sim
 Alfredo Campos – PMDB – Sim

Aracely de Paula – Bloco – Sim
 Armando Costa – PMDB – Sim
 Avelino Costa – PPR – Não
 Bonifácio de Andrada – Bloco – Sim
 Camilo Machado – PTB – Sim
 Edmar Moreira – PP – Não
 Elias Murad – PSDB – Sim
 Felipe Neri – PMDB – Sim
 Fernando Diniz – PMDB – Sim
 Genésio Bernardino – PMDB – Sim
 Humberto Souto – Bloco – Abstenção
 Ibrahim Abi-Ackel – PPR – Sim
 Irani Barbosa – PSD – Abstenção
 Israel Pinheiro – PTB – Sim
 João Paulo – PT – Sim
 José Belato – PMDB – Sim
 José Rezende – PTB – Sim
 José Santana de Vasconcellos – Bloco – Não
 Leopoldo Bessone – PTB – Não
 Marcos Lima – PMDB – Sim
 Mario Assad – Bloco – Abstenção
 Mario de Oliveira – PP – Sim
 Nilmario Miranda – PT – Abstenção
 Odelmo Leão – PP – Sim
 Paulo Delgado – PT – Sim
 Roberto Brant – PTB – Sim
 Romel Anisio – PP – Sim
 Ronaldo Perim – PMDB – Sim
 Sandra Starling – PT – Sim
 Sergio Miranda – PCdoB – Sim
 Sergio Naya – PP – Sim
 Tilden Santiago – PT – Sim
 Vittorio Mediolli – PSDB – Sim
 Wilson Cunha – PTB – Sim.

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB – Sim
 Etevalda Grassi de Menezes – PTB – Sim
 Helvecio Castello – PT – Sim
 Jório de Barros – PMDB – Sim
 Lézio Sathler – PSDB – Sim
 Nilton Baiano – PMDB – Sim
 Rita Camata – PMDB – Não.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – Bloco – Não
 Arolde de Oliveira – Bloco – Não
 Artur da Távola – PSDB – Sim
 Carlos Lupi – PDT – Sim
 Carlos Santana – PT – Sim
 Cidinha Campos – PDT – Sim
 Fernando Lopes – PDT – Sim
 Francisco Dornelles – PPR – Sim
 Francisco Silva – PP – Sim
 Hydekel Freitas – PFL – Não
 Jair Bolsonaro – PPR – Não
 Jamil Haddad – PSB – Sim
 Jandira Feghali – PCdoB – Sim
 Junot Abi-Ramia – PDT – Sim
 Laerte Bastos – PSDB – Sim
 Laprovita Vieira – PP – Sim
 Marcia Cibilis – Viana – PDT – Sim
 Marino Clinger – PDT – Sim

Messias Soares – PDT – Sim
 Miro Teixeira – PDT – Sim
 Paulo de Almeida – PSD – Sim
 Paulo Portugal – PP – Sim
 Paulo Ramos – PDT – Sim
 Regina Gordilho – PRONA – Sim
 Roberto Campos – PPR – Não
 Sérgio Arouca – PPS – Sim
 Sidney de Miguel – PV – Sim
 Simão Sessim – PPR – Não
 Vivaldo Barbosa – PDT – Sim
 Vladimir Palmeira – PT – Sim.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB – Sim
 Aldo Rebelo – PCdoB – Sim
 Beto Mansur – PPR – Não
 Delfim Netto – PPR – Não
 Eduardo Jorge – PT – Sim
 Eduardo Suplicy – PT – Sim
 Euclides Mello – PRN – Não
 Fausto Rocha – PL – Não
 Fernando Henrique Cardoso – PSDB – Sim
 Gastone Righi – PTB – Sim
 Geraldo Alckmin Filho – PSDB – Sim
 Heitor Franco – PPR – Não
 Helio Bicudo – PT – Sim
 Helio Rosas – PMDB – Sim
 Irma Passoni – PT – Sim
 Jorge Tadeu Mudalen – PMDB – Sim
 José Abrão – PSDB – Sim
 José Cicote – PT – Sim
 José Genoíno – PT – Sim
 José Maria Eymael – PPR – Não
 José Serra – PSDB – Sim
 Koyu Iha – PSDB – Sim
 Luiz Gushiken – PT – Sim
 Luiz Máximo – PSDB – Sim
 Maluly Netto – Bloco – Sim
 Marcelino Romano Machado – PPR – Não
 Marcelo Barbieri – PMDB – Sim
 Mário Covas – PSDB – Sim
 Maurici Mariano – PMDB – Sim
 Maurício Najar – Bloco – Sim
 Paulo Novaes – PMDB – Sim
 Ricardo Izar – PPR – Não
 Tadashi Kuriki – PPR – Não
 Tuga Angerami – PSDB – Sim
 Walter Nory – PMDB – Sim.

Mato Grosso

Joaquim Sucena – PTB – Não
 Jonas Pinheiro – Bloco – Sim
 José Augusto Curvo – PMDB – Sim
 Lourenberg Nunes Rocha – PPR – Não
 Oscar Travassos – PL – Sim
 Rodrigues Palma – PTB – Sim.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PTB – Sim
 Benedito Domingos – PP – Não
 Chico Vigilante – PT – Sim
 Jofran Frejat – PP – Sim

Maria Laura – PT – Sim
 Meira Filho – PP – Não
 Osório Adiano – Bloco – Não
 Sigmaringa Seixas – PSDB – Sim
 Valmir Campelo – PTB – Sim.

Goiás

Antônio Faleiros – PSDB – Sim
 Délio Braz – Bloco – Sim
 Haley Margon – PMDB – Sim
 Iram Saraiva – PMDB – Sim
 Irapuan Costa Júnior – PP – Sim
 João Natal – PMDB – Sim
 Lázaro Barbosa – PMDB – Sim
 Lúcia Vânia – PP – Sim
 Maria Valadão – PPR – Não
 Naphtali Alves de Souza – PMDB – Sim
 Paulo Mandarinó – PPR – Não
 Pedro Abrão – PTB – Sim
 Ronaldo Caiado – Bloco – Sim
 Vilmar Rocha – Bloco – Sim
 Virmondes Cruvinel – PMDB – Sim.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB – Abstenção
 Marilu Guimarães – Bloco – Sim
 Valter Pereira – PMDB – Sim.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco – Abstenção
 Affonso Camargo – PPR – Não
 Antonio Euno – Bloco – Sim
 Basílio Villani – PPR – Não
 Carlos Scarpelini – PP – Sim
 Delcino Tavares – PP – Não
 Deni Schwartz – PSDB – Sim
 Edesio Passos – PT – Sim
 Elio Dalla-Vechia – PDT – Sim
 Ervin Bonkoski – PTB – Sim
 Flávio Arns – PSDB – Sim
 Homero Oguido – PMDB – Sim
 Ivânio Guerra – Bloco – Abstenção
 Joni Varisco – PMDB – Sim
 José Eduardo – PTB – Sim
 José Richa – PSDB – Sim
 Luiz Carlos Haully – PP – Não
 Max Rosenmann – PDT – Sim
 Moacir Micheletto – PMDB – Sim
 Munhoz da Rocha – PSDB – Sim
 Otto Cunha – PPR – Sim
 Paulo Bernardo – PT – Sim
 Pedro Tonelli – PT – Sim
 Wilson Moreira – PSDB – Sim.

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR – Não
 Dejandir Dalpasquale – PMDB – Sim
 Dercio Knop – PDT – Sim
 Edison Andrino – PMDB – Sim
 Esperidião Amin – PPR – Não
 Hugo Biehl – PPR – Não
 Luci Choinacki – PT – Sim
 Luiz Henrique – PMDB – Sim
 Nelson Morro – Bloco – Não

Paulo Duarte – PPR – Não
 Valdir Colatto – PMDB – Sim
 Vasco Furlan – PPR – Abstenção.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck – PSDB – Sim
 Adylson Motta – PPR – Abstenção
 Amaury Müller – PDT – Sim
 Antonio Britto – PMDB – Sim
 Arno Magarinos – PPR – Não
 Carlos Cardinal – PDT – Sim
 Carrion Junior – PDT – Sim
 Eden Pedroso – PT – Sim
 Fetter Júnior – PPR – Abstenção
 Germano Rigotto – PMDB – Sim
 Ivo Mainardi – PMDB – Sim
 João de Deus Antunes – PPR – Não
 José Fortunati – PT – Sim
 Luís Roberto Ponte – PMDB – Sim
 Mendes Ribeiro – PMDB – Sim
 Nelson Jobim – PMDB – Sim
 Nelson Proença – PMDB – Sim
 Odacir Klein – PMDB – Sim
 Osvaldo Bender – PPR – Não
 Paulo Paim – PT – Sim
 Pedro Simon – PMDB – Sim
 Wilson Müller – PDT – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Está encerrada a votação.

Passa-se ao resultado.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN – PE) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a anunciar o término da votação, declaro meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não. Constará de Ata, nobre Congressista.

O SR. NEY MARANHÃO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Proclamo o resultado.

Votaram "SIM" 267 Srs. Congressistas e "NÃO" 67.

Houve 31 abstenções.

Total: 365 votos.

Foi aprovado o requerimento.

O SR. PEDRO PAVÃO (PPR – SP) – Sr. Presidente, o Congressista Pedro Pavão votou "não". Não constou o meu nome no painel.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

Aprovada a preferência, fica aberto o prazo para apresentação de requerimento de destaque às matérias dos Pareceres n^{os} 15, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 38, 46, 47, 49, 53 e 54, até amanhã, quarta-feira, dia 11 de maio, às 18h.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PPR – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de retificar o meu voto. Apareceu "sim", e o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não. V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Líder Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Só mais uma vez, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação aos colegas Líderes de todas as Bancadas: vamos fazer um acordo encerrando esta sessão. A pauta ficaria para a próxima sessão do Congresso Revisor. Entraríamos no primeiro item da pauta, que parece ser o problema, ou seja, o

requerimento de destaque de empresa nacional, que é o primeiro item da pauta, mas não o discutiríamos nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência, diante das palavras de V. Ex^a, consulta as demais Lideranças. Se não houver objeção, desde que haja um acordo geral das Lideranças, encerrará os trabalhos e convocará, em seguida, uma sessão conjunta do Congresso Nacional.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a tem a palavra, nobre Deputado Marcelino Romano Machado.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Para uma questão de ordem.) – Sr. Presidente, antes de externarmos o nosso posicionamento, gostaríamos de obter uma informação de V. Ex^a: a seqüência de votação agora seria o destaque com relação ao art. 171?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Exatamente.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – E isso ficará permanecendo como primeiro item de votação da próxima sessão se encerrarmos agora?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Veja bem V. Ex^a, pretendo ser fiel na resposta: será o primeiro item da Ordem do Dia. Se houver no Expediente algum requerimento, ele será votado anteriormente, o que dependerá dos Srs. Líderes.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, gostaríamos de observar que aquela matéria já estava em votação. Por conseguinte, não poderia haver qualquer requerimento com relação à modificação da preferência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Veja bem: a única coisa que pode acontecer, nobre Líder, é que, por exemplo, ocorra um outro requerimento de preferência, o que é lícito a qualquer Congressista apresentar, ou, antes da Ordem do Dia, haja uma inversão de pauta, que certamente não prejudicará a matéria a que V. Ex^a alude. Isso porque, mesmo que haja a inversão de pauta, votada pelo Plenário, quando se iniciar a Ordem do Dia, esta será a primeira matéria, o destaque a que se refere V. Ex^a.

O SR. NESTOR DUARTE (PMDB – BA) – Sr. Presidente, gostaria de consignar meu voto "sim" na votação anterior.

O SR. AUGUSTINHO FREITAS (PP – MT) – Sr. Presidente, gostaria também de registrar minha presença nesta votação. O meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Quero que fique claro, nobre Líder Marcelino Romano, que, se houver um acordo geral de Lideranças, encerraremos a presente sessão. Na próxima sessão unicameral, a primeira matéria a ser apreciada na Ordem do Dia é o requerimento de preferência para o destaque do nobre Deputado Francisco Domelles.

O MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria a que nos referimos há pouco estava em votação, e o art. 181 do nosso Regimento diz o seguinte:

Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de quorum.

§ 1^o – Quando esgotado o período da sessão, ficará esta automaticamente prorrogada pelo tempo necessário à conclusão da votação, nos termos do § 2^o, do art. 72.

§ 2^o – Ocorrendo falta de número para deliberação proceder-se-á nos termos do § 4^o, do Art. 185.

Ora, Sr. Presidente, a matéria já estava em votação, e como entramos no procedimento da votação dos destaques, não poderá haver nenhuma alteração com relação à sua ordem. Acredito que V. Ex^a nem poderia receber qualquer tipo de requerimento tirando aquele processo de votação. Temos que votar em primeiro lugar o destaque; aprovado o destaque, proceder-se-á à votação da emenda. Mas V. Ex^a não poderá, de forma nenhuma, aceitar qualquer tipo de requerimento que venha tirar a prioridade da votação do destaque. É esta a conclusão a que chegamos.

Gostaríamos de ter essa garantia de V. Ex^a para concordarmos com a proposta do Deputado Germano Rigotto, com a qual, de uma certa forma, já estava concordando. Entretanto, seria importante que V. Ex^a referendasse essa observação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB - RS) - Sr. Presidente, gostaria de registrar minha presença, Senador José Fogaça, Rio Grande do Sul. Meu voto é "sim".

O SR. NELSON BORNIER (PL - RJ) - Sr. Presidente, registro minha presença. Meu voto é "não".

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB - RJ) - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V. Ex^a solicitou a audiência das Lideranças, sobre a proposta do Deputado Germano Rigotto, no sentido de encerrarmos esta etapa de uma revisão que, possivelmente, ainda que pareça estranho, esteja a começar no dia de hoje.

O PSDB concorda com a suspensão da sessão, tendo em vista a alta relevância da matéria a seguir, na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Antes, a Presidência responderá à questão de ordem do nobre Líder Marcelino Romano.

V. Ex^a levantou a questão de ordem invocando o art. 181, do Regimento da Câmara dos Deputados, que é terceiro subsidiário do Regimento da Revisão.

Lê-se:

Art. 181 - Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de quorum.

§ 1º Quando esgotado o período da sessão, ficará esta automaticamente prorrogada pelo tempo necessário à conclusão da votação, nos termos do § 2º, art. 72.

§ 2º Ocorrendo falta de número para deliberação, proceder-se-á nos termos do § 4º do art. 85.

A Presidência lembra a S. Ex^a, Líderes e demais Congressistas, que a sessão é composta, seja do Congresso Nacional, Congresso Revisor, Senado Federal ou Câmara dos Deputados, de duas fases: Expediente e Ordem do Dia. No Expediente poderão ser apresentados requerimentos de preferência, como foi o caso de hoje, ou requerimentos de inversão da Ordem do Dia, que antecedem a votação da pauta. Em seguida, virá a Ordem do Dia.

A votação a que se refere V. Ex^a, com muita propriedade, é a primeira da Ordem do Dia. Assim, quero dizer a V. Ex^a que o que poderá ocorrer na próxima sessão unicameral do Congresso Revisor é que a primeira matéria a ser votada na Ordem do Dia será o requerimento de preferência para o destaque ao supressivo do art. 171. Agora, não posso garantir a V. Ex^a, porque isso não depende da Presidência, que não virão à Mesa, antes de iniciada a Ordem do Dia, como ocorreu hoje, requerimentos de preferência

ou requerimentos de inversão. Porém, isso não significa que não se iniciará a Ordem do Dia pela matéria a que se refere V. Ex^a

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO - Sr. Presidente, mais uma vez, fazemos uma observação: nosso requerimento não é de preferência, mas de destaque para uma emenda apresentada pelo nobre Deputado José Maria Eymael.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Há um requerimento de destaque para a emenda e há um requerimento de preferência para o requerimento.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO - Sr. Presidente, o art. 34 do nosso Regimento Comum dispõe o seguinte:

Na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão.

Parágrafo único. A inversão da Ordem do Dia poderá ser autorizada pelo Plenário por proposta da Presidência ou de qualquer Líder.

Quer dizer, Sr. Presidente, que as proposições em votação terão preferência, porque já existe a votação determinada pelo requerimento. A nossa alegação é em função disso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Um momento. V. Ex^a agora invoca o art. 34 do Regimento Comum, que diz:

Art. 34. Na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão."

Exatamente, a primeira matéria da Ordem do Dia é a que V. Ex^a se refere. Agora, não posso, repito, como Presidente, evitar que, no Expediente, venha algum requerimento. A primeira matéria a ser votada na Ordem do Dia é o destaque a que se refere V. Ex^a

O SR. FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PPR - RJ) - Pela ordem. Sem revisão do orador) - Entendo, Sr. Presidente, que não haverá necessidade de ser pedida a preferência para a votação da Emenda Supressiva nº 171, porque consta como o primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas não estou me referindo a isso. Refiro-me ao seguinte: há vários destaques na matéria, todos sobre o mesmo assunto. Então, além do destaque de interesse de V. Ex^s, para que ele fosse votado em primeiro lugar, há um requerimento de preferência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, por favor. Todos os destaques. Haveria a necessidade de preferência se se pretendesse votar o item 2 na frente do 1, mas se for um item 1, não precisa preferência.

O SR. RUBEM MEDINA (PFL - RJ) - Sr. Presidente, peço que seja registrada a minha presença e o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Pois não.

O requerimento de destaque de V. Ex^a é o nº 8.

O SR. FRANCISCO DORNELLES - Não, veja só. Quero levantar uma hipótese. Se fosse para o item nº 01, não haveria necessidade de preferência?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES - Pois bem.

Segundo, se o Líder Marcelino Romano, que solicitou os destaques de 01 a 07, retirar esses destaques, o 08 passa a ser o primeiro e não haverá necessidade de pedido de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Se retirar os destaques, ocorrerá isso.

Quero dizer ainda que não posso evitar que ocorra – espero que isso não aconteça – um requerimento de inversão de pauta. Mas, mesmo que haja, votado o requerimento, a primeira matéria é a que V. Ex^a se refere.

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Sr. Presidente, gostaria de dizer o seguinte: de acordo com o Regimento Comum, a votação do art. 171 tem que ser encerrada, e ela não foi. Ela começou e está em andamento. De modo que acredito que não possa haver qualquer pedido de preferência para matéria estranha, que não seja a do art. 171.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Estou apenas procurando responder ao Líder Marcelino Romano sobre a ordem das votações na próxima sessão.

Há o Expediente e a Ordem do Dia. Se, no Expediente, não houver qualquer requerimento, e o de preferência, que tenha sido apresentado, for retirado, bem assim os destaques até o número 07, a primeira matéria é o destaque a que V. Ex^a se refere.

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Independentemente do pedido de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Exatamente. Todavia, não posso evitar, se houver algum pedido de inversão da Ordem do Dia, que ele seja votado, mas não prejudicará que a primeira matéria da Ordem do Dia seja a de V. Ex^a, pois a votação já terá se iniciado. Isso está claro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Muito obrigado.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB – MG) – Sr. Presidente, somente para efeito de registro, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu Partido gostaria de manifestar a sua posição a respeito desse pleito, alertando os neo-revisionistas, os "contras" ocultos, que sejam bem-vindos a esta seara.

Amanhã, teremos um dia inteiro para julgamento de Parlamentares; quinta-feira é dia de ir embora; na semana que vem, na terça-feira, à noite, começamos novamente; colocamos na pauta meia dúzia de requerimentos, encerramos a sessão; quarta-feira, novamente sessão de julgamento... E, assim, se foi; assim et la nave va.

Então, Sr. Presidente, só estou dando boas-vindas aos neo-revisionistas, alertando-os com relação aos "contras" ocultos que também existem nos neo-revisionistas.

O SR. CÉSAR SOUZA (PFL – SC) – Sr. Presidente, solicito que a Mesa registre a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um requerimento pedindo preferência para o Destaque nº 8. Vamos supor que sejam retirados os destaques de nºs 1 a 7, o nº 8 fica em primeiro lugar. Como se trata de um requerimento, se for apresentado qualquer outro requerimento, este último não terá prioridade sobre o antecedente, mesmo que se refira a outro assunto.

Então, acredito que V. Ex^a deverá colocar em votação o requerimento em primeiro lugar, apresentado, até por uma questão de ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Não há dúvidas de que na Ordem do Dia a primeira matéria a ser votada, repito, será a de V. Ex^a.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sim, Sr. Presidente. Como é a primeira matéria, e V. Ex^a ressaltou a possibilidade de ter um outro requerimento para modificar a Ordem do Dia, esse requerimento, propondo a modificação da Ordem do Dia, não terá preferência com relação ao requerimento de pedido de preferência para o nosso destaque.

É isso que eu gostaria de argumentar com V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Estou apenas falando numa hipótese, que, espero, não venha ocorrer.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acredito que está muito claro o que estão desejando os dois Líderes do PPR, qual seja, que qualquer pedido de inversão de pauta ou qualquer requerimento não pode nunca visar a retirar da Ordem do Dia aquilo que vinha em primeiro lugar no processo de votação, pode até ter requerimento, se votar requerimento, mas votar o mérito.

A primeira matéria a se votar no mérito é exatamente aquilo que vinha sendo votado. É simples, pode-se votar tantos requerimentos quantos haja, mas, mérito, tem que ser da matéria que tinha sido paralisação em função da falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Em outras palavras, foi o que eu já disse aqui. V. Ex^a esclarece perfeitamente.

O SR. ROBERTO FREIRE – Mas estava muito confuso aqui.

O SR. RENATO JOHNSON (PP – PR.) – Sr. Presidente, para registrar meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a será atendido.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB.) – Sr. Presidente, peço que a Mesa faça registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, para registrar meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (PFL – PR.) – Sr. Presidente, para registrar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. LUCIANO CASTRO (PPR – RR) – Sr. Presidente, para registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. VALDOMIRO LIMA (PDT – RS) – Sr. Presidente, para registrar o meu voto "sim" e a minha presença, evidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. EDSON SILVA (PDT – CE.) – Sr. Presidente, para registro de presença, e meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. JAVIS GAIDZINSKI (PPR – SC) – Sr. Presidente,

para registrar meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não. Diante do acordo das Lideranças, a Presidência declara encerrada a presente sessão unicameral do Congresso Revisor e convoca, para daqui a 5 minutos, uma sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação de várias medidas provisórias e de um projeto de resolução relacionado com a apreciação da proposta orçamentá-

ria para o ano de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h48min.)

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<i>PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> HUMBERTO LUCENA
<i>1º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Deputado</i> ADYLSO MOTA
<i>2º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> LEVY DIAS
<i>1º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> WILSON CAMPOS
<i>2º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NABOR JÚNIOR
<i>3º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> AÉCIO NEVES
<i>4º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NELSON WEDEKIN

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989
5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:

(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e
321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocência Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Alvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade. Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemmer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Ilegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinete Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS